RUI
SUA CASA
E SEUS LIVROS

RUI

SUA CASA E SEUS LIVROS

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
Rua São Clemente, 134 — Botafogo
22260 — Rio de Janeiro — RJ

Presidente
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Diretor Executivo
WASHINGTON LUÍS PEREIRA DE SOUSA NETO

Diretor da Divisão de Administração
ALBERLANDINO ARLINDO GUIMARÃES E SILVA

Diretor do Arquivo-Museu de Literatura
JOSÉ GALANTE DE SOUSA (Subst.)

Diretor do Centro de Documentação
MARIA AMÉLIA PORTO MIGUEIS

Diretor do Centro de Estudos Históricos
FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA

Diretor do Centro de Pesquisas
HOMERO SENNA

Diretor do Instituto de Preservação e Microrreprodução da Hemerografia Brasileira
ESTHER CALDAS GUIMARÃES BERTOLETTI

Chefe do Museu
REGINA HELENA DOS SANTOS TIMBÓ

Colaboraram na organização do presente trabalho:

Seleção e plano geral:
Homero Senna

Preparação dos originais, notas e revisão:
Beatrix Ruy Barbosa Guerra Martins
Eni Valentim Torres
Norah Levy
Solange Campello Taraciuk

Capa:
Marco Paulo Alvim

Tradução da conferência de Fortunat Strowski:
Sergio Pachá

Fotografia publicada em *O País* de 14 de agosto de 1930, ilustrando notícia sobre a inauguração, na véspera, da Casa de Rui Barbosa. Nela vemos, entre outros, Simões Filho, Viana do Castelo, Otávio Mangabeira, Melo Viana, João Mangabeira, Gen. Teixeira de Freitas, Pres. Washington Luís, Nelson de Sena, D. Sofia Pereira de Sousa, D. Maria Augusta Rui Barbosa, D. Francisca Rui Barbosa Airosa, D. Francisca de Paula da Rocha Batista Pereira, Antônio Batista Pereira.

RUI

SUA CASA E SEUS LIVROS

EDIÇÃO COMEMORATIVA DO CINQÜENTENÁRIO
DE INAUGURAÇÃO DA CASA DE RUI BARBOSA
(1930 - 1980)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA — RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1980

ISBN 85-7004-035-0

Fundação Casa de Rui Barbosa.

Rui, sua casa e seus livros. Rio de Janeiro, 1980.
xiv, 216 p.

"Edição comemorativa do cinqüentenário de inauguração da Casa de Rui Barbosa (1930-1980)"

1. Barbosa, Rui — Casas — Rio de Janeiro, Rua São Clemente. 2. Barbosa, Rui — Livros e Cultura. I. Título.

CDU 92 Barbosa

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca da FCRB.

APRESENTAÇÃO

Ao enumerar as belezas do Brasil, em Minha Formação, *Nabuco inclui entre as igrejas barrocas e as praias do Nordeste, as chácaras de Botafogo. Quem conheceu o Rio de Janeiro de há meio século jamais se esquecerá da série de residências desse bairro carioca, ocultas pela vegetação, característica de uma sociedade desaparecida.*

O velho dicionário de Milliet de Saint-Adolphe, datado de mais de um século, ainda define São Clemente como "povoação importante dos arredores da cidade do Rio de Janeiro, no termo da freguesia de S. João da Lagoa de Freitas, onde de ordinário vivem, em lindas casas de recreio, os negociantes da capital."

Os bairros do Rio eram consideravelmente distantes do centro da cidade, onde residia e tinha seus escritórios a classe comercial, nos segundos e terceiros pavimentos das respectivas lojas. Botafogo constituía um centro de "casas de recreio", hoje diríamos para o week-end. *A Gávea era um sítio distante, onde se passavam férias inteiras. O Barão de Alagoas, quando para ali se retirava em vilegiatura, deixava cartões em casa dos amigos, a despedir-se.*

A megalópolis em que se transformou a antiga capital do Império desmantelou e triturou desapiedadamente esses encantos. Botafogo é hoje um centro comercial brilhante e desgracioso, onde os espigões devoram as antigas "residências de recreio". Lá se foram as mansões dos barões, viscondes e comendadores que atraíam simpaticamente os passeantes embevecidos.

Resta ao brasileiro, como exemplar desse tipo de construção, a Casa de Rui Barbosa. Ficava ela num dos terrenos em que se fragmentou a antiga fazenda Vigário-Geral, do Padre Clemente Mar-

tins, dominada pelo morro de Dona Marta, nome de sua mãe, hoje canonizada "por aclamação dos povos". Ergueu-a o segundo Barão da Lagoa, titular português. Possuiu-a, depois, um súdito de Sua Majestade Britânica, membro da próspera comunidade comercial inglesa do Rio de Janeiro, John Roscoe Allen.

Durante o Governo Provisório habitava Rui Barbosa uma casa de aluguel na Praia do Flamengo, depois de ter morado na Rua do Resende. Sua banca de advogado era das mais prósperas do país. Mas não dispunha ele do capital necessário para a aquisição da casa que deslumbrou D. Maria Augusta, e o encantou pela possibilidade de abrigar sua biblioteca, e permitir que esta se expandisse. Até então seus livros se continham nas simples estantes que ainda hoje guarnecem a Sala denominada Código Civil[1]*. Os móveis majestosos que ornam a Sala Constituição foram feitos após a volta da Inglaterra. Na correspondência de Londres há pedidos de informação quanto às dimensões do salão, para a encomenda dos armários.*

Valeu-lhe para a possibilidade de realizar o sonho dessa aquisição, o crédito de que desfrutava junto a amigos e clientes. Duas hipotecas permitiram-lhe a compra do palacete do Barão da Lagoa, já adaptado ao conforto inglês por Allen, e ligeiramente reformado pelo construtor Januzzi, então na moda, o qual lhe acrescentou uns tons pompeanos em algumas peças. As escrituras foram exibidas no Senado, quando de um dos ataques sofridos em sua honorabilidade. Lá está o nome do principal credor hipotecário, o amigo e cliente Antônio Martins Marinhas. Nas cartas ao cunhado Carlos Viana Bandeira e ao primo Antônio Ferreira Jacobina, encontram-se referências às tribulações para honrar os pesados compromissos assumidos.

De volta do exílio, em 1895, Rui veio diretamente para esta casa de seus sonhos. Parentes e amigos haviam promovido a disposição da mobília e de toda a parafernália da antiga residência do Flamengo. Dizia D. Maria Augusta que encontrara o pente e a escova já na penteadeira.

---

1 Os nomes das salas foram dados pelo Presidente Washington Luís, por ocasião da inauguração do museu.

Desde então, Rui Barbosa vai ocupar, expandir e melhorar a casa de São Clemente. Aqui é o cenário de sua vida carregada de encargos. Aqui trabalhava desde a madrugada em seu gabinete gótico (devido ao estilo das estantes); aqui reunia amigos e colegas políticos na Sala Federação e aqui abria os salões, quando recebia com galhardia e prazer os convidados em dias de festa. Pouco a pouco vai imprimindo sua personalidade à residência, embelezando com roseiras e plantas raras o parque de aproximadamente 9.000 m²; aqui reúne lembranças de suas viagens, uma mobília de jantar vinda da Inglaterra, um qudro adquirido em Madri, um lustre e alguns azulejos trazidos da Holanda, uns sofás e uns tapetes de Buenos Aires. Aqui escreveu, de próprio punho, todos os discursos das campanhas políticas e a maior parte dos pareceres, artigos e arrazoados. O ambiente está impregnado de sua presença.

Ao adquirir a mansão, após a morte do Conselheiro, as autoridades sentiram que seria um sacrilégio desmontá-la. Inaugurada aos 13 de agosto de 1930 (na última solenidade a que compareceu como Presidente da República), Washington Luís fez dela o primeiro museu brasileiro dedicado a uma personalidade, à semelhança das casas de Victor Hugo em Paris, de Goethe em Weimar e de Carducci em Bolonha.

Em 1934 a Casa, estimulada pela animação pessoal do Ministro Gustavo Capanema, iniciou uma de suas funções precípuas: a publicação das Obras Completas *do Patrono, um dos maiores empreendimentos editoriais do país e, sem exagero, do mundo. Este ano, quando se comemora o cinqüentenário de inauguração da Casa, nada menos de 116 tomos já estão publicados, devendo a coleção abranger 50 volumes, com cerca de 160 tomos. Isto dá bem idéia da prodigiosa capacidade de trabalho de Rui, sobretudo quando se pensa que não dispunha de secretárias ou auxiliares, nem mesmo, sequer, de uma máquina de escrever!*

Por ocasião do centenário (1949), ao serem seus restos mortais transferidos para o Forum Rui Barbosa, na Bahia, o Governo do Marechal Dutra conferiu ao homenageado honras de Chefe de Estado, e o Ministro Clemente Mariani, que presidiu às solenidades, fez com que no salão principal do velho solar fosse celebrada

missa de corpo presente, pelo Cardeal D. Jaime de Barros Câmara. Pela última vez o corpo de Rui penetrou nesta casa.

Em 1952 o Ministro Simões Filho, querendo dinamizar a ação do Museu, criou um Centro de Pesquisas, que passou a desenvolver suas atividades no campo do Direito e da Filologia, in honorem *do grande brasileiro, ocupando-se também, diretamente, da publicação de suas obras e de trabalhos sobre ele.*

Em pouco tempo essas atividades ganharam tal amplitude que, a exemplo do que ocorreu com outras instituições, o Ministro Raimundo Moniz de Aragão fez com que a Casa fosse transformada em Fundação, hoje, sem favor, um dos principais centros culturais do Brasil.

Mais recentemente, além do Centro de Pesquisas, na estrutura da Casa foram criados o Arquivo-Museu de Literatura, o Centro de Documentação (abrangendo o Arquivo Histórico, a Biblioteca e o Laboratório de Restauração), o Centro de Estudos Históricos e o Instituto de Preservação e Microreprodução da Hemerografia Brasileira, que dispõe de moderno equipamento de microfilmagem. Para dar apoio a todas essas múltiplas atividades, foi reestruturada a Divisão de Administração. A Lista de Publicações, *que a Casa edita todos os anos, revela o que se tem produzido nos diferentes setores.*

A nosso ver, não há maneira mais condigna de homenagear um estudioso como foi Rui Barbosa, e difundir junto às novas gerações os ideais que fizeram de sua vida uma bandeira e um exemplo. Nem foi à toa que o dia do seu nascimento — 5 de novembro — passou a ser oficialmente comemorado, em todo o Brasil, como o Dia da Ciência e da Cultura.

Para assinalar a passagem do cinqüentenário de uma instituição que, sem perder de vista seu objetivo básico — o culto à memória do Patrono — tanto tem produzido nos campos do conhecimento que ele iluminou com o seu talento e o seu saber, resolvemos publicar este volume, que conta um pouco da história desta Casa, e fixa flagrantes da vida do seu antigo proprietário.

Logo às primeiras páginas, temos dois discursos memoráveis, injustamente esquecidos: o do Senador João Mangabeira, inau-

gurando a Casa, em nome do Governo e na presença do Presidente Washington Luís e do seu ministério, e o de Batista Pereira, agradecendo, pela família Rui Barbosa, a iniciativa oficial.

Sobre a biblioteca do Patrono, ninguém até hoje falou melhor do que Homero Pires. Por isso sua conferência "Rui Barbosa e os Livros", há muito esgotada, apesar de repetidas reedições, é adiante reproduzida.

O acervo bibliográfico do Conselheiro era formado, basicamente, de obras francesas e norte-americanas. Pareceu-nos oportuno, assim, reunir neste volume a primorosa conferência do Prof. Fortunat Strowski, "Le livre français dans la bibliothèque de Ruy Barbosa", editada em francês no ano já distante de 1942, e cujo texto em português somente agora é divulgado. "Os Livros Norte-Americanos no Pensamento de Rui Barbosa", do Prof. Carleton Sprague Smith, é outra peça que não poderia faltar a este volume, pois nos mostra a influência dos pensadores norte-americanos na formação do ideário de Rui Barbosa. Publicada pela Casa em 1945, essa conferência há muito não é encontrada senão em alfarrabistas.

Seguem-se crônicas e reportagens publicadas na imprensa do Rio. Restituem-nos essas páginas, assinadas por grandes nomes das nossas letras, um pouco da presença de Rui, sua família e seus amigos, na mansão de São Clemente.

Em apêndice, reproduzem-se os mais importantes diplomas legais referentes à instituição, até à Revolução de 1930. Por eles se vê qual foi a intenção do Governo, ao resolver preservar não só a casa, mas também o arquivo e a biblioteca de Rui, e determinar a publicação de suas obras.

E aqui é impossível deixar de louvar a admirável demonstração de descortino e espírito público que os políticos de então souberam dar, legando às novas gerações este inestimável patrimônio cultural, a cuja magnitude, na medida de nossas forças, temos procurado corresponder.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1980.

Américo Jacobina Lacombe
Presidente

SUMÁRIO

Apresentação [Américo Jacobina Lacombe] VII

Discursos:

Inauguração da Casa de Rui Barbosa [João Mangabeira] 3
Agradecimento em Nome da Família Rui Barbosa [Batista Pereira] .. 13

Conferências:

Rui Barbosa e os Livros [Homero Pires] 27
O Livro Francês na Biblioteca de Rui Barbosa [Fortunat Strowski] .. 95
Os Livros Norte-Americanos no Pensamento de Rui Barbosa [Carleton Sprague Smith] 113

Crônicas [Cyro dos Anjos]

O Retorno a Rui — I 141
II 143
São Clemente, 134 145
O Gabinete Branco 148
Recanto de uma Biblioteca 151

Reportagens:

A Literatura na Biblioteca de Rui Barbosa [Brito Broca] 157
O Ninho da "Águia de Haia" [Antônio Carlos Villaça] 165
Rui Barbosa entre os Livros e a Família [Josué Montello] 177
Rui Ainda Mora Aqui [Joel Silveira] 187

Apêndice:

Decreto n.º 4 789 de 2 de Janeiro de 1924 197
Decreto n.º 16 651 de 23 de Outubro de 1924 198
Decreto n.º 16 674 de 20 de Novembro de 1924 199
Decreto n.º 17 758 de 4 de Abril de 1927 200
Decreto n.º 5 429 de 9 de Janeiro de 1928 205
Decreto n.º 18 154 de 12 de Março de 1928 206
Decreto n.º 5 566 de 5 de Novembro de 1928 207
Decreto n.º 18 589 de 3 de Fevereiro de 1929 208
Decreto n.º 18 767 de 27 Maio de 1929 208

DISCURSOS

INAUGURAÇÃO DA CASA DE RUI BARBOSA

Discurso pronunciado pelo Senador JOÃO MANGABEIRA, *em nome do Governo da República, a 13 de agosto de 1930.*

Quis o Governo prestar uma derradeira e efetiva homenagem ao grande morto, escolhendo, fora do círculo dos que se lhe prendiam pelo sangue, para falar nesta solenidade, quem tivesse de mais perto escutado o bater daquele coração. Considerado, assim, o convite, bem vedes que só me cumpria obedecer. Era que não se buscava para o desempenho de tão alto encargo, a capacidade de uma inteligência, mas a constância de uma dedicação. Nem por isto menor o meu agradecimento à honra recebida, nem por isto menores as dificuldades que me cercam. Várias vezes tem-me acontecido estudar, ora sob um, ora sob outro aspecto, esta figura primacial de nossa história, única, absolutamente única entre nós, pela sua imensa complexidade fulgurante, pela extensão sideral de sua órbita, pela irradiação astral de sua força, pelo poder estelar de sua projeção.

Três meses justos, e, no Teatro Municipal de São Paulo, sob os auspícios de sua mocidade, fazia eu, então, a minha conferência sobre *Rui e a Liberdade.*

Mas ali, como alhures, era em meu nome que eu falava, ante um auditório animado pelo próprio entusiasmo. Tinha por mim o tempo; por mim tinha eu, sobretudo, a liberdade total de minha ação — do meu pensamento e da minha alma — externados livremente na minha voz, sem outro julgamento que o do plenário exaltado que me ouvia.

Mas agora tudo mudou. Não é uma conferência, o que venho fazer, senão um rápido discurso em nome do Governo, nesta cerimônia inaugural. O tempo se me restringe, pois, na cortesia que esta própria solenidade me decreta. A ação se limita e amoldura no quadro da representação que desempenho.

Ao intérprete de sentimentos alheios cumpre, acima de tudo, não ser traidor na tradução; ao mandatário, não ser infiel ao outorgante, no exercício, por mais amplo que o seja, do mandato. Como falar, portanto, em nome do Governo, sobre a individualidade portentosa, cuja ação pública se desenvolve, cuja política se desenrola, quase toda, em oposição, em fogo aberto contra os governos?

Deveria, por acaso, limitar-me a uma síntese do gênio de Rui, ao estudo, por assim dizer, abstrato de sua inteligência, nos vários campos onde ela fulgurou, sem descer, ou melhor, sem ascender à ação concreta de sua vida, no cenário da nossa história?

A homenagem seria, então, àquele que, no consenso unânime, foi a cerebração mais complexa, poderosa e fulgurante que o Brasil já produziu. Justo preito decerto, se assim o fosse, como a outros grandes luzeiros, outras nações têm rendido.

Não me parece esta, no entanto, a característica da cerimônia, que ora nos congrega e a que a presença do Chefe do Estado imprime o cunho de uma dignidade extraordinária e o relevo de uma homenagem especial.

Desses apuros de interpretar, sem pontos de referência, os sentimentos alheios, por ilações pessoais tantas vezes falazes e falíveis, tirou-me felizmente o Governo por um ato seu, no qual se patenteia o seu desígnio, e se me norteia, do ponto de partida, o rumo da viagem.

Designando o dia de hoje para esta inauguração, foi buscar o Governo, na biografia de Rui, a data comemorativa do seu jubileu cívico, celebrada em 1918, por todo o território nacional, com manifestações incomparáveis. Reportava-se, por isto mesmo, a 13 de agosto de 68, quando, na antiga Paulicéia, a palavra do terceiranista de então, na manhã de seus dezoito anos, saudava, por

entre frêmitos de indignação e entusiasmo, José Bonifácio, recém-vindo da Câmara dissolvida, após a ascensão do Gabinete Itaboraí.

Mas o que esta efeméride relembra, não é a primeira manifestação da inteligência prodigiosa de Rui, senão a sua entrada no campo da vida pública, a sua primeira apresentação na arena da luta política, que ele deveria, desde aí, ocupar, sem intermitências, sem tréguas, sem recuos, sem descanso, durante cinqüenta e cinco anos. O que esta data rememora, é a primeira manifestação pública do civismo de Rui e da sua dedicação fervorosa ao culto impessoal da justiça, da liberdade e da lei.

Porque, se o Governo, em cujo nome tenho a honra de falar, quisesse comemorar, na personalidade egrégia, sobretudo aquela inteligência portentosa e onímoda, que é, para nós, ao mesmo tempo, o nosso orgulho e o nosso desalento, considerando-a do ponto abstrato a que me referi, então, o dia escolhido para a inauguração desta Casa, deveria ser 18 de junho.

Assim como 13 de agosto assinala a primeira manifestação do valor cívico de Rui, 18 de junho oferece a primeira prova documentada daquele cérebro formidável, quando, no ano longínquo de 55, na velha metrópole baiana, o Professor primário Gentil Ibirapitanga publicava na imprensa uma declaração expressa, nestes termos:

> Apliquei o método de Castilho de referência à gramática a um menino, filho do Dr. João Barbosa de Oliveira. Este menino é o maior talento que eu já vi, em mais de trinta anos de magistério. Em quinze dias aprendeu análise gramatical, a distinguir as orações e a conjugar corretamente todos os verbos regulares.

A claridade que o velho mestre viu alvorecer da criança, no dealbar indeciso dos primeiros dias de sua meninice, dilatou-se depois, e ascendeu-se no clarão, com que o sol no seu zênite, sem ocasos nem crepúsculos, por mais de cinqüenta anos iluminou os nossos horizontes, até o eclipse da morte.

Mas da escolha do dia de hoje, para essa inauguração, transluz o intento do Governo e da Nação, que ele representa, em render o preito de sua reverência, o testemunho de sua admiração ao homem de Estado, ao cidadão, cuja vida dedicada inteiramente à sua Pátria, transcorreu, por entre pelejas e lutas, no apostolado da lei.

Nesta casa, por tantos títulos augusta, não decorreu uma dessas existências tranqüilas, embebidas no culto da ciência, da filosofia ou das letras, produzindo na placidez da quietude que o cercava, maravilhas literárias, jurídicas ou filosóficas, como: *Prece de Natal, Surrexit, O Direito da Vaia, Andorinhas de Campinas, O Eco, Elogio a Machado de Assis* e a *Anatole France, Discurso no Colégio Anchieta, Oração aos Moços, Arte do Desenho, Swift, Réplica, As Bases da Fé;* ou então *Posse de Direitos Pessoais, A Cessão da Clientela, Acre Setentrional, O Dever do Advogado, Os Privilégios Exclusivos na Jurisprudência Americana.*

Tudo isto bastaria para imortalizar um homem e justificar esta homenagem.

Tudo isto nos daria o jurista, o orador, o filólogo, o escritor, o filósofo, o artista. Mas não nos daria Rui. Não nos daria o homem, a personalidade, a consciência, o *substratum,* a unidade complexa de uma vida divinizada embora pelo gênio, mas decorrida, não como a de Apolo, no culto da beleza, mas como a de Vulcano, forjando raios por entre áscuas e chispas da bigorna.

Este salão longo e silencioso como o de um convento; estes corredores compridos e tranqüilos como os de um claustro; a amplitude monástica deste solar; estas carreiras infindáveis de livros, nos quais palpita uma vida espiritual que se transmite, mas imobilizados na sua mudez, como filas de monges no mosteiro; a presença sorridente e tranqüila da companheira bem-amada, defendendo-o, nas suas asas espalmadas de Anjo da Guarda, que ele mesmo debuxou, como a flor sempre aberta da bondade divina de seu lar; tudo isto contrastava com o drama intenso, agitado, tempestuoso, e não raro amargurado, de uma vida, exposta aos riscos de uma campanha incessante, desigual e perigosa, pelo advento, entre nós, do reino da justiça e da lei, da democracia e da

liberdade, em cuja prática sincera divisava o grande apóstolo, com a segurança da República, a grandeza do nosso povo e a salvação da nossa Pátria.

É a este lutador estupendo, a este apóstolo indefesso que a Nação rende e renderá o testemunho do seu reconhecimento, o preito da sua reverência, a homenagem da sua admiração.

Para uma consagração, como a desse culto ardente e fervoroso do Brasil ao seu grande filho, não bastam as maravilhas do talento. Os vôos da inteligência, por mais altos que se librem, não provocam na alma das nações a exaltação das apoteoses, senão quando o gênio leva nas suas asas ou encarna no seu verbo as grandes causas nacionais, ou as santas causas humanas.

Victor Hugo poderia ter escrito *O Homem que Ri, A Lenda dos Séculos, Shakespeare* ou *Le Roi s'Amuse,* e não teria tido a glorificação com que a França o coroou, se não fosse o autor de *Les Châtiments, Histoire d'un Crime, Napoléon le Petit,* se não fosse o impertérrito defensor da República e da liberdade em tantos prélios imortais. Ao revérbero da apoteose popular que o aureolava, o que a França via surgir era a figura do combatente destemeroso, que tudo arriscava, inclusive a própria vida, contra o golpe de estado de Luís Bonaparte; era o inimigo irredutível do Segundo Império; era o proscrito obstinado que recusava todas as anistias e das agruras do desterro despedia raio sobre raio contra o perjuro vitorioso.

Dessa coragem moral no sofrimento, muito mais rara que a física diante do perigo, dá-nos ele próprio uma impressão imorredoura, narrando, numa página imortal, uma cena ocorrida com Miguel de Bourges, no exílio de Bruxelas.

O brilhante e bravo advogado liberal jogara, destemido, a própria vida nos dias tenebrosos do golpe de 2 de dezembro, como continuaria a jogá-la, sempre, na defesa do direito perseguido. Mas, na Bélgica, onde os proscritos se encontravam, começam a rumorejar as notícias de que Napoleão concedera uma anistia parcial, perdoando a alguns dos exilados. Chegam os jornais. Hugo abre-os e vê na lista dos anistiados, pela clemência do ditador, o nome do grande paladino liberal. Diz-lhe então, com o

semblante carregado: "Eis a lista dos anistiados. Meus pêsames". O rosto do proscrito desmaiou na palidez do cadáver. E Victor Hugo a acrescentar: "Meus pêsames, porque foste anistiado". As cores da vida ressurgem nas faces do exilado, em cujo olhar brinca a alegria, irradiando a alma satisfeita. Mas Hugo não o poupou à flecha dos seus sarcasmos, censurando-o nestas palavras ferinas de ironia e de desprezo: *"Et Michel de Bourges si vaillant devant la mort était faible devant l'éxil"*.

Dessas fraquezas morais, desses desmaios cívicos não se encontra a sombra de um traço sequer na vida enorme de Rui. Como o grande exilado de Guernsey, também ele não cede, não emudece, não se quebranta no desterro.

É da Inglaterra que desfecha os raios de suas cartas imortais, contra a ditadura triunfante. O proscrito napoleônico foi convidado a deixar a Bélgica por causa de seus escritos contra o Segundo Império. O emigrado brasileiro abandona Portugal, ante a iminência de uma expulsão, porque ainda naquelas condições, precárias e terríveis, sem recursos, sem amigos, sem nada, não emudece nem se acovarda, e, ao contrário, reergue-se flamejante e erecto na sua altivez, protestando contra a vilta de cobardes, que um jornal lisboeta atirara contra os nossos oficiais de marinha revoltosos.

Bem andou o Governo escolhendo a data que rememora o começo da jornada cívica de Rui, quando, sorridente nos seus dezoito anos, inicia essa tormentosa odisséia pela liberdade e pela justiça, em que se deveria abrasar e consumir a sua vida.

E do fundo das minhas reminiscências, vem à tona da memória aquele trecho final dos *Apóstolos* de Renan, quando São Paulo parte de Antioquia, em demanda da Selêucia, rumo do Ocidente, para nele propagar a palavra de Jesus. E o grande encantador, o mágico inigualável da forma, o modelo insigne da perfeição no estilo se exalta como num êxtase de prece: "A grande odisséia cristã vai começar; a barca apostólica desfraldou as velas; o vento sopra; e não aspira a levar nas suas asas senão a palavra de Jesus".

Bem poderíamos aplicar, fitando aquele dia distante de 68:

> A grande odisséia liberal vai começar; o vento sopra; e o gênio, no Brasil, na Inglaterra, em Haia ou em Buenos Aires, não aspira a levar nas suas asas senão a palavra da liberdade e da justiça.

Este dia é o signo e o marco do início de uma campanha que Rui haveria depois de sustentar, por entre pelejas de todos os dias. Qualificaram-no, por isto, os seus adversários, de grande demolidor. A Nação e a História protestaram contra essa injustiça e essa inépcia. Eu não sei de quem tanto, tão funda e duradouramente, entre nós, tenha construído. Construiu a República, pondo a ordem jurídica dentro de uma rebelião militar. Construiu o edifício político-constitucional que nos abriga, e que tem resistido a tantas tormentas e a tantos temporais. Construiu moralmente a República, impedindo que ela se manchasse na perseguição ou se enrubescesse no sangue dos vencidos. Construiu-a administrativamente, formulando princípios e regras que regem os nossos departamentos e aparelhos de governo. Construiu-a, financeiramente, dando-lhe os meios materiais para a existência; e isto sem contrair empréstimo, sem suspender pagamentos, sem aumentar impostos, sem fechar caixas econômicas, sem emitir um real sequer para as despesas do Tesouro e só emitindo noventa e sete mil contos lastreados, para acudir às necessidades do comércio que reclamava, instantemente, essa medida. Construiu na Abolição, sacrificando-se por ela, numa derrota eleitoral, ao ódio dos negreiros. Construiu bradando aos ouvidos da Coroa a necessidade da Federação, como remédio único capaz de manter a integridade do nosso território, asfixiado sob o cativeiro da centralização. Construiu na República, doutrinando, fixando, deduzindo os princípios, as diretrizes e os corolários do nosso sistema político; e levantando sobre os alicerces da lei todo um edifício jurídico, erigido por seu tino, seu engenho, sua cultura, e sua dedicação às verdades do regime.

Construiu, com o *Parecer* e sua *Réplica,* e de maneira tal que o amor e o zelo pela língua portuguesa se podem, nitidamente, dividir entre nós, em duas fases: antes e depois da *Réplica.*

Na primeira, apenas os gramáticos e os especialistas timbravam no apuro da linguagem. No mais, o descuido, o descaso, o desalinho. Basta ler os escritos e discursos dos maiores vultos do Império. Na segunda, todos os homens, de todas as posições, em todas as emergências, cuidam do asseio vernáculo, dando cada um de si o mais que pode.

Construiu política e socialmente, formando, organizando, orientando, na República, a opinião nacional renascente na campanha civilista. Pode a opinião pública desviar-se do seu curso natural, pode errar, podem as correntes da opinião subir à exaltação do delírio e cometer injustiças transitórias. Tudo, tudo, tudo é melhor que o silêncio covarde e vil do cativeiro. De homens amamentados no leite aguado do medo, ou nutridos no sangue dessorado da covardia, jamais formou nação nenhuma o elemento capaz de enfrentar o inimigo num dia de guerra ou de perigo. E não erra, decerto, quem afirmar que todas as correntes da opinião nacional, que depois de 1909 surgiram ou surgirem na República, é na campanha civilista que vão encontrar a sua nascente que não morre.

Construiu na Haia, pregando diante dos fortes, a quem Deus reservava, onze anos depois, o cálice de todas as amarguras, nas fezes de todas as humilhações, pregando o evangelho dos fracos, na igualdade soberana dos Estados perante o Direito.

Construiu em Buenos Aires, alçando até os cimos mais longínquos da justiça, o seu protesto contra a neutralidade surda-muda, impassível entre o direito e o crime, e erigindo, como princípio verdadeiro, o da neutralidade vigilante e judicativa.

Bem vedes, senhoras e senhores, que é um apanhado rápido, perfuntório, da obra construtora de Rui. Tanto basta, porém, para desafiar que me apontem quem através de toda a extensão de nossa história, tenha tanto e tão perpetuamente construído.

Nem foi senão por isso que, ao fim de sua vida, afirmou que, se lhe fosse dado escolher um monumento para simbolizar a sua passagem por este mundo, seria ele uma ferramenta de trabalho com esta inscrição da Epístola de São Paulo: — *Abundantius illis omnibus laboravi* — Eu trabalhei mais do que os outros. É o trecho da primeira Epístola aos Coríntios, quando o convertido de

Damasco, depois de se dizer indigno do nome de apóstolo, porque perseguira a Igreja, para logo acrescenta: "[...] mas eu sou o que sou por graça de Deus; e a sua graça não foi estéril; eu trabalhei mais do que os outros".

A religião, a história, a humanidade confirmaram a veracidade das palavras do apóstolo, que na propaganda do cristianismo trabalhou mais do que os outros.

Não é menos verdadeira a verdade que rompia dos lábios de Rui, quando afirmou, de referência a ele e a sua Pátria, o que dissera de si o apóstolo das gentes. Mas essas palavras não saem dos lábios de Rui como um queixume de amargura ou uma exaltação de soberba. E sim como um sussurro de modéstia, na humildade da resignação à tarefa que lhe deu o Criador. Ele trabalhou, de fato, mais que os outros, na construção moral da sua Pátria, na defesa do regime da legalidade e da justiça, na propaganda da democracia e da lei, de cuja vitória final nunca desesperou, malgrado todas as desilusões, todos os desenganos e todas as derrotas.

A tenacidade daquela confiança no futuro, a constância daquela fé na vitória suprema das forças morais sobre o predomínio grosseiro, efêmero e anárquico da força bruta, tinha alguma coisa da fortaleza divina dos apóstolos.

Não há muito, lendo um romance, que é, no meu sentir, a obra-prima da atual literatura russa — *O Cimento,* de Gladkow — eu tinha a visão de Rui, na figura franzina e iluminada do engenheiro Kleist. Em meio ao caos russo, por entre ondas sobresseguidas de anarquia e de sangue, na aldeia tomada e retomada por brancos e vermelhos, o sábio, o técnico, fecha-se no recanto miserável que os operários lhe concedem e cerra a janela, através de cuja vidraça empoeirada contempla, dia e noite, desmantelada e invadida pelas ervas daninhas, a usina, fruto de seu engenho e seu saber. Mas não emigra, não se ausenta, não foge. Alenta-o a convicção de que a usina há de despertar ainda para o movimento e para a vida. Que a Rússia há de ressurgir. Porque as forças do mal são precárias e somente as do bem têm o poder da eternidade.

Foi essa crença nas forças eternas, foi essa fé na supremacia das forças morais, que te levou, grande morto, a trabalhar mais

do que os outros. Não trabalhaste em vão! Esta casa, testemunha muda de teus trabalhos, das tuas vigílias e dos teus sacrifícios, a Nação transformou-a num Templo, santificando-a para o culto da democracia e da lei. Doravante, será aqui que virão pedir inspirações, beber ensinamentos, reacender a chama da fé bruxuleante, os amigos do direito, os defensores da liberdade, os devotos da lei, os sacerdotes da justiça! Nesta Casa se reverá todos os dias tua Pátria, orgulhosa do monumento que, à tua própria glória, fundaste com as tuas mãos.

Mas a glória, o trabalho, não frutificam eternamente se os não embalsama e santifica o espírito da justiça e do bem. O salmo do livro sagrado proclama que o justo florescerá como a palmeira — *Justus ut palma florebit.*

Os interesses do egoísmo cuidavam vencer-te, quando plantavam a couve dos expedientes passageiros para o apetite das conveniências políticas, de todos os dias. Da vegetação efêmera e estéril não resta sequer a lembrança. Mas a glande de carvalho lançada por tuas mãos de justo às terras ferazes do bem, germinou, rebentou, cresceu e frondeja na copa das tuas idéias e dos teus princípios, a cuja sombra e a cuja vida se vai abrigar a Nação nos dias de incerteza, de tribulação ou de perigo. Sob a fronde do arvoredo que plantaste e cujas raízes mergulham no subsolo desta Casa, se congrega hoje a Pátria toda, na pessoa do Chefe da Nação que a simboliza, dos representantes dos outros poderes do Estado, do presente que somos nós que aqui estamos e do futuro que é a mocidade radiante, que nos há de substituir, e aqui está.

É a Pátria inteira, reunida, sob as franças do carvalho dos teus princípios, da tua grandeza e das tuas idéias, que, neste instante, se ergue em tua honra, em homenagem à tua glória, exclamando, com o fervor do salmo dos livros santos:

Justus ut palma florebit.

AGRADECIMENTO, EM NOME DA FAMÍLIA RUI BARBOSA

Discurso pronunciado por BATISTA PEREIRA, *a 13 de agosto de 1930.*

Sejam as primeiras palavras deste escritor que até hoje só falou em público para obedecer à vocação de um mandato indeclinável, sejam as suas primeiras palavras de homenagem a este ilustre auditório, que a presença do Chefe do Estado embebe da majestade não só do seu cargo, como da sua pessoa, por tantos títulos digna da gratidão e do respeito de todos os brasileiros. Ante esta augusta figura de estadista, a quem estão em boa hora confiados os nossos destinos, os meus agradecimentos em nome da família Rui Barbosa e no meu próprio revestem-se de singular emoção. Borbulha este sentimento, como de uma fonte cristalina, tocada ainda do sol da juventude, do velho convívio que me aproximou do seu alto e nobre espírito, desde as origens da sua rápida e gloriosa ascensão na vida nacional. Lembro-me ainda do carinho com que desde a sua promotoria, primeiro cargo público que ocupou, coligira todos os artigos de Rui n'*A Imprensa*. Lembro-me ainda que o meu primeiro contacto com o célebre discurso do Colégio Anchieta tive-o por seu intermédio, no Guarujá, mandado de São Paulo num retalho de jornal, que lhe transcrevia os trechos principais. Trazia, sublinhada a lápis vermelho, esta frase: "Amou a Pátria, viveu no trabalho, não perdeu o ideal".

Dize-me a quem admiras e dir-te-ei quem és. Não falha o brocardo. Na admiração consciente e profunda, que desde os começos de sua carreira, V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, votava a Rui Barbosa, estava implícito o seu alto senso dos destinos

nacionais. E já se definira a sua futura atitude no civilismo apostolar de 1910, cujos frutos estamos colhendo no espírito novo que, para honra das suas fulgurantes tradições, hoje anima as nossas classes armadas.

Deus reservou-lhe, entre outras, a graça, meu grande Presidente e caro amigo, de, inaugurando esta Casa, não só dar corpo a uma aspiração nacional como ainda seguir a corrente mais íntima e espontânea dos seus sentimentos pessoais. A mão do Presidente da República, que descerrou a placa inaugural desta solenidade, é a mesma que o velho Rui tantas vezes estreitou como a de um de seus melhores amigos.

Bem sabe, Sr. Presidente, que certo dia, num desses momentos em que a eternidade começa a rondar-nos de mais de perto, na única alucinação febril que lhe conheceram os médicos, o seu nome irrompeu, num clamor profético, daqueles pulmões por onde respirou tanto tempo o Brasil! Não se sente, Sr. Presidente da República, naquela alma já imantada pelo ultra-sensível, a antevisão deste minuto?

Senta-se ao seu lado, Sr. Presidente, o nobre Ministro a quem, em virtude de seu cargo, coube a execução do seu pensamento quanto à Casa de Rui Barbosa. Não se limitou o preclaro titular da Justiça a ordenar os trabalhos de que este prédio, coberto de gilvazes e mutilado por uma sacrílega amputação, tanto necessitava. Acompanhou-os com um carinho infatigável, de que fui, hoje que nos ligam laços de estreita amizade, a quase diária testemunha. Sem sair da reserva discreta e da modéstia com que embalde pensa penumbrar um dos mais altos valores morais de que dispõe a República, o Ministro Viana do Castelo tem tido para com esta Casa uma dedicação operosa e esclarecida, uma dedicação que o incorpora, sem favor, ao número dos melhores amigos póstumos do grande extinto. A ele depois de V. Ex.ª, Sr. Presidente, de V. Ex.ª, alma desta inauguração, o mais imperecível reconhecimento da família Rui Barbosa.

Acabamos de ouvir deslumbrados a palavra de João Mangabeira. Portador de um nome merecidamente ilustre, representante de uma dinastia de talentos da mais pura água, Dióscuro de outro

astro de primeira grandeza, o seu raro instinto das delicadezas morais, Sr. Presidente, desentranhou-se ao designá-lo para vogal desta solenidade, numa das suas intuições mais felizes. O nome que ele traz está ligado a esta Casa por uma dupla e visceral tradição de carinho e fidelidade. Brilha como a refração de certas estrelas que, mesmo quando pareçam sozinhas ao olho desarmado, estão irmanando no azul a geminação de seus resplendores.

Nascido na Bahia, cujas mãos piedosas cobriram de flores esta Casa, ele veio rociá-las e torná-las ainda mais frescas sob o orvalho diamantino de sua emoção.

No ninho do pássaro, que abriu o vôo para grandes migrações, ficam muitas vezes penas que ainda lhe conservam o calor. Dir-se-ia que "o verde ninho murmuroso" ainda guardou o calor de Castro Alves para os vôos de João Mangabeira. A sua eloqüência librou-se naquelas alturas da Acrópole baiana, de onde a vista se estende sobre "o verde ninho murmuroso de eterna poesia, debruçado entre as ondas e os astros". Esse panorama, em que as pupilas de Rui se embeberam um dia como um beijo da eternidade, era o que, quando vos escutava, João Mangabeira, eu via desdobrado ante mim.

Não foi em vão que a Providência deu ao presepe tropical em que sorriem as águas verdes da Bahia os dois braços dos golfos, e sim para que melhor pudesse estreitar os filhos que amamentou com o leite dos sóis. À vossa palavra, João Mangabeira, senti que a velha heroína, na ilusão sempre renascente das mães desventuradas, senti que a velha heroína, recusando a evidência do desaparecimento, alongava os braços até aqui como para buscar o filho estremecido, conchegá-lo ao seio, imprimir-lhe o seu sopro e reanimá-lo ao seu calor.

Não foi só a grande Bahia do talento que falou pela sua voz. Foi também a Bahia do coração. Graças vos sejam.

Poderia, e talvez mesmo devesse, Sr. Presidente e meus Senhores, dar por extinto o meu mandato. Mas a generosidade com que V. Ex.ª me tem acostumado tão mal, não me regateará de certo mais alguns minutos, nesta ocasião única de minha vida. Cumpre-me ainda a obrigação de pedir que seja V. Ex.ª, que incor-

pore a este museu a presente relíquia. Que são estes dois livrinhos que eu chamo de uma só relíquia? Têm uma história e comovente. São um símbolo e dos mais significativos.

A história vamos ouvi-la do próprio Rui na célebre resposta a César Zama.

> Nasci na pobreza; e de tal me honro; porque esta pobreza era a coroa de uma vida, que o amargor do sacrifício não deixou frutificar em prosperidade. Mas se disso me desvaneço, não é menor a honra para mim, de ter sabido, com o suor de muitas agonias, transformar espinhos em frutos de bênção, fazendo do meu trabalho um manto de respeito para a memória de meu pai. E por isso, bem é que a memória do pai venha trazer hoje o testemunho incorruptível dos mortos em socorro do filho indignamente difamado.
>
> [O pai,] a maior cabeça de sua época, o orador mais perfeito que já conheci, [o pai] não obstante a austera modéstia do seu viver, faleceu onerado de encargos.

Rui remiu-os todos gradualmente. "Mês por mês, durante o largo espaço de 12 anos", viveu a tragédia da dívida. Num caderninho, que nunca abandonava, trazia anotadas as datas dos vencimentos, as reformas, os juros, as amortizações, os endossos e os resgates de todos esses títulos.

> E só após anos de uma responsabilidade acabrunhadora e de uma fadiga extenuante, em que me ficou talvez a melhor parte de minha vida, me foi dado afinal colher a flor desta alegria inenarrável: a de selar a existência de meu pai com o desempenho cabal de seu nome.
>
> [...] Quando nisto considero hoje, e rememoro como o meu trabalho, na fase inicial da minha carreira, me bastou para os compromissos de duas vidas, a dele e a minha, entra em mim a impressão quase supersticiosa de que a bênção da ação boa me acompanhava como um contínuo milagre, destacando em frutos o meu esforço laborioso.

Esse itinerário da honra vem dia a dia sendo retraçado no célebre caderninho. Essa odisséia de algarismos, esse poema do sacrifício escrito com o suor de todas as canseiras e o sangue de todas as renúncias, em vão quis o tempo deteriorá-lo, entregando-lhe a capa aos microorganismos do bolor. Salvei-o, mandando re-encaderná-lo.

Causará estranheza que ele se divida hoje em dois tomos quando era um só. Mas não há motivo. A unidade espiritual de um livro não depende da unicidade de tomo. Quer num, quer em dois volumes, a *Odisséia* de Homero é sempre a *Odisséia*. Aqui a divisão se impunha. Os sacrifícios de João Barbosa pela educação de Rui foram tão grandes como os deste pelo desempenho de seus encargos. Os livros que têm os seus retratos servirão para simbolizá-lo. Como dois corações que bateram em vida no ritmo de um só afeto, o velho caderninho, dividido em dois, fica doravante nesta Casa como um só pensamento: o cumprimento do dever.

Por grande, porém, que seja a beleza deste episódio no campo iluminado do carinho, a sua amplitude simbólica na zona severa do imperativo moral é incomparavelmente maior. O dever é a base de tudo no mundo moral. É a base da ordem e da justiça. É a base da única liberdade que pode existir, a liberdade restringida pela lei. Depois que o tempo e o estudo me amadureceram o espírito, a análise veio alforriar-me do velho romantismo político, graças ao qual, na juventude, fiz da liberdade um mito indefinido, colocado tão acima da lei e da autoridade como o Cronos da teogonia saturniana acima do espaço do tempo.

Caí em mim em tempo. Compreendi a grandeza de Rui, quando deu à justiça, que em última análise não é senão o dever, armado da força coercitiva, o primeiro lugar entre os valores essenciais do regímen. Compreendi que em todos os seus hinos clássicos à liberdade estava implícita a restrição: *sub lege*. Estudei nas fontes todas as correntes de idéias a cujo sopro se está moldando a civilização, ou melhor, a vida contemporânea. Rastreei Lutero no individualismo pagão que apodreceu no cerne o tronco portentoso da Roma cesareza. Rastreei Voltaire, Rousseau e o Enciclopedismo em Lutero. Rastreei Termidor na Enciclopédia, em Voltaire

e Rousseau. E rastreei Marx e Lenine nos torvos dias tempestuosos em que a guilhotina enchia de sangue humano as sarjetas de Paris. Volvi ao catolicismo, onde a liberdade não decapita, volvi ao catolicismo onde há igualdade perante a justiça e a caridade, a única que pode existir entre os que nascem desiguais. Volvi ao catolicismo, onde a igualdade não mente. Volvi ao catolicismo, onde a fraternidade não ludibria, porque a sua essência não nasce da reivindicação e sim do sacrifício livremente consentido. Compreendi a superioridade da doutrina cristã, que proclamou a *declaração dos deveres do homem,* sobre todas as outras que se limitam a proclamar os seus direitos.

Não apostato, não abjuro, não renego. Continuo a crer na liberdade, mas debaixo da lei, como creio no sol, mas condicionado às leis que o regem. Hoje, porém, quando se fala em liberdade, exijo que ma definam, e, quando não ma definam, defino-a eu.

Como te chamas tu, liberdade de Marat, Danton e Robespierre? Tu és a guilhotina. Como te chamas tu, liberdade de Moscou? Tu és o espingardeamento, o confisco, a rapinagem dissimulada em coletivismo e distribuição. Graças a Deus que estou livre de todos os romantismos, mesmo o moscovita. Amigo e soldado da liberdade, mas como a compreende o verdadeiro espírito brasileiro, restituído ao esplendor da sua verdadeira tradição latina, considero a outra, máscara da licença, a alcaiota da anarquia, o incentivo à desordem, o pretexto da sedição, a vivandeira do bolchevismo, a harpia da desintegração. Ter-me-á sempre pela frente.

Rotos os laços que me prendiam ao individualismo, depois que lhe descobri as origens reformistas e revolucionárias, e estudei os malefícios, queimei como o sicambro os falsos numes entronizados pelos estudos superficiais de uma cultura apressada. O culto do dever, Sr. Presidente, é o que o Brasil precisa incutir no espírito de seus filhos. Ele redunda na melhor das defesas do direito. Se o dever dos deveres é respeitar a justiça, quem cumprir o dever não pode lesar a outrem.

Assume um caráter nacional a submissão de Rui ao dever. Deveres para com os pais. Deveres para com a esposa e para com os filhos. Deveres de brasileiro. Deveres de cidadão do Universo. Deveres de católico. Provar como os cumpriu seria a sua biografia. Para que provar a existência do sol aos olhos de quem não a põe em dúvida?

Apesar da angústia de poupar os minutos, não me consente o culto que voto "aos pedaços vivos de sua alma", que, nesta hora, para nós sagrada, eu cale o meu carinho por este velho lar, onde recebi de Deus a imerecida dádiva da minha santa companheira e onde nos nasceram quase todos os filhos.

Quanta saudade palpita em todos os cantos desta Casa de Rui, iluminada pela presença predestinadamente augusta "da corajosa companheira de todas as suas lutas"! Ontem poesia, perfume, graça, raio de sol dourando a vida do marido, hoje Andrômaca embranquecida, saudade viva, cinzelada pelas mais puras virtudes cristãs, todas as mães e esposas brasileiras podem mirar-se desvanecidas no seu exemplo.

Não sou eu só quem o diz. Não é só o carinho que fala. Esta verdade tem hoje aqui uma evidência bem mais resplendente. Senta-se ao seu lado outra figura feminina, cuja dignidade, cuja bondade, cuja piedade, cujo alto senso dos deveres da sua posição, rompendo os véus do sacrário íntimo todo o Brasil hoje reconhece e proclama. A presença dessa excelsa senhora, a quem de há muito estou acostumado a admirar como a expressão das virtudes e qualidades, as mais peregrinas, tem aqui o caráter de uma consagração nacional da mulher brasileira à Viúva Rui Barbosa.

Mas, como é difícil a gente forrar-se a esse amavio da saudade, molhado de lágrimas, como o sorriso helênico!

Ali, naquele aposento à direita, foi escrita a conferência de Buenos Aires, de que fui o primeiro e por muitos dias o único confidente. Ali, no gabinete da esquerda, onde lia os clássicos, reclinado num velho sofazinho, o prefácio do Código Civil.

Além, no quarto de dormir, apesar de uma hemicrania terrível, ditou à sua angélica Antígona, à sua enfermeira em todas as moléstias, a parte final do seu discurso a Anatole France.

Se ele ainda pudesse ressuscitar, se ainda pudéssemos, por um momento, vê-lo ressurgir em plena glória, com certeza que este salão seria o lugar preferido pela sua sombra amiga. Quantas vezes aqui não o ouvimos falar! Quantas vezes, aqui, ao escutá-lo, não experimentei o terror sagrado, misto de assombro e de deslumbramento que em nós despertam certos fenômenos da natureza!

Era nas grandes manifestações do civilismo ou da volta da Argentina. A casa repleta. O escol da política e do pensamento.

Mas, de repente, ele aparece, pequenino titã musculado pela glória ao sol de todas as grandes batalhas de seu tempo.

O auditório não se deixa enganar por aquela aparência. O estreito do arcabouço, o frágil do tronco, o encurvamento dorsal, filho do livro e da pena, toda a sua parcimônia física, tudo desapareceria ante a *figura di mente,* que o esplendor heróico de seus atos esculpira em todas as almas. É o homem da Abolição. É o homem da República. É o homem de Haia. É o homem do civilismo. É o homem de Buenos Aires. Galgou um a um todos os degraus desta calçada de gigantes, para ser o homem do Brasil.

O seu discurso começa por um silêncio, que a atenção religiosa dos ouvintes aumenta. Arfam no seu recolhimento vibrações recolhidas em antenas, que alcançam nos confins da Eternidade o drama inicial do Verbo e da Luz.

A energia radiante da sua palavra levanta o véu de mistérios teogônicos e faz-nos viver instantes de Gênese.

Permite-nos desvendar o mais antigo dos arcanos bíblicos: "no princípio era o Verbo". Mostra-nos a força cósmica do ventre eruptivo do caos.

Em vão o Verbo divino resfriou-se na palavra humana, como a torrente vulcânica na lava. Em vão a temperatura inicial baixou à da nossa atmosfera. Em vão a chama se transformou em ar para poder entrar-nos nos pulmões, caber-nos na garganta e servir, sem calcinar-nos, à escultura instantânea da idéia. A palavra de Rui prescinde das degradações de calor indispensáveis à nossa pobre argila. Rebentaria a coluna de mercúrio de todos os termômetros, se pudesse ser medida.

Torna-se contemporânea do Gênese. É energia cósmica. Cria irradiando.

Refundida pelo seu gênio, a pobre escória vulcânica, em que se cunha o nosso pensamento, reassume a têmpera e a irradiação primitivas. A palavra na sua boca deixa de ser o veículo fisiológico do som, a asa limitada da idéia, para volver às origens. Torna-se energia, plasma, torrente. Suprime o tempo, encurta o espaço, arranca a máscara milenária da energia e transporta-nos ao pico de cuja aresta mais alta jorra nos espaços a bênção luminosa do Éter. Reproduz o milagre inicial. Cria a luz, a jorros, a flux, em cascata, resplandecendo nos assombros de um novo *Fiat*.

A encarnação iavética, confinada a um recinto de contingências, não podia durar. Evanescia-se nas sombras do subconsciente.

Mas alguma coisa de prodígio ficava. Alguma coisa ficara da chama entrevista: — a alma do pequeno titã, que havia resplandecido num bloco vivo e fulgurante de nervos. Sua alma havia deixado a sua verônica na de todos. Mostrara-nos que a palavra é o rosto do pensamento. Mostrara-nos como o verbo cria a luz, como a luz é espírito, voz, palavra e criação.

A impressão que se tinha, depois de ouvir o pequeno titã musculado pela glória, traduzia-se por estas palavras:

"Só ele mesmo! Só o Rui!"

"O Rui!"

O milagre dessa interjeição votiva: — "Rui!" Há nesta palavra um carinho profundo, a intenção subconsciente de tornar o nome pequeno para melhor caber no coração. Deixou de ser um substantivo próprio. A Nação, pelas suas forças vivas, descategorizou-o gramaticalmente e transformou-o na grande interjeição do orgulho e da esperança nacionais. Rui é um grito, um apelo, um clamor ao futuro.

Por esse, e não por outro motivo foi que pedimos a V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, que desse a esse clamor espiritual um irmão no grande mundo cósmico da natureza — a *brasilia coesalpina,* que plantamos hoje.

A árvore é a voz da terra, partida das suas entranhas. Um universo novo, tão grande como o astronômico, tem surgido hoje

com os progressos da ciência. Há instrumentos que captam, registram e transmitem a voz das plantas.

A capacidade de exploração da óptica não fica hoje a dever nada à da acústica. Um mundo novo rompeu o casulo do invisível e surge no proscênio da terra.

Nossos ouvidos começam a escutar o mundo misterioso que o Grande Surdo comprou talvez o direito de entrever com o sacrifício da audição terrestre [*sic*].

A ciência vem explicar a profunda verdade com que a linguagem humana criou a expressão, comum a todos os idiomas, *voz da terra*. Se tem voz a água, se tem voz a gleba, se tem voz a semente, se tem voz a raiz, se tem voz a seiva, se têm voz os órgãos da vida vegetal, ouviremos falar o cedro, o jequitibá, o guarantã, o pau-brasil. Falarão, como falava o carvalho de Dodona. E o conjunto das suas vozes, o conjunto de vozes que sobem do seio sagrado da terra brasileira formará a sinfonia heróica da nossa marcha na História.

A terra em que mergulham as raízes da árvore simbólica foi colhida nos campos de Pirajá.

Ali, como no tempo de Vieira, contra os holandeses, milícias índias, milícias negras e milícias brancas, irmanaram-se para consolidar a independência proclamada "nas alturas predestinadas do Ipiranga".

Naquele punhado de terra que hoje se misturou com a pisada por Anchieta e por Nóbrega, ainda devem palpitar moléculas de sangue. A água que regou a céspede de hoje foi captada no São Francisco, a grande artéria, que é a aorta dos nossos sertões. Nela vibram elétrons da maior energia, da maior reserva dinâmica de que dispõe o nosso território, a Cachoeira de Paulo Afonso.

Com essa dupla bênção da terra e da água, a que se junta, Sr. Presidente, a da sua mão, que representa a do Brasil, é impossível que a árvore plantada hoje não medre, não vingue, não cresça, não torreie sobre as outras árvores, como Rui sobre todos nós.

Daqui a pouco a noite estenderá sobre esta Casa o véu constelado do silêncio. O arbusto sagrado dormirá tranqüilo. Nenhum registrador indiscreto tentará surpreender os segredos da sua acústica.

Mas, talvez, que então, das suas raízes, das suas fibras, da sua linfa, da rede vascular do seu tronco, das suas franças, de toda essa atividade, de toda essa elaboração, de toda essa orquestra polifônica, cujas notas começamos a surpreender, rompa, para levar muito alto a expressão desta solenidade, para levá-la ao Cruzeiro do Sul, a grande interjeição da glória nacional: o monossílabo Rui.

CONFERÊNCIAS

RUI BARBOSA E OS LIVROS

Conferência pronunciada por HOMERO PIRES, *na Casa de Rui Barbosa, a 5 de novembro de 1938.*

Rui Barbosa foi a vida inteira o homem do livro. Viveu do livro, com o livro e para o livro. Foi mais propriamente através do livro que se lhe revelaram a sociedade e o mundo. A experiência das coisas cotidianas ele a adquiriu por assim dizer quase que em contacto com o livro. Homem algum tanto também interior, vivendo na sua cidade ideal, era não raro surpreendido, ele, político profissional, com as soluções graves e imprevistas, que já lhe traziam perfeitas e acabadas os seus correligionários. Foi assim por exemplo em 1909, quando, sendo uma das figuras mais qualificadas da situação, Vice-Presidente do Senado, apenas lhe comunicaram a escolha definitiva do Marechal Hermes da Fonseca para candidato à Presidência da República. Ele próprio nos revelou amargamente esse fato com todas as minúcias, dizendo-nos que só então reconhecera ser a posição que lhe haviam conferido de pura complacência, e que, na política geral do País, a sua significação era absolutamente nenhuma.

E isso porque os livros o seqüestravam dos círculos sociais, estabeleciam entre ele e os interesses que cá fora tumultuavam e se digladiavam na sua tarefa destruidora e voraz, um cordão às vezes quase impenetrável. Quantos homens públicos dos mais eminentes lhe batiam à porta em horas decisivas, e não podiam ser por ele recebidos! Em novembro de 1889, a sustentar pelo *Diário de Notícias* a campanha com que ajudou a derrubar o Império, andava entretanto tão longe de suspeitar qualquer conspiração republicana, que só às vésperas do 15 de novembro lhe foi ela

descoberta pelos conjurados. Em 1893, em luta com a ditadura de Floriano Peixoto através das colunas do *Jornal do Brasil,* foi tranqüilamente tomado de improviso pela revolta de 6 de setembro, de sorte que à pressa e a más horas foi que se ocultou em lugar seguro, e depois partiu do Rio de Janeiro para Buenos Aires, a queixar-se com razão daqueles que o deixaram exposto à vingança do Marechal de Ferro.

É que, jornalista do *Diário de Notícias,* do *Jornal do Brasil,* d'*A Imprensa,* Rui Barbosa escrevia os seus livros, dicionários, enciclopédias, obras de todo o gênero, um arsenal formidável, donde partiam as granadas, as bombas, os obuses, as lanternetas, que iam levar ao campo inimigo o espanto, a confusão, o desbarato e a ruína.

A TEMPESTADE E A PROCELÁRIA

Falar pois dos livros de Rui Barbosa, não dos que escreveu, mas dos que ajuntou no decurso de cinqüenta e dois anos, o mesmo é que falar dele próprio, da sua índole, do seu gênio, da sua formação mental. Penetrar-lhe na biblioteca equivale a penetrar-lhe no caráter e na inteligência, a investigar-lhe os elementos da cultura, a descobrir-lhe os recursos da erudição, a reconhecer-lhe as energias que lhe alimentaram e retemperaram o ânimo, a explorar-lhe as tendências e preocupações não reveladas da sua vasta curiosidade espiritual.

Jurisconsulto, advogado, homem de Estado, orador, jornalista, moralista, cultor infatigável da língua, homem de letras enfim, na sua enorme biblioteca de trinta e cinco mil volumes estavam os vastos mananciais que lhe entretinham todas essas atividades e preocupações intelectuais. Os seus autores preferidos, as espécies e variedades dos seus livros nos ajudam a explicá-lo tanto como as suas próprias obras, as suas opiniões e a sua ação militante na vida pública. Os livros fizeram-no, como também fizeram a Santo Inácio de Loiola e a D. Quixote, figura esta com a qual, para o diminuir, certa vez o compararam, e ele sagazmente aceitou o paralelo. Fizeram-no, como o navio e o mar fazem o marinheiro e

a tempestade a procelária. A sua formação processou-se sobretudo pelos livros, servindo-lhe estes como de faróis, que lhe descobriam e iluminavam os caminhos que tinha por diante. À proporção das leituras, à proporção de cada contacto com uma revelação bibliográfica notável, iam-lhe ficando no temperamento marcas e sulcos profundos, abriam-se-lhe ao entendimento orientações diversas e novas. Assim as influências se disputavam entre si a posse do seu espírito. Por que não haveria de vacilar e mudar? Tudo varia e se transforma de contínuo na face do mundo, que é um perpétuo *devenir*. A um critério sucedia outro, e a si mesmo se interrogava, repetindo a eterna pergunta da eterna dúvida, e que é caminho de sabedoria: "Onde está a ciência?" Só os que não meditam e não estudam, só os que se petrificaram em vida, só esses permanecem imutáveis, iguais sempre em toda a carreira da vida, como a visão do deserto, ermo, desolado, soturno e vazio. *Il n'y a que les sots qui ne se contredisent.*

OS LIBELISTAS E OS LIVROS DE RUI

A biblioteca de Rui Barbosa foi muitas vezes, enquanto ainda ele vivo, objeto da curiosidade geral dos brasileiros. Faziam-se cálculos sobre o número dos seus volumes, que subiam ou desciam conforme a fantasia de cada qual. Assim, mais de um jornalista procurou o velho solar de São Clemente, com o propósito especial de percorrê-la, e falar dela ao público através das colunas do seu diário. Há, pois, algumas entrevistas publicadas na imprensa, e que têm por assunto a famosa livraria.

Doloroso destino das coisas nobres em terras de aluvião! Até da biblioteca de Rui Barbosa os seus tristes e ferozes inimigos se valeram, para apontá-la como uma das amostras mais evidentes das inexplicáveis e fartas finanças do Ministro da Fazenda do Governo Provisório, que, justamente ao abandoná-lo, não tinha recursos suficientes para atender ao pagamento integral das modestas estantes, com que mandara guarnecer o salão principal da sua casa, e só a crédito e longo prazo o podia fazer. O próprio José do Pa-

trocínio, depois de, em outras ocasiões, haver tributado a Rui Barbosa as mais justas e soberbas homenagens ao seu talento e ao seu caráter, duma feita, em violento artigo, que era o quarto de uma série, contra o advogado espontâneo e generoso do *Habeas-Corpus* de abril de 1892, afirmava que, assim como há certa casta de mulheres que se vestem e enfeitam custosamente, de maneira que se possam vender mais caras, do mesmo jeito Rui Barbosa se provia abundantemente de livros, e fartamente os citava, só com o fito de se pagar com mais dinheiro. Foram estas, textualmente, as incríveis e cruéis palavras de José do Patrocínio:

> Pode-se dizer sem medo de caluniar que o Sr. Rui Barbosa vive para o dinheiro. A sua inteligência não passa de uma cortesã, que se arrebica e engalana para atrair freguesia. S. Ex.ª dá renda às livrarias, como as sacerdotisas do pecado às modistas e aos joalheiros. Aquelas querem ser vistosas e chibantes para aguçar a luxúria; S. Ex.ª quer ser correto no estilo e pródigo nas citações para mercadejar causas e posições.

Os pobres que têm espírito, quando entesoiram, acumulam as mais das vezes livros, que, entretanto, aos olhares do indolente ou do corrompido, são o testemunho de uma abastança, a qual, porém, não é senão o fruto de uma paixão invencível em existências sem vícios.

OS COMEÇOS DA BIBLIOTECA DE RUI

De quando se pode datar o princípio de uma biblioteca que se não herdou? Uma livraria, uma boa e vasta livraria, é uma verdadeira construção, mas laboriosa e lenta, e a que quase se não pode fixar data de início. As suas origens são como as fontes dos grandes rios: veios d'água insignificantes e pequenos quando nascem, e que só ao longe começam a crescer, a alargar, e entram então a se espraiar, promovem as inundações, alagam tudo, dominam das lhanuras às maiores eminências, numa cheia assober-

bante e avassaladora. Assim os livros, como os daquele simpático Boulard, antigo notário de Paris, conhecedor de várias línguas, o que lhe era útil e grato ao espírito, sequioso de leituras de todo o gênero. A residência do bom velho cedia continuamente espaço à chegada desses hóspedes permanentes, e uma família tomava lugar a outra, os aposentos, do andar térreo às águas furtadas, eram esvaziados dos móveis de uso doméstico, para que os muros das salas e dos quartos se cobrissem de estantes, que recebiam livros de todas as espécies e de todos os formatos. E mais cinco ou oito casas abrigavam mais livros, cerca de 600.000, que foram os que por sua morte ele deixou.

Quando, no terceiro ano acadêmico, se transferiu Rui Barbosa para a Faculdade de Direito de São Paulo, abandonando a do Recife, já consigo levava mais caixões de livros que o comum dos seus colegas, que deles se impressionavam. Um dos companheiros de Rui Barbosa em São Paulo, por exemplo, anos depois, deporia assim a respeito:

> Vim a ter notícia do nome de Rui Barbosa em Santos, no dia 7 de março de 1868, ao desembarcarmos do vapor *Paulista* para os botes, no meio de uma grande algazarra de estudantes. Nós viajávamos comumente, naqueles modestos tempos, com duas canastras de couro cru para roupas, e um caixote de livros. Sendo os livros mais pesados do que as pobres roupas, diziam, quase invariavelmente, os catraieiros: "Ah! o moço vai meter isto tudo na cabeça, este ano! [...]" Chamou-me a atenção o bote, que singrava na frente do meu, pelo número mais avultado de caixotes, com o letreiro muito legível do nome — "Rui Barbosa". Perguntei, então, a Sancho de Barros Pimentel de quem seriam tantos caixotes, e este respondeu-me: — "Vai ser nosso colega de ano: é Fulano, vem de Pernambuco, é um grande estudante!"

Já não é isso, já não são esses caixotes de número avultado a biblioteca de um estudante, os fundamentos do grande edifício

futuro, a cuja construção se assiste com o melhor desvelo e não raro até com grandes sacrifícios?

Entretanto, Rui Barbosa datou o começo da sua livraria de três anos depois, isto é, de 1871, o seu primeiro ano de volta à Bahia, logo depois de formado. A 13 de outubro de 1896, ao pronunciar no Senado um dos mais perfeitos dos seus discursos parlamentares, revidando à agressão de César Zama na Câmara dos Deputados, dizia ele:

> Até a minha biblioteca, lenta estratificação de vinte e cinco anos de amor das letras, entrou a ser contada, avaliada e apontada como expressão da minha opulência.

Vinte e cinco anos contados até 1896 vão apanhar justamente aquele ano fatídico de 1871, em que se apagava na Bahia o gênio poético de Castro Alves.

Apesar de filho de um homem de talento e cultura fora do comum, Rui Barbosa fez sozinho a sua biblioteca. Seu pai, João José Barbosa de Oliveira, viveu sempre em aperturas de dinheiro, de sorte que, ao morrer em 1875, o que se apurou do seu inventário foram duas estantes de ferro com duzentos e dez volumes de livros diversos. Eram restos de um naufrágio, salvados de quem andou sempre na vida sobre o dorso de ondas revoltas e encapeladas. Através das tempestades, quando era preciso aliviar a carga para ter mais segurança de chegar ao porto, quantos volumes não foram atirados à voragem! E afinal lançou ferro no último ancoradouro com uns restos miseráveis, a denunciarem a rispidez da travessia e a aspereza dos abrolhos que se lhe depararam no caminho. Porque João Barbosa, quando raramente lhe corriam ventos galernos em mar de bonança, caía no fadário dos livros. Numa carta, ainda inédita, de Rui Barbosa a Joaquim Nabuco, conta aquele que, quando foi da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, o seu pai se provia abundantemente de obras americanas sobre o tremendo conflito.

SIGNIFICAÇÃO DE UMA BIBLIOTECA

Uma biblioteca é obra para a vida inteira, e, em regra, enquanto esta corre, anda aquela sempre a se completar. Quando a começamos, não lhe sabemos nem lhe podemos determinar o fim. E que de canseiras e cuidados na sua formação! Faz-se precisa uma fiscalização constante, diária, ininterrupta, em catálogos e livrarias. E os leilões que se anunciam em toda a parte, e dos quais não se sabe o que se alcançará! Ninguém prevê até aonde irá, ao dar início a uma dessas caras coleções. Reunidos os primeiros volumes, outros vão sucessivamente chegando. E surge então aquilo com que absolutamente se não contava: o gosto, o amor do próprio livro em si. Já se não contenta com o comum, o vulgar. Quer-se alguma coisa mais: a boa edição, o papel de melhor qualidade, o formato preferido, a impressão nítida e em belo tipo, a encadernação artística, o exemplar numerado.

Por tudo isso uma livraria não se aprega tão só pelo valor de cada livro isoladamente. Os livros numa biblioteca sobem de preço e valem também pelo seu conjunto, representam uma obra feita com amor, com inteligência, com estudo, com o tempo largo que se gastou para se adquirir hoje um exemplar, e depois outro, e outros mais pelos anos fora, sem se desviar a atenção do mercado, sempre atento e vigilante, em luta com os demais concorrentes, para se constituir esse corpo monumental, esse todo proporcionado na sua infinita variedade, verdadeiro organismo vivo, feito de células que se integram, de tecidos que se comunicam, se ajustam e se completam numa função harmônica e perfeita.

Uma biblioteca assim tem valor inestimável. E sobretudo quando aquele que a formou e possui é um homem das qualidades de Rui Barbosa, com o seu talento, o seu domínio de várias línguas, a sua facilidade de assimilar e produzir, os seus longos hábitos de estudo nos livros, que lhe revelaram os caminhos do saber. Então quem com ela trabalha, quem lida com esse instrumento de maravilhas e cabedais sem conta, lhe arranca riquezas inesperadas, lhe desentranha do seio pepitas e gemas, grãos de ouro e pedras de raro preço, dilata e agiganta os primeiros conhecimen-

tos, multiplica assombrosamente as noções individuais com que entrou a explorar o terreno. O trabalho então é como em região aurífera, mas que só o investigador ciente da sua arte sabe descobrir e aprofundar. *Qui scit ubi scientia, habenti est proximus.*

"ALMA DA CASA"

Por que, pois, não estremecer os proporcionadores de fortuna tamanha, de tanta ventura e tanto júbilo?

À custa de lidar a existência inteira com os livros, vê-los desabrocharem em frutos miraculosos de bênçãos, feitos criadores de felicidade e saber, acabamos por querer-lhes como a outras partes de nós mesmos, como continuadores das nossas próprias personalidades. E Rui Barbosa amou os livros, amou-os como se deve amar as coisas dignas de amor. Nisto era ainda igual a Cícero, que os estimava entranhadamente, e tinha a sua biblioteca como a "alma da casa". A totalidade das suas economias, reservava-as o orador romano para a compra de livros, destinados à consolação da sua velhice. brutal e criminosamente cortada pela crueza de monstros de insensibilidade e ingratidão. E Petrarca, um dos mais gloriosos e úteis amigos dos livros, a que fez o mais comovido e real dos elogios! E Bocácio! E Budeu! E Ricardo de Bury! E Carlos Nodier! E Júlio Janin! E tantos e tantos, que seria longo enumerá-los!

LIVROS E RATOS

Chateaubriand foi neste sentido uma exceção curiosa, pois detestava os livros. A antipática Mme. de Chateaubriand, ao comunicar a um amigo que havia mudado de residência, dizia-lhe:

> O Sr. de Chateaubriand está muito contente. Porque não acha lugar aonde pôr um livro. Conheceis o seu horror a esses ninhos de ratos, a que se chamam bibliotecas.

Para se compreender que uma biblioteca possa chegar a isso, a esse extremo desmazelo e a essa insólita sujeira, é preciso que

os almocreves se hajam transformado em colecionadores, ajuntando livros entre o palhiço e a imundície das sevandijas.

Há tal erudito espanhol, a quem as ratazanas não poupavam manuscritos e impressos:

"Que desgracia la mia! —
El literato exclama — ya estoy harto
De escribir para gente roedora".

E só lhes deu cabo, pondo na tinta *solimán molido*. Dessa tinta corrosiva de certos críticos não era o artista supremo das *Memórias de Além-Túmulo,* e talvez daí a familiaridade entre os ratos e os livros que alguma vez acertou de recolher.

O DINHEIRO E OS LIVROS

Já houve até quem dissesse, talvez não sem motivo, que os livros afugentam as libras, ou que trazem jetatura. Dos seus mais devotos amigos foi esse raro Aníbal Fernandes Tomás, homem metido a vida inteira com os livros velhos e os velhos papéis. Com eles dispersou a fortuna. Empobreceu. A mulher abandonou-lhe a casa. Ele, porém, não abandonou os livros. Ficou sem dinheiro. Ficou sem mulher. Mas ficou na posse e no gozo de uma das maiores e mais ricas bibliotecas portuguesas. Um amigo, o poeta Delfim Guimarães, convidou-o certa vez a passar o domingo em sua companhia. Não pôde ir. Recusou o convite, explicando em carta:

> As minhas botas, únicas que tenho, não estão em estado de se exibirem à luz do dia, podendo apenas aparecer em público protegidas pelas trevas da noite.

CIDADE DOS LIVROS

Foi sobretudo depois de 1893, quando Rui Barbosa adquiriu a propriedade de São Clemente, que a sua livraria começou a avultar, até se lhe constituir a casa verdadeira cidade dos livros. Isto é, somente após se tornar proprietário, e de um verdadeiro

solar, capaz de abrigar tantos volumes. Sem casa própria e conveniente não é possível livraria digna deste nome.

Percorrendo-se alguns livros de apontamentos diários de Rui Barbosa, por exemplo, os de 1876, 1886 e 1889, se verá que muito pouco adquiriu nesses anos. As grandes compras, das quais deixou cópias de listas no seu arquivo, vieram desde que começou a conquistar entre os nossos jurisconsultos o renome da mais vasta e merecida celebridade. "Vinte e cinco anos de advocacia", confessou ele no Senado, em outubro de 1896,

> dos quais cerca de dezoito na capital do País, com esse poder de ação, a que, há pouco, ouvi chamar, em referência a mim, "a nevrose do trabalho", com vitórias memoráveis em causas famosas, criaram-me uma reputação profissional, que os estados de sítio, o desterro e as calúnias não lograram diminuir; antes avultou enormemente através de todas essas hostilidades; e hoje, merecida ou imerecidamente, não há, no foro, questão de certa gravidade em que se não solicite com empenho o meu humilde parecer. Por estas escrituras, devidamente legalizadas, verificará esta Câmara que, de março do corrente ano para cá, fiz direito, em honorários, ajustados com vários comerciantes desta praça, a 680:000$000. Desde que os meus trabalhos me deram nome, a sua renda sempre me sobrou para as exigências da minha vida.

E dentre estas uma das maiores era a compra de livros, a qual andou em progressão contínua. Já não havia mais colocação conveniente para eles nas estantes, com duas e três ordens de volumes, e ainda com muitos outros deitados em pilha sobre a cabeça dos que ficavam em pé, na posição que lhes é ordinária. A sua própria sala de música já ia ceder espaço à invasão implacável. Quando em Petrópolis, e, portanto, não podia freqüentar as nossas livrarias, estas lhe remetiam semanalmente para a cidade serrana pacotes das últimas novidades, a fim de que procedesse à sua escolha. Em entrevista ao *Jornal do Brasil,* declarou o Sr. Luís Lader, um dos sócios da Livraria Briguiet, principal fornecedora de Rui Barbosa, e da qual esteve a pique de ser sócio:

O Conselheiro era o nosso maior freguês. Avaliamos as compras por S. Ex.ª, anualmente, de trinta a quarenta contos, e às vezes mais. Nunca lhe ouvimos dizer: "Este livro é caro". Acresce que o egrégio jurista era de uma pontualidade extrema nos pagamentos.

E ainda havia os presentes dos amigos e admiradores, alguns dos quais às vezes o brindavam com verdadeiras preciosidades, edições raras ou de arte.

Neste número se contam, entre outros, o *Dante* de Landino, a que mais tarde aludiremos, e que lhe veio da biblioteca de Salvador de Mendonça, após a morte deste escritor; o *Rerum per Octennium in Brasilia,* de Barléu, dádiva gentil de uma neta de um dos mais famosos clínicos do seu tempo na Bahia, o Dr. Silva Lima; *La Vie de Notre-Seigneur Jésus Christ,* de Tissot, oferta dos oficiais de terra e mar ao seu eloqüente e generoso patrono, e adquirida em 1899 por mais de três contos de réis; a primeira edição da *Crônica de D. João I,* de 1644, por Fernão Lopes, repetida em dois exemplares perfeitos, um oferecido em 1904 por Alfredo Pujol, e outro em 1920 por Laudelino Freire; a *Imagem da Vida Cristã,* de Heitor Pinto, a primeira parte na quinta edição de 1591, mas a segunda na primeira de 1572, carinhosa lembrança de Alberto de Oliveira; as *Ordenações do Reino,* em três grandes volumes da sexta e luxuosa editoração, mandada imprimir por D. João V no Mosteiro de São Vicente, brinde de Políbio Afonso Alves, talvez um agradecido cliente; o *Orlando Furioso,* de Ariosto, ilustrado por Gustavo Doré, recordação da amizade de Rubem Tavares; as *Leyendas,* de D. José Zorrilla, outro testemunho da estima e do afeto de Alfredo Pujol.

A FERRAMENTA DO OPERÁRIO

Às vezes, ao chegar da rua e ao subir a escada interior, com o empregado que o acompanhava a carregar os volumes que adquirira no dia, divisava no alto a figura senhoril e carinhosa da esposa a quem docemente falava:

— "Perdoa. Já é uma verdadeira mania".

E ela, sempre previdente e magnânima:

— "Não há que perdoar. É a tua ferramenta".

Sim. Era de fato isso: a ferramenta do operário que ele foi a vida inteira, operário com as suas dez horas de trabalho, a meneá-lo sem idéia de repouso futuro, como quem o tinha de arrostar inflexivelmente, no mais áspero campo de batalha. E a ferramenta gasta-se, embota-se, torna-se também anacrônica, não mais corresponde às necessidades do ofício, e é preciso renová-la, tê-la para todas as exigências da arte, sem se recorrer a estranhos nem procurá-la na hora da empreitada. Assim, Rui Barbosa esteve sempre em dia com os instrumentos do seu mister, seus caros e adorados livros.

UM PROGRAMA E UMA BIBLIOTECA

Nem precisou orientar-se por nenhum curso especializado para organizar a sua biblioteca. Procedeu à maneira de um especialista, que de fato era, como se diante dos olhos tivesse um desses manuais bibliográficos de Henriot, de Frantz Calot e Georges Thomas. É que sabia o que lhe era preciso sem que lho ensinassem.

Buscou constituir a sua livraria de sorte que ela sozinha lhe bastasse, sem necessitar de recorrer a terceiros nem freqüentar bibliotecas do Estado.

Traçou para si próprio um sério e vasto programa de carreira pública, e de acordo com ele a pouco e pouco foi reunindo os seus livros. Esse programa era o de um homem que encarava muito gravemente a vida nacional, como se para o Brasil fosse acaso isso preciso. Foi exatamente para ele, e contra ele, que aqui se renovou a despudorada doutrina dos despreparados. Foi justamente como uma exclusiva oposta a ele que entre nós se sustentou que os homens de talento e de cultura não servem para os postos do Governo.

UM APARELHAMENTO TÉCNICO

Assim, pois, se a livraria de Rui Barbosa revela uma curiosidade universal, a verdade é que ela é sobretudo o instrumento

de um estadista, de um político, de um jurisconsulto, de um advogado.

Teve Rui Barbosa a preocupação de construir um aparelhamento técnico, de tal sorte que imediatamente lhe pudesse ministrar em dado momento todos os informes de que carecesse, ao seu simples apelo, aparecendo ele assim formidavelmente armado para a luta com a mais perfeita instantaneidade. É bem de ver que um engenho desses só produz tais frutos em mãos de quem os pode menear.

OBRAS GERAIS

Antes de tudo, e como devia ser, aparecem os dicionários universais, que abrangem a órbita inteira dos conhecimentos humanos: são os trinta e um volumes da grande enciclopédia de Lamirault, a *Enciclopédia Britânica*, com os seus numerosos e pesados tomos recheados de erudição, os dezessete da enciclopédia anual de Appleton, os dezesseis da de Ripley e Dana, os dez da de Chambers, os vinte de *The Americana*, dirigida por Frederick Converse Beach, além do *Larousse* e da *Jackson*, isto é, mais de uma centena de volumes, prontos a derramarem logo de primeira mão uma soma imensa de preciosas informações orientadoras. Dispunha-se a adquirir a *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo—Americana*, editada por J. Espasa. Mas para isso aguardava o término da sua publicação, que não chegou a ver. Como se não bastassem, há ainda as pequenas enciclopédias, os vocabulários de diversas ciências e artes, uma série notável de livros-guias, que abrem caminhos e dissecam os assuntos sem dispêndio de palavras inúteis, mas metódica e sistematicamente, e de que é amostra esse útil *Manuel Pratique pour l'Étude de la Révolution Française*, de Pierre Caron, onde o espantoso drama de 1789 se compendia inteiro em duzentas e noventa e quatro páginas, numa bibliografia da revolução, que vos dá todos os instrumentos correntes de trabalho.

As biografias individuais, aliás já compreendidas naquelas coleções, têm ainda vastos repertórios, que exclusivamente as abrangem: a enciclopédia de biografias americanas de Appleton, os qua-

torze tomos de *The Imperial Dictionary of Universal Biography*, que abarca todos os séculos e todas as nações do mundo.

Ainda dentro desse ciclo de informações universais, são as excelentes revistas de cultura geral, como oitenta e sete volumes de *The Annual Register, or a View of the History, Politics, and Literature*, trinta de *The World Court*, o *Magazine of International Progress, The Fortnightly Review, The Review of Reviews, The National Review, The Nineteenth Century, The Edinburg Review, The Quarterly Review*, a *Revue des Deux Mondes, La Revue, La Revue des Idées, La Science et la Vie*, a *Revue Encyclopédique*, afora outras, menores e numerosas.

HISTÓRIA UNIVERSAL

A História Universal, além dos consideráveis quadros gerais de Lavisse e Rambaud, da Universidade de Cambridge, de Oncken, do velho Cantu, de *The Historians' History of the World*, isto é, uma compacta massa de cento e vinte e um volumes, igualmente se representa pelas histórias particularizadas de muitas nações da terra, que existiram ou ainda existem, em tomos largos e abundantes, pelas histórias da antiguidade clássica, do velho Oriente, da Grécia, de Roma, tudo isso às vezes acompanhado de magníficos dicionários e manuais, como, por exemplo, os dez volumes do dicionário das antiguidades gregas e romanas de Daremberg e Saglio, os dezesseis do manual das antiguidades romanas de Mommsen e Marquardt. Nem foram esquecidos esses preciosos e inestimáveis historiadores, alguns sem valor como artistas, mas todos excelentes ou pitorescos no que nos informam ou relatam: Políbio, Diodoro da Sicília, Dionísio de Halicarnasso, Apiano, Díon Cássio, Plutarco, dentre os gregos; e, dentre os romanos, Amiano Marcelino, Jornandes, Frontino, Justino, Quinto Cúrcio e Suetônio.

A Revolução francesa, particularmente, é uma das secções mais bem providas. As memórias e correspondências formariam a mais curiosa e encantadora das bibliotecas, e mereceriam um estudo à parte.

Depois vêm as monografias sobre as mais interessantes épocas e individualidades de diversos tempos e lugares, sobre os problemas e as questões históricas mais notáveis.

"BRASILIANA"

Costumam os cultores da História do Brasil perguntar, cheios de curiosidade, pela *brasiliana* de Rui Barbosa. Podem ficar tranqüilos: até isso existe entre os volumes que ele reuniu, no meio dos quais podereis ver magníficos exemplares de alto preço, excelentemente conservados e encadernados: a rara crônica de Baltasar Teles; o Barléu genuíno e valioso, publicado em Amsterdão em 1647; a preciosa *Vida de Anchieta,* por Simão de Vasconcelos, de 1672; as três custosas séries da *Imagem da Virtude,* de Antônio Franco: a da história do colégio do Espírito Santo de Évora, a de Lisboa e a de Coimbra; a primeira e estimada edição do Rocha Pita; as *Constituições do Arcebispado da Bahia,* de 1719, tão difíceis de se acharem à venda nesta impressão; a *Vida de Antônio Vieira,* por André de Barros, de 1746, igualmente apreçada; o famoso *Exame de Bombeiros,* de Alpoim, e que é um dos motivos das eruditas *Duas Charadas Bibliográficas,* de Félix Pacheco, que exaustivamente discutiu a questão do impressor madrileno e do impressor brasileiro Antônio Isidoro da Fonseca, de cuja oficina talvez tenha saído aquele livro, espécie inestimável numa *brasiliana.*

E em editorações mais encontradiças, porém não desestimadas: o *Diário da Navegação* de Pero Lopes, as cartas de Nóbrega, o João de Lery, o Yves d'Evreux, Frei Vicente do Salvador, a *Crônica da Companhia* do já citado Simão de Vasconcelos, o *Castrioto Lusitano,* o Jaboatão. Dos historiadores mais próximos, Southey em vernáculo, Abreu e Lima com a sua *Sinopsis,* Varnhagen em várias das suas obras, e a *História Geral* profusamente tracejada a pena. Com idênticos sinais de leitura, o excelente compêndio de João Ribeiro, destinado ao curso superior. De Rocha Pombo, os dez volumes difusos. E Armitage, Moniz Tavares, João Lisboa, a *Crônica da Rebelião Praieira* de Figueira de Melo, Antônio Hen-

riques Leal, *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro* de Macedo, o dicionário de Milliet de Saint-Adolphe. Saint-Hilaire com as mesmas abundantes marcas de leitura nas viagens às Províncias do Rio de Janeiro e de Minas, à zona dos diamantes e ao litoral do Brasil, às fontes do São Francisco e à Província de Goiás, às Províncias de São Paulo e de Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, isto é, o Saint-Hilaire das viagens quase completo, com exceção da *Voyage dans l'Intérieur du Brésil*. Fletcher e Kidder num exemplar de valia, pois traz uma dedicatória de Rui, quando ainda estudante no Recife, a seu pai. Seguem-se depois: Pereira da Silva com a *História da Fundação* em sete volumes, a do *Segundo Período do Reinado de D. Pedro I*, a da minoridade e as *Memórias*, das quais Rui organizou à parte um índice minucioso; os *Motins* de Raiol; as *Memórias* de Felício dos Santos; e Schneider, Joaquim Caetano, Melo Morais, a *Missão Especial ao Rio da Prata* do Conselheiro Saraiva, Luís Francisco da Veiga, Gaffarel, Moreira de Azevedo, os *Apontamentos* do Barão de Cotejipe sobre os nossos limites com a Argentina, vários escritos do Barão Homem de Melo, as *Efemérides* de Xavier da Veiga, os livros de história cearense de Studart. E Eduardo Prado, Alberto Torres, Lúcio de Azevedo, Oliveira Lima, Euclides da Cunha, Calógeras, Tobias Monteiro, Oliveira Viana, Basílio de Magalhães. Ao lado desses, a obra de Levasseur e seus colaboradores, e sobre a qual Rui escreveu no *Diário de Notícias* um estudo, que Rio Branco imprimiu em avulso, chamando-lhe "notável" e "modelo de crítica"; as conferências anchietanas de 1897, jacobinamente interrompidas, e das quais uma seria do próprio Rui; o *Livro do Centenário* de 1900 e os trabalhos completos sobre limites, da autoria de Rio Branco e Joaquim Nabuco. A propósito dos deste último disse o mesmo Rui: "Eu os percorri todos, e, neste gênero de literatura, não lhe conheço coisa comparável. O nosso direito ali resplandece à luz do meio-dia". Nabuco rejubilava-se com o juízo do seu antigo camarada do mesmo "bando liberal da Academia", juízo que lhe fora também comunicado em carta do próprio Rui, e a quem ele assim respondia:

> O que V. me diz das minhas *Memórias* na questão com a Inglaterra é a minha melhor recompensa. V. pode bem avaliar por aí o valor para mim da sua carta. Terei, mais cedo ou mais tarde, que me condecorar com ela.

Quereis, porém, alguma coisa mais neste capítulo de livros brasileiros? Pois tendes *Glossaria* de Martius, *O Selvagem* de Couto de Magalhães, o *Muiraquitã* e os *Ídolos Simbólicos* de Barbosa Rodrigues, de quem igualmente não falta o *Sertum Palmarum Brasiliensium*. Das revistas, apenas os *Anais da Biblioteca Nacional,* a segunda fase da *Revista Brasileira,* de Midosi, e coleções mais incompletas da *Revista Americana,* da *Revista do Brasil,* de São Paulo, e das revistas dos institutos geográficos e históricos do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, da Bahia e de São Paulo. E, encadernados em volume, números do *Tamoio,* o famoso jornal dos Andradas; d'*A Malagueta,* de João Batista de Queirós; d'*O Analista,* da *Luz Brasileira,* d'*O Grito Nacional,* jornais que se publicaram no Rio de Janeiro entre os primeiros anos da Independência e os do Segundo Reinado; d'*O Farol Paulistano,* redigido pelo futuro regente Costa Carvalho; d'*O Observador Paulistano;* d'*O Recopilador Mineiro,* de Pouso Alto, conjunto todo esse da mais extrema raridade.

Ia-nos esquecendo indicar o tão pouco seguro e logrador de incautos, isto é, o *Dicionário Bibliográfico* de Sacramento Blake, que a República encontrou com a publicação interrompida no primeiro volume, e sobre cuja continuidade assim depôs o autor nas palavras prefaciais do segundo tomo, a contar a iniciativa que no caso teve Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda:

> Um dia fui procurado pelo oficial-de-gabinete daquele alto funcionário, propondo-me a compra de meus autógrafos. Era a aurora que se ia abrir. Dois dias depois esse digno Ministro, com o peito cheio de amor às letras e à Pátria, mandou que a Imprensa Nacional fizesse a publicação, sem ônus algum para o autor.

A *brasiliana* de Rui Barbosa tomaria proporções consideráveis se a identificássemos com o *Catálogo dos Livros sobre o Brasil,* de José Carlos Rodrigues, de que há também um belo exemplar na biblioteca de Rui: a ela incorporaríamos então as obras de Fernão Lopes, Azurara, Castanheda, João de Barros, Damião de Góis, Afonso de Albuquerque, Diogo do Couto, Gaspar Correia, Duarte Nunes de Leão, Pedro de Maris, isto é, a torrente dos clássicos portugueses, secção em que a livraria de Rui Barbosa é incomparavelmente mais rica que a de José Carlos Rodrigues.

Livros e autores há que Rui citou repetidamente em alguns dos seus trabalhos, mas que se não encontram na sua biblioteca: Gabriel Soares, Aires do Casal, Koster, as *Memórias* de Monsenhor Pizarro, o dicionário de Moreira Pinto, escritos de José Pompeu e Théberge, todos por ele utilizados amiúde nas razões finais sobre os *Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte.* Nesta obra, no *Direito do Amazonas ao Acre Setentrional* e noutras ainda, também largamente se valeu de Barléu, Simão de Vasconcelos, Rocha Pita, Jaboatão, Saint-Hilaire, Varnhagen, Joaquim Caetano, Saint-Adolphe, Studart, Rio Branco, Joaquim Nabuco, Lúcio de Azevedo. Serve isso para mostrar que, de fato, ele freqüentava os seus livros de história nacional, de que há, através da sua obra, alguns quadros e episódios magistrais, em artigos, discursos e conferências.

Há uma curiosa revelação que fazer, concernente a livros brasileiros, mas de literatura propriamente dita: esses escasseiam desprezivelmente em meio de tanta riqueza. Quase que só se nos deparam obras oferecidas, na maior parte sem nenhuma categoria, mas ainda assim conservadas entre as demais. Debalde, porém, se buscarão trabalhos dos próprios corifeus das nossas letras. De longe em longe surgem um Gonçalves Dias, um Machado de Assis, um Júlio Ribeiro (*A Carne*), mestres da língua citados na *Réplica,* ou um Castro Alves, e até um Cruz e Sousa. Mas não há um Álvares de Azevedo, um Varela, um Raimundo Correia. Os livros de Alberto de Oliveira trazem dedicatórias. De Olavo Bilac, puramente os discursos da defesa nacional.

CIÊNCIA E LITERATURA

A ciência das religiões, sua psicologia, sua filosofia, sua exegese, sua história, particularmente as do cristianismo, representam outra secção considerável.

Muitas literaturas aparecem com as suas histórias, escritas pelos mais acreditados especialistas. A grega exibe a de Otfried Müller, a de Mahaffy, e a maior e a mais acreditada de todas, a dos Irmãos Croiset. A latina ostenta, entre outras, as de Teuffel e de Lamarre, de primeira ordem, sobretudo aquela. Nem falha a da Idade Média, na obra clássica de Ebert. Dentre as modernas, a da Literatura francesa de Petit de Julleville; a da espanhola, de Salcedo Ruiz; a da inglesa, nos fartos volumes de *The Cambridge History of English Literature,* para a qual a crítica só encontrou os mais altos encômios. Não se buscarão inutilmente os elementos essenciais da literatura comparada, nem tampouco essas monografias críticas das figuras literárias mais distintas, os ensaios dos melhores aquilatadores literários da Europa e América, antigos e modernos.

A literatura de ficção não falta, não poderia faltar: autores gregos e latinos, alguns em diferentes edições, e, quando traduzidos, em versões inglesas, francesas, italianas, espanholas e portuguesas. Poucos volumes da *Bibliothèque Grecque,* de Firmino Didot, e as coleções de Panckoucke e Nisard quase completas. À sua morte, as edições *Les Belles Lettres,* muito superiores às duas coleções a que acabamos de aludir, estavam apenas em início, e assim escassos são os números delas na companhia dos seus predecessores. Das letras francesas não podemos deixar de mencionar a excelente coleção de *Les Grands Écrivains de la France,* iniciada em 1860 pela Casa Hachette, sem a ausência de um só: são cento e vinte e oito tomos das obras de Mme. de Sévigné, Malherbe, La Bruyère, La Rochefoucauld, Corneille, Racine, La Fontaine, Molière, De Retz, Pascal e Saint-Simon, e mais a correspondência de Bossuet, mas esta apenas em dez volumes, todos numa edição em que a segurança e pureza do texto, a profusão e maestria das notas e dos vocabulários rivalizam com o esmero da mão-de-obra tipográfica,

a excelência do papel e o apuro da encadernação. "Constitui", segundo o depoimento de Alberto Cim, "a honra da livraria moderna e um verdadeiro monumento levantado à glória das letras francesas." Nesta mesma categoria está a *édition nationale* das obras de Victor Hugo, em dez magníficos volumes em quarto,[1] mas sem os trinta e três que a completam. E mais ou menos com a mesma abundância e variedade que a francesa, a literatura inglesa, a alemã, com o seu Goethe no original, a italiana, a espanhola, a portuguesa, a norte-americana. Dessas literaturas, poremos em relevo a portuguesa, com a multidão imensa dos seus clássicos, em raras e acreditadas edições, e a castelhana, com os setenta grandes volumes da magnífica *Biblioteca de Autores Españoles desde la Formación del Lenguaje hasta nuestros Dias,* ordenada por D. Buenaventura Carlos Aribau e outros, e os vinte e cinco volumes da excelente *Nueva Biblioteca de Autores Españoles,* dirigida por Menéndez y Pelayo. Afirmava Mário Barreto, com a autoridade de professor de espanhol, que era Rui quem, no Brasil, mais conhecia esse idioma. E ao receber, aos 20 de julho de 1916, o Embaixador da nossa Pátria, que então o era, no salão de conferências de *La Prensa,* em Buenos Aires, disse Estanislau Zeballos, em discurso escrito, que não pudera jamais gozar ali a eufonia do verbo clássico do orador e escritor brasileiro, porque este sempre lhe falava em castelhano, "e duma madrilena correção". Aos seus amigos confessava Rui ser admirador da língua de Cervantes, a qual contava entre as mais belas, sonoras e eloqüentes. Enfim, no meio desses livros, os de origem inglesa desfrutam uma situação ainda hoje desusada em nossa terra.

Mas autores há que são privilegiados, e se acham em muitas edições: Cícero, Shakespeare, Vieira, Chateaubriand. De par com diversas edições desses autores, dicionários, vocabulários de concordância, gramáticas, estudos particularizados sobre a língua de alguns deles, e às vezes material de idêntica natureza há relativa-

---

1 O conferencista refere-se aqui aos volumes de poesia. Além destes, possuía Rui 4 volumes de drama, também da *édition nationale.*

mente a outros escritores, como, por exemplo, Dickens e Daudet. A dantesca e a cervantina, pela sua importância, impõem-se à nossa admiração, assim como os livros de erudição e cultura espanhola.

DICIONÁRIOS

A secção de lingüística, se bem que com algumas obras notáveis, não está no mesmo nível das outras coleções. Mas os dicionários de vários idiomas são em número assaz avultado, e dos melhores e mais famosos, desde o Du Cange, com o seu consagrado glossário da baixa latinidade, o Forcellini e o Freund, até o dicionário clássico-etimológico latino-espanhol de D. Francisco Commeleran y Gómez, e os vulgares de Quicherat-Daveluy e Saraiva. Dos espanhóis, são vinte volumes, distribuídos entre os seis grandes in-fólios do dicionário da Academia Espanhola, estampado entre 1726 e 1738, o mesmo num só volume reduzido, na edição de 1914, os cinco alentados tomos do dicionário etimológico de Roque Barcia, os três do dicionário enciclopédico da língua castelhana de Elias Zerolo, Miguel de Toro y Gómez e Emiliano Isaza, os dois do *Diccionario de Construcción y Regimen de la Lengua Castellana,* trabalho excepcional de Rufino Cuervo, e finalmente ainda três do *Dicionário Espanhol-Portugués* de Mascarenhas Valdez. E o Littré, o Hatzfeld e Darmesteter, do qual disse o próprio Rui: "onde se exara o estado atual dos conhecimentos filológicos no assunto". *The Century Dictionary,* dirigido por Whitney, mas sem a companhia da obra, que Rui classificava como "ainda mais monumental" que a de Littré, isto é, a de John Murray e da Sociedade Filológica de Londres, cuja presença na biblioteca de Francisco de Castro ele enaltecia como instrumento de cultura. E o Petrocchi, o Ferrari e Caccia, o Bluteau, dádiva natal de Francisco de Castro, o *Dicionário da Língua Portuguesa* da Academia das Ciências de Lisboa, que mereceu de Rui Barbosa este justo juízo: "o mais autorizado léxicon do nosso idioma". Neste capítulo de dicionários, é deveras opulenta a biblioteca que se guarda nos salões de São Clemente.

DA FILOSOFIA ÀS MATEMÁTICAS

A Filosofia está nobremente figurada em Platão e Aristóteles, em Leibniz e Spinoza, todos com as suas obras completas, tem como Francisco Bacon, cuja *Confissão de Fé* o próprio Rui Barbosa teve oportunidade de caracterizar como

> admirável *Summa Theologiae* em sete páginas, de uma língua deliciosamente pura, verdadeiro monumento dos mais capazes de abalar os espíritos menos dóceis à inspiração cristã.

Descartes, na edição de Júlio Simon. Rousseau, Voltaire, Locke e Hegel, em obras incompletas. Hume, Kant, Comte, Spencer, quase integrais. Já Schopenhauer só nos surge nos seus livros menores, sem o *Mundo como Vontade e como Representação*. Nietzsche, William James, Bergson, Bertrand Russell, Dewey, correspondem todos à chamada. Vêm depois os manuais de Filosofia, as histórias da Filosofia. Contra o que geralmente se diz, Rui Barbosa explorou as grandes construções filosóficas, lendo-as integralmente, conforme confissão sua, desde Platão aos modernos. Ele teve também uma fase intensa de inquietação religiosa, que o levou a pesquisar esses sistemas: "Percorri as filosofias", disse Rui desse estado do seu espírito;

> mas nenhuma me saciou: não encontrei repouso em nenhuma. Entre o espiritualismo, o agnosticismo, o materialismo, muitas vezes se me levantou da razão esta pergunta: onde está a ciência?

A Psicologia, a Lógica, a Moral, revelam-se em vários dos seus autores vulgares. Dentre as obras de Sociologia surgem os dez magníficos volumes in-fólio da *Descriptive Sociology or Groups of Sociological Facts,* de Herbert Spencer, custosa publicação que ficou em meio, e na qual quase naufragou financeiramente o famoso sociólogo e filósofo.

E as revistas técnicas acompanham os livros congêneres, isto é, *The Popular Science Monthly,* a *Revue Scientifique, La Philosophie Positive,* a *Rivista de Filosofia Scientifica* de Morselli e Tanzi.

A Astronomia, a Meteorologia, a Física e a Química, a Geologia e a Mineralogia, à Paleontologia, a Pré-História, a Antropologia, a Geografia, as Ciências Biológicas, a Botânica, a Flora, a Zoologia, de tudo isso, bem como das Matemáticas, da Medicina e Higiene, encontrareis o bastante à integração da biblioteca particular de um homem de estudos.

Depois, os infalíveis e úteis dicionários e vocabulários em diversas línguas, acerca dos assuntos mais distantes e opostos.

CURIOSIDADES IGNORADAS

Curiosidades dignas de nota, que Rui Barbosa cultivava sem ruído: a homeopatia, a oceanografia, a levitação, as aparições materializadas de vivos e mortos, os fenômenos psíquicos enfim eram especialidades que lhe preocupavam seriamente o espírito, dedicando-se a elas silenciosa e ignoradamente, sabido apenas de alguns amigos íntimos, aos quais dizia: "Quanta coisa estudo, e que se não sabe, e de que talvez não me utilize nunca na vida!"

MATERIAIS DO HOMEM PÚBLICO

Mas o homem público, o político, o estadista, estava formidavelmente armado, de maneira superior a tudo sobre o que já vos demos as indicações anteriores.

Em revistas, livros elementares, vastos tratados, monografias, dicionários de economia política e finanças, política de várias nações, política internacional, americanismo, Doutrina de Monroe, diplomacia, questões sociais, educação, a biblioteca de Rui Barbosa está admiravelmente dotada.

A eloqüência faz nas suas estantes a parada mais luzida. Através delas, todas as vozes se deixam ouvir, desde o incomparável acento helênico, o nobre timbre romano, até a fala grave dos britânicos e americanos do norte, o claro período gaulês, a sonora dição dos italianos e a numerosa locução dos espanhóis, — na "expressão mais fina, mais natural e mais bela da palavra", como Rui Barbosa mesmo a definiu:

a evidência alada, a inspiração resplandecente, a convicção eletrizada, a verdade em erupção, em cachoeira, ou em oceano, com as transparências da onda, as surpresas do vento, os reflexos do céu e os descortinos do horizonte.

Esse civil irredutível, esse incurável pacifista, era um sério estudioso das questões militares. Os seus livros sobre operações bélicas terrestres, sobre guerra marítima e questões navais, revelam a profundidade das suas preocupações neste sentido. A guerra européia tem nos raios dos seus armários proporções consideráveis. Todos os aspectos do extraordinário cataclismo estão ali contemplados, a começar da parte puramente narrativa ou histórica, e a acabar nas demais: a militar, a diplomática, a jurídica, a econômica, a colonial, a internacional, a política propriamente dita. Se quiserdes ter uma noção de conjunto sobre o imenso conflito, podereis adquiri-la em obras formidáveis: nos quatorze tomos da história de Hanotaux, nos cinco volumes de *The Great War,* de George H. Allen, nos onze de *The Times. Documentary History of the War,* nos vinte e um volumes de *The Times. History of the War,* nos noventa e um números de *The New York Times. Current History of the European War,* nos trinta de *Les Archives de la Grande Guerre.* Para a legislação, ser-vos-á fácil conhecê-la nos cinco volumes da *Législation de la Guerre de 1914,* publicada por Sirey. E se vos interessa saber como, após a invasão, cuidou a Alemanha da condição legal da Bélgica, tê-la-eis na *Législation Allemande pour le Territoire Belge Occupé,* em quatorze volumes.

O comunismo e bolchevismo: onde estão os freqüentadores desses estudos? Pois podem praticá-los noutra das mais notáveis e curiosas secções da admirável biblioteca.

LIVROS DE DIREITO

O que, porém, sobre tudo e sobre todas as coisas, avulta na livraria de Rui Barbosa, é a parte jurídica. Não seria fácil encontrar uma biblioteca particular que, em 1923, numerasse as espécies que ele reuniu a mãos largas e cheias dos mais distantes cantos

do globo. Pode-se talvez dizer que, àquela data, nada de essencial lhe faltava. As legislações de todos os povos civilizados, as constituições, os códigos e as leis civis, comerciais, penais, processuais, às vezes em mais de uma coleção do mesmo país. Revistas imensas, — francesas, americanas, inglesas, italianas, belgas, várias em algumas dessas línguas, sobre quase todos os ramos do Direito, e acompanhadas de dicionários jurídicos e extensas enciclopédias, gerais ou especializadas, em diversos idiomas também. Valendo-se certa vez de uma dessas publicações periódicas, *Il Foro Italiano,* vangloriou-se Rui de contá-la integral entre os seus livros: "Temos a fortuna de possuir a sua coleção completa, de 1879 a 1907". E, à maneira das revistas, vastos repertórios da jurisprudência universal enfileiram-se na companhia de amplos e copiosos tratados e de modestos e insignificantes manuais, desde Glück a Foignet, de todos os ramos do Direito, de grande número de nações e em todas as línguas cultas, inclusive a alemã, que Rui Barbosa lia sem dificuldade, e em que não escasseiam obras entre os volumes que deixou. Tais livros estão não raro em diferentes edições.

Isso só seria bastante. Mas ainda há mais: uma rica e rara secção de monografias, dessas monografias preciosas e indispensáveis, que exaurem os assuntos de que às vezes nem sequer cuidam os tratados, e que contêm, entretanto, as matérias que surgem na vida diária do advogado. Nessa particularidade ainda hoje será difícil confronto com outra livraria. Vê-se que Rui Barbosa estava atento para que nada de notável lhe escapasse em matéria jurídica. A última monografia digna de apreço, o último manual importante, o último grande tratado até 1923 foram por ele buscados onde quer que os encontrasse.

Mas a sua curiosidade e consciência ainda não estavam satisfeitas. Não lhe bastavam os modernos. Remontou aos maiores jurisconsultos do XIV ao XVII século, reunindo, em excelentes, raras e custosas edições, as obras de Bartolo, de quem dizia Dumoulin ser *"le premier et le coryphée des interprètes du droit";* de Faber, professor dos mais eminentes em França; de Coepola; de Cujácio, o São Paulo do Direito, inaugurador do critério histórico no estudo da ciência jurídica, "o maior dos antigos romanistas",

segundo o juízo do próprio Rui Barbosa; de Donello, que os contemporâneos antepunham à celebridade universal de Cujácio; de Vinnen, para muitos, o primeiro jurisconsulto da sua idade; de Lauterbach e Stryk, mestres de que se ensoberbecia e ainda se gloria a sábia Alemanha; de Voécio e Cocéjio, que embeberam da sua influência as correntes jurídicas do tempo; de Heinécio, vasta inteligência renovadora, de aptidões múltiplas, que tudo abrangia, e em um de cujos livros, numa distância maior de duzentos anos, ainda estudávamos, de par com os modernos, nos começos do século XX, o Direito Romano.

E se buscardes esses grandes jurisconsultos dos séculos XVI, XVII e XVIII, que criaram para Portugal um grande esplendor na Europa, a qual, com justos motivos, nele via um dos mais sérios centros de cultura jurídica, a competir com a França e a Holanda, então tereis Álvaro Valasco, que, no sentir dos melhores críticos, é daqueles que mais se aproximam de Cujácio; Mendes de Castro e Belchior Febo; Francisco Pinheiro, o mais completo em matéria de testamentos; Manuel Álvares Pegas, a figura mais notável do século, morrendo moço, e legando uma obra colossal; Guerreiro, Silva, Morais, Pedro Barbosa, até esse genial Melo Freire, todos mestres insignes, que a nossa superficialidade de hoje desconhece, mas dos quais a Alemanha, a França e a Bélgica reproduzem alguns no original, isto é, nos austeros textos latinos.

JURISCONSULTO E HUMANISTA

Rui Barbosa aproximava-se de todos esses vultos, freqüentava-os habitualmente, do que há vastos sinais nos seus trabalhos forenses. Porque, como eles, tinha a mesma formação: a formação dos Cujácios, dos Donellos, dos Melo Freires, todos fortes em humanidades, todos ledores constantes e expertos dos grandes clássicos, todos devotos assíduos da História, da Eloqüência, da Filosofia, da Filologia, às vezes da Poesia e até das Matemáticas, como instrumentos que conduzem ao estudo do Direito. A sua rara e forte estirpe não era a mesma daquele Giovanni D'Andrea, o mais

famoso jurista do tempo de Petrarca, e a quem este demonstrava e provava a sua insuficiência literária. A Jurisprudência, o Direito, a Política, para Rui Barbosa, como para os antigos, apoiavam-se nas boas letras humanas. Era um jurisconsulto desses velhos e sólidos moldes criadores, que retemperava a sua ciência nas saudáveis fontes primitivas, abandonadas pela ignorância, pela incapacidade e pela preguiça. A sua obra foi construída sobretudo com o espírito da antiguidade clássica. Ora, o sedimento dessas idéias não há como o achar fora dos livros, desses bons livros antigos, e neles, de par com uma grande biblioteca, é que tem de ser buscado e pesquisado. Rui Barbosa não podia, pois, dispensar-se de uma livraria assim, possuí-la em casa, bem junto à sua pessoa. Dele se pode dizer, com Anatole France, que foi um desses homens que "amaram as letras mortas com o mais vivo amor, e encontraram na poeira antiga a centelha da eterna beleza".

HUMANISTA

Mas ainda vos não dissemos tudo. Vamos fazê-lo agora. Há outrossim na biblioteca de Rui Barbosa um excelente fundo de livros de humanismo, entre os quais e sobre todos esplendem os de Erasmo, com as suas cartas no original romano, e com a sua notável edição comentada de Suetônio Tranqüilo, Díon Cássio tirado em latim, ambos impressos juntamente com os escritores da *História Augusta,* isto é, Élio Esparciano, Júlio Capitolino, Élio Lamprídio, Vulcácio Galicano, Trebélio Polião, Flávio Vópisco, em legítima editoração *princeps* de Colônia, em 1527. E Landino, esse platônico da renascença italiana, a compor, no seu retiro de Pratovecchio, as traduções e os comentários de Virgílio, Horácio, Plínio e Tito Lívio. Dele, é a jóia da biblioteca de Rui Barbosa, a edição da *Divina Comédia* de 1481, precioso incunábulo, com desenhos originais de Botticelli, gravuras de Baldini e comentos do famoso editor, mestre, que foi, de Lourenço e Júlio de Médicis.

E os livros de Luciano; os escritos de São Clemente de Roma, São Clemente de Alexandria, Santo Inácio de Antioquia, São

Policarpo de Esmirna; a *Didachè,* que contém a doutrina dos doze apóstolos, notável e precioso documento da vida interior das comunidades primitivas; a carta de Barnabé; o *Pastor,* de Hermas, povoado de visões e revelações como um apocalipse, e do qual Renan descobriu reflexos no evangelho de São Lucas; o *Martírio de Policarpo;* a *Epístola a Diogneto,* eloqüente e calorosa, e para cujo autor desconhecido a verdadeira religião é a do Cristo; a *Vida de Apolônio de Tiana,* por Filostrato, o Ateniense, tão curiosa para o conhecimento da credulidade contemporânea; as obras de Juliano, o Imperador, forte e original figura, bela esperança malograda; a *História das Guerras de Justiniano,* por Procópio, escritor notável, que retrata ao vivo a sociedade em que viveu; a *Queda de Tróia,* poema de Quinto de Esmirna, que, não sem arte, se atreveu a continuar a *Ilíada;* o *Barlaão e Josafá,* romance ascético, que se atribui a São João Damasceno; a *Argonáutica,* de Apolônio de Rodes; Aquiles Tátio, de Alexandria, com o seu romance das *Aventuras de Leucipo e de Clitofon,* tudo isso em excelentes edições da coleção Loeb ou da Biblioteca Oxoniensis, com os respectivos textos gregos e as versões em inglês, empresta à livraria de Rui Barbosa um desusado cunho de cultura, de erudição, de gosto, que só é possível em países de educação clássica, humanística.

Igual significação têm os tratados teológicos de Boécio, tão vulgarizados na Idade Média; o *Livro das Etimologias ou Origens,* verdadeira enciclopédia dos conhecimentos humanos da época, e da autoria de Santo Isidoro, Bispo de Sevilha; os estudos do gramático Ascônio Pediano, o famoso comentador de Cícero; as cartas de Santo Isidro Apolinário, que nos revelam os hábitos e costumes dos francos e gauleses do seu tempo, todos igualmente em excelentes edições inglesas das mesmas coleções citadas.

LIVRARIA DE UM ERUDITO

Quantas bibliotecas se poderiam formar à parte, dentro dessa livraria excepcional, e que se pode inscrever entre as melhores obras de Rui Barbosa! Dela extrairíamos uma biblioteca jurídica,

uma biblioteca política, uma histórica, uma de memórias, uma de correspondência, uma literária, uma filosófica, uma científica, uma clássica, uma de eloqüência, uma lexicográfica, uma de humanidades, e todas numerosas e ricas, sabiamente escolhidas.

É a livraria de um erudito, que, entretanto, compreendia a especialização crescente da ciência, a exigir cada vez mais do estudioso a limitação da sua experiência. "O saber moderno", foi o próprio Rui quem o viu e disse,

> o saber moderno, espaçando incomensuravelmente as estremas do universo acessível à sonda humana, rasgou ao estudo páramos encantados, revelou à curiosidade imprevistos fabulosos, armou a observação de instrumentos estupendos, variou-nos ao infinito o campo do trabalho. Mas, por isso mesmo, o adscreveu a uma prudência, a uma temperança, a uma humildade, que encerram a cada trabalhador nos âmbitos mais estreitos. As sínteses vêm a ser agora de uma vastidão e complexidade inenarravelmente embaraçosas. As análises, de uma particularização, uma severidade e uma delicadeza não menos exigentes. De sorte que, nessa imensidade incalculável, balizada pela imaginação entre dois infinitos, o do invisível sidéreo e o do invisível microbiano, o menor recanto, conscienciosamente explorado, basta a absorver as forças de um talento e a atividade de uma vida.

Ora, Rui Barbosa a si mesmo se caracterizava como "o homem talhado para a luta política, para a tribuna parlamentar, para a construção legislativa". E se caracterizava com acerto. A sua livraria também nos diz isso. Todas as secções que se acrescentam à parte fundamental dela não passam de remates e complementos desta última, mas todas necessárias a uma inteligência de primeira ordem, feita de seriedade, dignidade e nobreza, todas indispensáveis a uma vida de combatente, de apóstolo, de erudito, vida, porém, no seu conjunto, harmoniosa e perfeita. Destarte, e con-

forme ele próprio o confessou,

> as letras nela entram apenas como a forma da palavra, que reveste o pensamento, como a eloqüência, que dobra o poder das idéias, como a beleza aparente, que reflete a beleza interior, como a condição de asseio, que lhe dá clareza às opiniões, que as dota de elegância, que as faz inteligíveis e amáveis.

AS GRANDES BIBLIOTECAS

Assegura-se, porém, que passou o tempo das grandes bibliotecas. E que passou sem esperança de volta. "Os grandes livros atravancadores", diz Rouveyre, como que a descrever em parte a livraria de Rui Barbosa,

> as coleções numerosas, os clássicos gregos e latinos (*cum commento,* acentuava Rabelais), os incontáveis historiadores de todos os tempos, de todos os países, de todas as cidades, de todas as igrejas, tudo foi para sempre banido das bibliotecas de amadores, e relegado para as bibliotecas públicas, sob a defesa, ah! duma poeira que deverá ser secular.

Mas já mesmo entre os antigos havia quem desadorasse, como Sêneca e São Jerônimo, as imensas livrarias. E entretanto do tempo do próprio Sêneca era o gramático Epafrodito, que possuiu 30.000 volumes. A questão, pois, de saber se se deve ter uma grande ou pequena biblioteca, é de todos os tempos. Desde a antiguidade aos dias que correm não têm faltado essas curiosas coleções. Cícero, já o vimos, reuniu uma das maiores. E a gente que o cercava tinha o mesmo gosto. O seu amigo Ático era um desses. Tiron, seu liberto e bibliotecário, contaminou-se do vício, e acabou dono de muitos milhares de volumes. Plínio, o Moço, além de prezar os livros, fazia deles presente, ainda quando custavam tanto dinheiro, e a Como, sua cidade natal, doou uma biblioteca. E até Marcial, que jamais passou por sujeito dotado de bens de fortuna, e Sílio Itálico, todos tiveram os seus livros. No segundo século da era cristã Laurêncio reuniu nada menos de 35.000 volumes.

Escalígero estimava que, "para uma perfeita biblioteca, seriam precisos seis grandes cômodos". Muitos livros teve D'Aguesseau, e, depois dele, Vítor Cousin, Vítor Le Clerc, Júlio Simon, Luís Barthou. Entre nós, parece que não houve biblioteca maior que a do Conselheiro Cândido de Oliveira, que, como Boulard, mantinha casas alugadas só para depósitos de livros. Tinha-os sobre as mais diferentes espécies e os assuntos mais variados, sem o trato que aos seus dispensava Rui Barbosa. Dispunha, na Europa, de correspondentes, incumbidos de lhe mandarem as melhores novidades, principalmente jurídicas, que aparecessem. Eduardo Prado, Alfredo de Carvalho, Oliveira Lima, Alfredo Pujol, Simões Correia, Estêvão de Almeida, Solidônio Leite, Alberto Lamego, Félix Pacheco, foram donos de livrarias consideráveis, que se dispersaram quase todas, à exceção da de Oliveira Lima, doada a uma universidade americana, e das duas últimas citadas, adquiridas pelo Governo de São Paulo. Não menores, e igualmente preciosas, possuem-nas hoje os Srs. Drs. J. F. de Almeida Prado, João Marinho, Afonso Pena Júnior e José Sabóia de Medeiros.

MEMÓRIA, E NÃO CATÁLOGO

Circunstância, porém, digna de nota. Da sua enorme biblioteca Rui Barbosa não tinha catálogo de qualquer espécie. E os livros, como já dissemos, se dispunham em duas e três filas, e muitos eram colocados horizontalmente sobre a cabeça dos outros. Demais, não os tinha nunca em repouso. Mudava-os continuamente de situação, o que fazia por suas mãos. O seu catálogo era a sua memória, que ele tinha fora do comum, e dela se vangloriava, como o fez na *Réplica*: "Graças a Deus, sempre me tiveram, até os meus desafetos, por sujeito de retentiva alguma coisa acima do vulgar".

Propuseram-lhe certa feita organizar um catálogo. Ao que replicou:

— "Já necessitei acaso de algum livro que o não fosse buscar no seu lugar? Quando precisar de catálogo, não precisarei mais de livros".

Era o prodígio da memória. Escudado nela, jamais teve catálogo para a sua livraria. Quando Deputado-Geral, essa memória foi objeto de reparo, e Afonso Celso o notou nos seus *Oito Anos de Parlamento*. Não seria como a de Donello, que sabia de cor todo o *Corpus Juris,* ou como a de Escalígero, que em vinte e um dias decorou a *Ilíada* e a *Odisséia,* ou como a do Infante D. Duarte, de quem conta André de Resende que dizia às avessas capítulos do *De Officis* de Cícero. Mas seria como a de Júlio Simon, que também não tinha catálogo para os seus vinte e cinco mil volumes, e os classificava, se assim se pode dizer, pela cor das encadernações, variando-as conforme os assuntos, e assim não tinha dificuldade em achá-los. Ia sempre com segurança aonde eles estavam. Já cego, aos oitenta anos, viu-o Léon Séché tirar do raio de uma estante um exemplar das *Paroles d'un Croyant,* que, desde 1834, ou há sessenta anos, jazia por detrás de uma rima de livros.

Ora, em Rui Barbosa predominava o gosto de uma só cor para todas as encadernações, embora entre seus volumes os encontremos de todas as tonalidades. Apesar disso, porém, caminhava direito à busca da obra desejada. Até de longe, se carecia de livros, mandava buscá-los por escrito, com as indicações mais minuciosas. Só uma memória como a sua, memória de várias espécies, entre as quais a menor não era a topográfica, poderia redigir um pedido como este, formulado em carta de Nova Friburgo, de 23 de janeiro de 1897, ao seu cunhado, o Sr. Carlos Viana Bandeira:

> Vai à minha livraria, e, na maior das duas estantes, que ficam aos lados da porta do meu gabinete, divisão do centro, corpo inferior, segunda prateleira, contando do chão, encontrarás *deitados um sobre o outro* dois livros com o título: Ribas: *Direito Civil.* Tira-os, empacota-os bem, e envia-mos por algum comissário, ou portador seguro, no trem de terça-feira.

Ou estoutro, mandado de Petrópolis, e que pode rivalizar com o mais completo boletim de consulta de uma biblioteca:

Tirar e remeter-me:

— Do meu quarto de vestir, papeleira que fica ao lado da minha secretária, gavetas à direita de quem olha para ela, segunda, ou terceira a contar de cima, um artigo meu sob o título *Pasquino e Marfório.*

— Da biblioteca, estante situada entre as duas portas do corredor, lado esquerdo, terceira ou quarta prateleira, contando de baixo, uma obra de lombada preta em dois volumes, com o título — Duvergier De Hauranne: *Les Abus d'Autorité en France.*

— Do gabinete, estante oposta às janelas, primeira ou segunda prateleira a contar de cima, segundo ou terceiro corpo a contar da esquerda — Carrara: *Diritto Criminale, Programma, Parte Speciale,* o volume onde estão os §§ 2760 a 2779.

Ainda nessa estante, nessa mesma parte envidraçada, primeira, ou mais provavelmente segunda prateleira, a contar de baixo, um volume com o título — *Liberté Individuelle.*

Ao entrar na minha biblioteca pela porta do corredor, há duas estantes giratórias: uma à direita, outra à esquerda.

Na da direita, em uma das prateleiras de baixo, tire um livro inglês, de dois volumes, capa de percalina vermelha, com o título *Belgium,* por um diplomata americano.

Na da esquerda, em uma das prateleiras de cima, a segunda ou terceira (de cima para baixo), tire o segundo volume, que lá está sozinho, da obra de Hayes: *A Political and Social History of Modern Europe,* capa de percalina azul-escuro.

SEM FICHAS

Se não tinha catálogo, também não tinha fichas, onde recolhesse as anotações das suas leituras.

Entretanto, sobre o assunto, assim depôs o Visconde de Carnaxide numa conferência:

> Num belo artigo do Dr. Cunha e Costa, notória e lídima glória do pretório e das letras portuguesas, publicado no número de agosto último da revista de Coimbra, *O Instituto,* afirma o autor, com o seu qualificado testemunho pessoal, pois que no Brasil tratou com Rui Barbosa, e o ouviu no foro na sustentação dum *habeas-corpus* perante o Supremo Tribunal Federal, que desse príncipe da palavra falada e escrita, o poder verbal orçando pelo gênio, não era afinal mais do que a expressão magnífica duma cultura que assombra pela vastidão, e duma espiritualização, cuja revoada estonteia; informando depois noutro lugar que todas as leituras, e Rui Barbosa tudo lê, eram logo por ele resumidas em fichas rigorosamente catalogadas, de modo a encontrar, à mão e em dia, os materiais de que carecesse; e isto não só quanto às espécies jurídicas, mas ainda quanto às políticas, econômicas e sociais, nunca o tendo qualquer assunto encontrado descalço.

Não. Jamais Rui Barbosa transportou para quaisquer fichas aquilo que foi observando e anotando através das suas leituras.

INDICADORES BIBLIOGRÁFICOS

Há alguma coisa, porém, que se pode aproximar disso. Mas muito rudimentar, muito incipiente, e que nada representa diante da colossal massa bibliográfica, de que se utilizou em todo o curso da sua vida. Dele nos ficaram dezesseis volumes de formato de papel almaço, encadernados em pano preto, e nos quais, sem muita ordem e unidade, organizou uns ensaios de bibliografia, inscrevendo no alto das páginas os assuntos, e indicando a seguir os lugares em que estavam eles estudados em livros e revistas. As indicações são feitas conforme as matérias estão tratadas de modo geral nas obras e nos periódicos, e não têm absolutamente aquele cunho de registo de anotações de leituras, tomadas às vezes até incidentemente em páginas em que o tema é diverso. Compreen-

dem esses livros assuntos sociais, políticos, econômicos e jurídicos; Economia Política; Finanças; Direito Privado (família, coisas, obrigações e sucessões); Direito Comercial; Direito Público e Constitucional; Direito Administrativo; Direito Penal; Direito Internacional Público; Direito Internacional Público e um pouco de Direito Internacional Privado; outra vez Direito Internacional Privado; Processo; indicações concernentes a questões de limites. Destes índices alguns há, como o de Economia Política, cuja bibliografia é quase nula. Todo o Direito Civil coube num só volume. Poucos daqueles livros têm certa amplitude: os em que se encontram indicações bibliográficas exclusivamente relativas ao Direito Público e Constitucional, ao Direito Internacional Público e ao Direito Internacional Privado. Quem conhece as fontes inexauríveis de trabalho de Rui Barbosa, por ele mesmo indicadas nos seus livros, pareceres e arrazoados forenses, pode dizer com a mais decidida segurança que esse material não teve maiores utilidades nas suas investigações eruditas. Ele bastaria a um modesto trabalhador. Não lograram continuidade as inscrições bibliográficas desses livros, e evidentemente Rui Barbosa abandonou essa tarefa. Tal preocupação deve datar da época dos estudos sobre o projeto de Código Civil, que Rui Barbosa, por motivos de consciência, teve de abandonar. Quando, em 1905, um redator do *Correio da Manhã* esteve em São Clemente, para obter uma entrevista de Rui Barbosa, este mostrou-lhe os livros em apreço.

ERUDITOS DE CARTÃO PINTADO

Acumular volumes, porém, só pelo prazer de acumulá-los, é pura fatuidade, um sacrifício à moda ou à ostentação, senão um vício, como o teve o Cardeal da Cunha, com os seus onze mil volumes, aos quais o Conde da Ponte, "homem de juízo e bons ditos", pôs o nome de — *as onze mil virgens*, pois aqueles e estas rivalizavam em pureza e imaculabilidade jamais profanada. Da mesma curiosa estirpe foi o corretor português Pereira Merelo. Dele nos conta Teófilo Braga que, em quarenta anos de trabalho,

todas as suas economias foram para os livros. Comprava-os às vezes em leilões, cobrindo os maiores lances, e, com as próprias etiquetas, guardava-os em sacos e em caixas. Acabou por não saber o que tinha. E tinha preciosidades da maior estimação. Não tardou em ser vítima de furtos, e, no fim da vida, veio a grande doença, a falta de recursos, e a conseqüente venda da biblioteca encaixotada e ensacada.

Antes a figura do ricaço erudito da fábula de Iriarte, o qual mandou fazer supostos livros de cartão, dissimulando-os e disfarçando-os na pintura, pondo-lhes rótulos falsos, fingindo pasta e pergaminho:

Manos a la labor! Libros curiosos,
Modernos y antiguos,
Mandó pintar, y a más de los impresos,
Vários manuscritos.

Desses eruditos de cartão pintado, que só conhecem os livros pelos respectivos dorsos, há muitos por toda a parte e em todos os países. Já La Bruyère os conheceu, e nos contou como, ao visitá-los, quase caía de fraqueza, ao cheiro do couro preto das encadernações que os revestiam.

A MUNIÇÃO DE MONTAIGNE

Não é esse, porém, o destino dos livros em mãos daqueles que os têm como inseparáveis companheiros da vida. O grande Montaigne dizia deles excelentemente: "*C'est la meilleure munition que j'ays trouvé à cet humain voyage*".

E isto é o que eles foram para Rui Barbosa: verdadeira munição nas suas grandes campanhas ou simples horas de guerrilhas. Rui Barbosa desancava os adversários, atirando-lhes uns sobre outros grossos e pesados in-fólios, encadernados no mais resistente couro de bezerro, como aquele exemplar das *Cartas* de Cícero, que quase fez a Petrarca perder a perna esquerda. Também como Montaigne, jamais Rui Barbosa viajou, na paz ou na guerra, sem a sua

provisão de bons livros. Quando foi para Haia, carregou consigo verdadeiro arsenal, com que metralhou vitoriosamente Martens, Choate, *Lord* Reay e Drago.

HÁBITO DE LER

De menino ainda adquiriu Rui Barbosa a saudável prática da leitura e do estudo. Não é quando já se transpôs esse período da existência, no qual tudo se recebe e guarda facilmente e se contrai o hábito do comércio com os livros, que se há de iniciar a vida estudiosa e meditativa. "Não começando nos anos juvenis", reparou o próprio Rui Barbosa,

> tarde será nos outros. Vegetareis então como o sapê das terras cansadas, entonado, exuberante, mas ocioso, bravio, daninho, símbolo da esterilidade satisfeita e ostentada ao sol.

DE VELA NA MÃO

Assim, Rui Barbosa madrugou para o trabalho mental. Porém não sem obstáculos e empecilhos. Atormentava-o a hipermetropia, de que, só muito mais tarde, se pôde libertar, quando, aqui no Rio, achou meio de sanar esse defeito. De modo que ler, para ele, na mocidade, era uma aflição contínua. Constâncio Alves no-lo representou nessa fase, "com o rosto encostado aos livros, e vela na mão, alumiando as páginas, por horas e horas".

Aqueles que lhe foram companheiros de quarto nas *repúblicas* de estudantes não guardaram boas recordações desse tempo. A vela de Rui Barbosa não os deixava dormir. Contava um deles, Domingos Guimarães, que foi depois Deputado pela Bahia, que, já em dias do novo regime, ao interrogar Rui Barbosa se ainda lia com a mesma intensidade antiga, este lhe replicara afirmativamente, e não sem emprestar às suas palavras o cunho da mais profunda tristeza:

— "Domingos, não poderei nunca me utilizar de tudo o que tenho estudado!"

Depois lhe ficou o uso da vela, mas para as primeiras horas da noite, para a última leitura, quando, já sob os lençóis, com o castiçal sobre o peito, lia romances de aventuras policiais ou outros livros equivalentes, sucedendo-lhe às vezes incendiar a roupa da cama.

TRABALHADOR DAS ALVORADAS

Era o único sacrifício que fazia à leitura à noite. Porque se comprazia em ser o trabalhador das alvoradas, com o dia a lhe amanhecer sobre a mesa de trabalho, onde o sol já o encontrava na tarefa quotidiana. Como de Milton nos contou Chateaubriand, igualmente Rui Barbosa despertava para a faina diária no verão às quatro e no inverno às cinco da manhã. "Ouvistes o aldrabar da mão oculta, que vos chama ao estudo?" Pergunta ele, para responder:

> Abri, abri, sem detença. Nem, por vir muito cedo, lho leveis a mal, lho tenhais à conta de importuna. Quanto mais matutinas essas interrupções do vosso dormir, mais lhas deveis agradecer. O amanhecer do trabalho há de antecipar-se ao amanhecer do dia. Não vos fieis muito de quem esperta já sol nascente, ou sol nado. Curtos se fizeram os dias, para que nós os dobrássemos, madrugando. Experimentai, e vereis quanto vai do deitar tarde ao acordar cedo. Sobre a noite o cérebro pende ao sono. Antemanhã, tende a despertar. Não invertais a economia do nosso organismo: não troqueis a noite pelo dia, dedicando este à cama, e aquela às distrações. O que se esperdiça para o trabalho com as noitadas inúteis, não se lhe recobra com as manhãs de extemporâneo dormir, ou as tardes de cansado labutar. A ciência, zelosa do escasso tempo que nos deixa a vida, não dá lugar aos tresnoites libertinos. Nem a cabeça já exausta, ou estafada nos prazeres, tem onde caiba o inquirir, o revolver, o meditar do estudo. Os próprios estudiosos desacertam, quando, iludidos por um hábito de inversão, antepõem o trabalho,

que entra pela noite, ao que precede o dia. A natureza nos está mostrando com exemplos a verdade. Toda ela, nos viventes, ao anoitecer, inclina para o sono. A esta lição geral só abrem triste exceção os animais sinistros e os carniceiros. Estudante sou. Nada mais. Mau sabedor, fraco jurista, mesquinho advogado, pouco mais sei do que saber estudar, saber como se estuda, e saber que tenho estudado. Nem isso mesmo sei se saberei bem. Mas, do que tenho logrado saber, o melhor devo às manhãs e madrugadas. Muitas lendas se têm inventado, por aí, sobre excessos da minha vida laboriosa. Deram, nos meus progressos intelectuais, larga parte ao uso em abuso do café e ao estímulo habitual dos pés mergulhados n'água fria. Contos de imaginadores. Refratário sou ao café. Nunca recorri a ele como a estimulante cerebral. Nem uma só vez na minha vida busquei num pedilúvio o espantalho do sono. Ao que devo, sim, o mais dos frutos do meu trabalho, a relativa exabundância de sua fertilidade, a parte produtiva e durável da sua safra, é às minhas madrugadas. Menino ainda, assim que entrei ao colégio, alvidrei eu mesmo a conveniência desse costume, e daí avante o observei, sem cessar, toda a vida. Eduquei nele o meu cérebro a ponto de espertar exatamente à hora, que comigo mesmo assentava, ao dormir. Sucedia, muito amiúde, encetar eu a minha solitária banca de estudo à uma ou às duas da antemanhã. Muitas vezes me mandava meu pai volver ao leito; e eu fazia apenas que lhe obedecia, tornando, logo após, àquelas amadas lucubrações, as de que me lembro com saudade mais deleitosa e entranhável.

CAPACIDADE DE LER

Eis aí o ledor pertinaz, o formidável estudioso que foi Rui Barbosa. Pode-se ter a justa medida da sua capacidade como tal, diante de alguns livros da sua biblioteca. Os dicionários portugueses, por exemplo. Quando saiu a primeira edição do de Cândido de Figueiredo, Rui Barbosa leu-o página a página, e ano-

tando-o, acrescentando-lhe novos vocábulos, novas locuções e acepções novas às já contempladas. Anos depois, alcançou segunda edição o mesmo léxicon. E Rui Barbosa como que o tinha pela primeira vez entre mãos: releu os dois tomos do conhecido vocabulário, da primeira à última folha, cobrindo-o de anotações fartas e diferentes. E ainda a terceira edição consigna marcas do seu manuseio. Da mesma sorte os dicionários de Morais e Santos Valente, este mais conhecido pelo nome de Aulete, foram integralmente percorridos nos seus quatro volumes, recebendo outras contribuições pessoais em quase todas as suas páginas. São oito infólios de dicionários completamente lidos e anotados. E há também sinais de leitura no Bluteau e no Viterbo. Os que lidaram com Rui Barbosa, ouviram-no dizer que, o que ele transplantou para os seus exemplares de lexicografia portuguesa, representava trinta anos de trabalho infatigável e constante.

Quereis ver ainda mais o leitor que ele era? Há, entre os seus livros, dois exemplares da *Crônica de D. João II,* por Garcia de Resende, ambos da mesma edição coimbrã de 1798. Pois bem. Estão lidos e anotados por mão de Rui Barbosa. Nem sequer são edições desiguais. E o que é notável é como as anotações às vezes de frases longas, de locuções, de construções sintáticas são as mesmas nos dois exemplares. A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto está lida em duas edições distintas. Antônio Vieira encontra-se em idênticas condições: foi integralmente lido nas suas edições originais, de sermões, cartas (estas apenas em dois volumes) e obras diversas, incluindo-se a *Arte de Furtar,* num total de dezenove tomos, e na edição de Seabra e Antunes, em vinte e seis volumes, num conjunto, portanto, de quarenta e cinco tomos. As anotações em Vieira são, em grande maioria, posteriores à *Réplica,* isto é, depois de 1903. Porque na edição de 1856 deixou Rui Barbosa a data da repetição da sua leitura, quando, no volume oitavo dos *Sermões,* às palavras do numeroso pregador —

> na guerra de Alberto César contra os polacos em Boêmia, não dizem as histórias de qual das partes, mas afirmam que uma só bala matou oitenta soldados,

pôs a seguinte interrogação: "Que diria hoje (1916) o grande orador?" Entretanto, desde a Bahia, desde a sua juventude, já conhecia o seu Vieira, tinha-lhe até, na terra natal, organizado glossários.

Aliás os clássicos portugueses foram vastamente relidos após a publicação da *Réplica*. Rui Barbosa não se entregara antes a esses autores com a preocupação de gramaticar, e por isso não os anotara nos seus primeiros contactos com eles. Depois desse repasse, confessava a um amigo:

— "Agora, sim, eu sustentaria muito melhor o debate filológico sobre a redação do Código Civil".

Sieyès e Destut de Tracy também praticavam essa leitura repetida de um mesmo autor: liam integralmente Voltaire, e, quando chegavam ao último tomo, voltavam ao primeiro. Era um moto-contínuo. Não liam absolutamente mais nada. Somente Voltaire. E com isso se contentavam. Para esses foi que disse o segundo Plínio: *Multum legendum esse, non multa.*

Se, porém, Rui Barbosa relia as obras de um escritor, não ficava nele. A sua capacidade de ler não tinha limites. Era da família de John Ruskin, que a todos os prazeres da vida antepunha o da leitura: "Dai a um homem esse gosto e os meios de o satisfazer, e tê-lo-eis feito feliz".

CÁLCULO DE CONSTÂNCIO ALVES

Lendo, porém, tão desencadernadamente, jamais Rui Barbosa poderia ter lido toda a sua biblioteca. E se isso fosse possível, não seria preciso. Nem sejamos da marca de tantos, que, quando se defrontam com uma numerosa livraria, não se detêm, que não indaguem alarvemente ao seu dono: — "Já leu tudo isso? Tem tudo isso na memória?" "Trinta mil volumes", advertiu Constâncio Alves a propósito da biblioteca mesma de Rui Barbosa,

> trinta mil volumes, é claro, não podem ser lidos por um homem. Os trezentos e sessenta e cinco dias do ano, multiplicados por cem, dão trinta e seis mil e quinhentos dias.

> Quem vivesse cem anos e lesse todos os dias, desde o do nascimento até o da morte, um volume, infalivelmente, pouco excederia daquela conta. Escusado é dizer que em uma biblioteca bem organizada, são numerosos os chamados livros de consulta, não destinados à leitura, do começo ao fim. As várias edições de uma obra servem para comparações, e não para estudo acurado, salvo casos excepcionais.

E na livraria de Rui Barbosa exuberam os livros de consultas e as obras em edições diferentes, sobretudo jurídicas, o que é indispensável, tão aceleradamente mudam os textos dos tratados, manuais e monografias, que têm de acompanhar as variações da doutrina, da legislação e da jurisprudência. Depois, Rui Barbosa teve interrupções forçadas, impostas pelos seus encargos, pelas agitações várias da sua vida e pelas suas campanhas memoráveis, que o levaram a visitar várias vezes alguns Estados da República. penetrando-lhes o interior, até pelos sertões adentro.

"OMNIA MEA MECUM PORTO"

Mas nem todos lêem, e alguns lêem poucos escritores. Outros se lêem a si mesmos, como os autores de *Pierre et Jean, Germinal* e *Pêcheur d'Islande*. Entendia Maupassant que os livros transfiguram e adulteram a realidade, iludem e deformam o espírito. "Os que lêem muitos livros", reparou Anatole France,

> são como os comedores de haxixe. Vivem dentro de um sonho. O veneno sutil que lhes penetra nos cérebros os torna insensíveis ao mundo real e presas de fantasmas terríveis ou encantadores.

Mélanchthon, Pascal, Descartes, Rousseau, Hobbes, não tinham livros, e liam muito pouco. Excepcionalmente, só aos cinqüenta anos de idade se despertou em Lamartine o gosto da leitura. Victor Hugo, esse quase não lia. Zola, a escrever sem parar, não

dispunha de tempo para leitura, e em casa só tinha livros escolares. Loti confessou abertamente: "Não leio nunca".

O gênio pode de si mesmo repetir, com sentido diverso da sua significação real e primitiva, a sentença da pobreza que aspira aos céus: *Omnia mea mecum porto*. Entretanto, pensava Emerson que "os homens de gênio devem ser grandes ledores". E Júlio Simon advertia: "Pode-se passar sem livros, quando se é Victor Hugo. Quando se é como eu, nunca se possui bastante". Nem a leitura arrebatou a Comte a força da originalidade e a grandeza do pensamento eterno.

PÁSSAROS DE CORRENTE

Os eruditos, esses hão de ler sempre, e ter livros, ou andar pelas bibliotecas públicas. Não trabalham com a imaginação nem com os dados subjetivos do transcendentalismo filosófico, tanta vez pessoal e autônomo. Não se perdem nos vôos ousados da metafísica, a que outros sobem nas asas poderosas do próprio gênio. Não. Ao revés desses, os cultores da erudição tiram tudo dos livros. São pássaros de corrente, pobres Prometeus agrilhoados a um eterno Cáucaso, sem Hércules que jamais os liberte, e, ao contrário do da mitologia clássica, a devorarem a substância e as entranhas alheias.

"NEGÓCIOS DE CASA..."

Entretanto, como a leitura e o estudo também transcendentalizam o espírito, transportam-no a mundos infinitos, a longínquos páramos de sonho! É do célebre humanista Budeu que se conta o caso, próprio a testemunhar um desses arrebatamentos profundos. Achava-se ele preso à leitura mais absorvente, quando lhe entrou pela biblioteca adentro o criado, para lhe anunciar que a casa estava a pegar fogo. "Está bem", articulou desatento o fundador do Colégio de França; "avise a minha mulher. Bem sabe que não me ocupo com os negócios de casa."

ARTE DE LER

Há ler, porém, e ler. Goethe afirmava que levara oitenta anos a aprender a ler, e não podia dizer que já o tivesse conseguido. Sainte-Beuve pretendia publicar uma *Filosofia da Leitura.* Assegurava-me Constâncio Alves, capacíssimo leitor jamais cansado de ler, assegurava-me esse saudoso amigo que a vida inteira passara a saber como se lê, e, entre os planos das suas obras abortadas, uma havia, que era sobre a arte de ler. De fato: somente com a carga dos anos vividos na leitura feita com inteligência e agudeza se entra a aprender a ler. Rui Barbosa havia de sentir isso mesmo, sentiu-o, e exprimiu-o excelentemente:

> Saber estudar, possuir a arte de aprender, habilitar-se a navegar seguro por essas águas e através desses escolhos, já é ser abastado nas posses, e ter aproveitado o tempo.

"IN ANGELLO CUM LIBELLO"

O ideal para esses homens seria a casa que o mesmo Constâncio Alves queria para si: um como armazém enorme, cheio de livros, sem mais fôlego vivo que o do leitor dentro dele, e uma janela pequenina, aonde silenciosamente viessem depor as refeições. Aí, sim, seria a plenitude da legenda: *In angello cum libello.*

Com muito espírito conta a Ex.ma Viúva Rui Barbosa que, entre risos expressivos da significação do seu reparo, falava assim ao esposo:

— "Ah! Rui, se não fosse eu, tu não serias nada! Ficarias a vida inteira em casa, entre os teus livros, continuamente a ler e estudar".

LEITURA ATENTA

Essa paixão absorvente, que dominou por igual espíritos como os de Franklin, Gibbon, Lessing, Napoleão e Stendhal, não era em Rui Barbosa puro automatismo. Lia com a atenção mais

acurada, do que há provas eloqüentes entre os seus livros. O exemplar do *Don Quijote,* que ele leu, está cheio de correções ao texto espanhol, sempre que este falha. Assim, por exemplo, entre vários outros, todos estes lugares do famoso livro de Cervantes — *"en disoluble nudo ligados", "habia visto tan hermosa criatura"* e *"adelandose con sus criados",* foram devidamente corrigidos por mão de Rui Barbosa: *"indisoluble", "no habia visto"* e *"adelantandose".*

Lendo o *Primeiro Roteiro da Costa da Índia, desde Goa até Dio,* por D. João de Castro, encontrou lá isto: "A sombra no *nhomam* estava 42 graus". Logo perguntou: *"Quid?* É certamente o *gnômon,* do qual diz Bluteau (*Vocabul., hoc verb.*): 'É o estilo que se põe nos relógios do sol, para assinalar com a sombra as horas'. O *Roteiro* fala amiúde na 'sombra do estilo', quando se trata de averiguar a altura do sol (*hic,* pp. 82, 83, 84, 85, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 105). A mudança do *gn* em *nh* é freqüente neste livro: *manhete,* por *magnete* (pp. 61, 99, 102); *enespunhavel,* por *inexpugnável* (pp. 80, 168, 216); *repunhancia,* em vez de *repugnância* (p. 192)".

No *Vocabulário* que Mendes dos Remédios pôs à edição do *Condestabre de Portugal Dom Nuno Álvares Pereira,* o editor incluiu o adjetivo *caudeloso,* fazendo-o seguir de outro — *cauteloso,* com um final ponto de interrogação. Rui Barbosa anotou, discordando com o auxílio de Morais:

> Não. *Caudeloso* é *caudaloso,* vocábulo que se empregava na acepção de *rico.* V. Morais, vb. *caudaloso.* O alfageme de Santarém era rico, segundo se vê da crônica.

Este é igualmente o parecer de João Ribeiro no *Glossário* à sua edição da *Arte de Furtar.* J. J. Nunes, porém, dá à palavra em apreço, e no mesmo passo daquela crônica, o sentido de *cauteloso* (*cautelosu*).

Não escapava aos olhares de Rui Barbosa nenhuma gralha ou pastel. Se o sentido se obscurecia, se a construção falhava, logo o

reparava, advertindo na impureza ou incorreção do texto. Deparando-se-lhe, num dos sermões de Vieira, o seguinte trecho — "*Deste,* que é o que hoje vimos reconhecer diante de seus altares em perpétua ação de graças, é o de que tratarei somente", anotou: "Parece que deve ser *Este,* para reger, adiante, com o *é o de que*". Noutro dos sermões do mesmo pregador, não lhe passou sem reparo este lanço: "Ama o teu inimigo; porque se ele o *faz* com razão, deves emendar-te", corrigindo a propósito do verbo *faz,* de fato sem cabida ali: "Devia dizer: 'se ele o *é*', e não 'se ele o *faz*'." Ainda noutro sermão de Vieira, esta passagem — "para que nenhum português cuide que basta para satisfazer à obrigação, e devoção que digo, *só com* estar fora e longe de Portugal", mereceu-lhe este reparo: "Sem regência possível. Evidente lapso de Vieira, se não erro de cópia ou impressão". Em mais um dos sermões do famoso jesuíta, onde está — "Deus era o levado *das* águas: *Ferebatur* super *aquas*", pôs esta emenda: "*Ferebatur* super *aquas*" não me parece que se possa verter "levado *das* águas", mas "levado *sobre* as águas". Aliás, reparamos nós, no começo do mesmo parágrafo, onde se lê a tradução criticada, há estoutra, e que é a preferida de Rui: "o espírito de Deus era levado *sobre* as águas: *Spiritus Dei ferebatur* super *aquas*". "Por menos santo e profano que seja", escreveu Vieira noutro de seus sermões. E Rui a advertir:

> *Profano* aqui parece estar no sentido latino de *consagrado* (contrário ao nosso); porque, senão, deveria dizer — Por mais santo e *mais* profano que seja.

As anotações de Rui, que aí ficam, foram todas feitas em exemplares da edição moderna de Seabra e Antunes; mas não se verifica a menor discordância de texto entre essa e a editoração original, que consultamos. Não há escritor nenhum, porém, por mais capaz e atento que seja, que se exima a esses enganos. O próprio Rui, nas *Cartas de Inglaterra,* em cuja revisão, disse, empregou "alguma diligência", escreveu e reviu sem emenda:

> E *estas palavras,* proferidas por um homem respeitável, que experimentara no desterro e nas prisões a doçura da liberdade sul-americana, *caiu-lhe* da boca sem azedume.

Ele mesmo ainda tachou de "erro chambão e alvar" aquele *mais de um que tenham,* que lhe saiu da pena na correção ao art. 1772 do Projeto de Código Civil, e que o Prof. Carneiro Ribeiro demonstrou não ser sempre uma erronia. Rui alegou a respeito erro de revisão, mas não o foi, o que se prova com o seu original do *Parecer sobre a Redação do Projeto de Código Civil.* Amostra igualmente da atenção com que Rui Barbosa lia, é a sua nota a uma das páginas da *História do Futuro,* de Antônio Vieira, na qual o escritor português, referindo-se a São Pedro como "o último dos apóstolos", cita descuidadamente como dele um passo da carta *Ad Ephesios,* o que teve de Rui este reparo:

> Aqui há inadvertência grande. Não é de São Pedro, mas de São Paulo, que são as epístolas *Ad Ephesios* e, portanto, o lanço delas aqui citado e transcrito.

Dessas faltas, porém, ninguém está isento. Igual cometeu o próprio Rui na *Réplica,* quando escreveu: "Minha divisa na vida pública tem sido aquilo do evangelista: *Per infamiam et bonam famam*". E manda ver São Paulo *Aos Coríntios,* numa indicação infiel do texto. Demais, São Paulo não é evangelista.

Lendo a *Origo Gentis Romanae,* de Sexto Aurélio Vítor na edição de Panckoucke, quando chegou àquele passo, onde o historiador diz — "*'primum' dixisse Saturnum, non ante quem nemo, sed 'principem'* ", e que foi assim vertido por Dubois — "*Saturne, 'le premier', non qu'il fût venu avant tous les autres, mais 'un' des premiers*", Rui Barbosa anotou no verso da folha de guarda final:

> A versão de *primus* por "um dos primeiros" não me parece exata. *Primus* aí significa o *primeiro* na ordem da distinção (em vez do primeiro na do tempo), o mais distinto.

o mais notável (*primus juvenum, prima urbs, primus Massiliensium*), como Saturno o era em relação a Jano. Mas sobre a importância de Jano, como não inferior a Saturno, ver (p. 420), *Fastos,* I, v. 103. Ver, ainda, pp. 22 e 421, n.º 9.

ANOTAÇÕES MARGINAIS

E assim, insensivelmente, já entramos no capítulo das famosar anotações de Rui Barbosa aos seus livros.

Ora, essas anotações não têm a extensão e importância que vulgarmente por aí além se lhes emprestam. A tomarmos tais notas como ponto de orientação, chegaríamos a concluir que muito pouco da sua biblioteca teria sido lido pelo extraordinário devorador de livros, *bücherverschlingend,* como dizem os alemães, e que exatamente era Rui Barbosa. Ele foi sempre, por exemplo, desde jovem, um freqüentador assíduo dos clássicos portugueses. Entretanto, conforme o declarou ao Sr. João Mangabeira e já o dissemos antes, só começou a anotá-los depois do debate sobre a forma do projeto de Código Civil.

Ainda aqui, era à memória formidável que Rui Barbosa sobretudo confiava o depósito das suas vastas leituras, sem carecer absolutamente de quaisquer recursos auxiliares do trabalho mental.

A sua maneira mais comum e vulgar de anotar, quando o fazia, era tracejar a tinta vermelha, a lápis encarnado ou azul, os passos que se lhe afiguravam dignos de reparo. Traços, simples traços, e mais nada. Quem lhes pode penetrar no sentido? Já Machado de Assis advertia a propósito de Zacarias de Góis e Vasconcelos: "É arriscado ver sentimentos pessoais nas simples notas ou lembranças postas em livro de estudo".

E quando Rui Barbosa, além de traços, punha quaisquer palavras à margem dos seus livros, não eram comentários ao texto, mas verdadeiras ementas em lugares de relevo, a fim de que ressaltassem as passagens lidas, lhes dessem destaque, lhes avivassem a lembrança, lhes facilitassem a consulta. E na redação de tais ementas era em regra utilizada a forma do próprio texto, que Rui

Barbosa nelas condensava, escrevendo-as então as mais das vezes na própria língua do livro: em latim, em inglês, em francês, em italiano, em espanhol.

Não quer isso dizer que Rui Barbosa não haja posto glosas, opiniões, advertências, em muitos livros que lhe passaram pelos olhos. De tais comentos há amostras principalmente em exemplares de livros de autores nacionais, de que Rui Barbosa discordava. E expressava a sua divergência em tom magistral ou zombeteiro, em obras de Assis Brasil, Felisbelo Freire, Aristides Milton, Sílvio Romero e Araripe Júnior.

O parlamentar baiano Sr. J. J. Seabra, quando arma os trapézios da sua lógica irresistível, costuma concluir, dizendo vitoriosamente: *loógo...* É proverbial a alusão a esse *loógo,* arrastado e longo como um silogismo que se preza, nos círculos que conhecem a trovejante e tonitruante eloqüência seabrina: "Carregai no *logo,* fazei-lhe do *o* um estirão de *ós,* e concluí: *loógo...*" Ora, lendo uma obra do Barão de Batz, — *La Vie et les Conspirations de Jean, Baron de Batz*[2], foram os olhos de Rui Barbosa feridos deste trecho: *"C'est le triomphe de la 'foorme', comme aurait dit Bridoison, dans toute sa splendeur".* E imediatamente escreveu Rui Barbosa à margem: "Seabra: *loógo...*"

Ainda na já citada *Crônica do Condestabre,* que alguns, contra as sugestões de D. Carolina Michaëlis e o voto do Sr. Hernâni Cidade, têm como da autoria de Fernão Lopes, aludindo o escritor anônimo a Santiago de Galiza, informou: *"terra que he de muytas bestas".* E Rui Barbosa a anotar: "Essa terra bem se parece com outras, que eu não digo..."

Mas prossigamos através das *marginalia* de Rui Barbosa. No seu livro — *Les Origines de la France Contemporaine,* num dos tomos consagrados à Revolução, escreveu Taine:

> *Aussi bien, quels que soient les grands noms, liberté, égalité, fraternité, dont la Révolution se décore, elle est par*

---

2 O título exato é: *Les Conspirations et la Fin de Jean, Baron de Batz, 1793-1822.*

essence "une translation" de la propriété: en cela consiste son support intime, sa force, son moteur premier, et son sens historique.

E, sublinhando a parte que transcrevemos em grifo, corrigiu Rui Barbosa o grande historiador, com estas palavras, quase todas de Planiol, postas na folha de guarda final: *"Erreur grave. L'expropriation du seigneur au profit du vassal ou tenancier était déjà chose faite avant 1789.* Planiol: *Dr. Civ.*, I, n.os 2328, 2326". E quem for ao magistral tratado do célebre professor da Faculdade de Direito de Paris, encontrará, sob o número 2328, intitulado — *Erreur des historiens modernes sur l'œuvre de la Révolution,* a primeira anotação e o comentário originário do engano da frase de Taine, que até então passara em julgado na opinião francesa: *"La grande évolution historique, qui a lentement exproprié le seigneur au profit du vassal ou tenancier, était déjà achevée avant 1789"*. Como bom leitor, para logo se apressou Rui em transportar para a página do exemplar do seu Taine a lição do insigne civilista francês.

No seu *Direito das Cousas,* ao descrever a origem histórica da enfiteuse, disse Lafayette Pereira:

> O corpo de doutrina que regulava a matéria da enfiteuse, formado das cláusulas comumente usadas nos contratos de emprazamentos e das disposições dos forais, nunca foi objeto de legislação geral e sistemática. Na compilação Afonsina e na Manuelina apenas se consagraram ao assunto alguns princípios, uns tirados dos costumes, outros do Direito Romano.

E em nota no pé da página aditou:

> Ord. Manuelina, L. 4, títs. 62, 63, 64, 65 e 77, §§ 35 e 36. As *Manuelinas* acrescentavam os casos em que os prazos deviam vir à colação (tít. 77, §§ 35 e 36): introduziram também outra novidade, e foi a de sujeitar o contrato enfitêutico à rescisão por lesão. V. Lobão, Apêndice, §§ 89 a 91.

Rui fez uma chamada em *Manuelinas,* vocábulo que reproduzimos em itálico no texto, e corrigiu o civilista patrício: "Desde as Afonsinas. V. C. da Rocha, II, p. 705". Isto é, não houve novidade nenhuma: os casos em que os prazos deviam vir à colação já estavam há setenta e cinco anos antes determinados pelas *Ordenações Afonsinas.* Depois de, na mesma obra citada, caracterizar Lafayette a enfiteuse como "o direito real de tirar da coisa alheia todas as utilidades e vantagens, *sem destruir-lhe a substância*", palavras estas últimas que Rui Barbosa grifou, advertiu na página imediata o jurista mineiro:

> Na verdade, do domínio se podem desmembrar os direitos elementares seguintes: 2. O direito de gozar dela (da coisa) da maneira a mais ampla.

E em nota observou: "Tal é o direito de usar, de usufruir, de retirar produtos que não são frutos, *abrir minas,* cortar madeira". Rui assinalou as duas palavras grifadas, e perguntou à margem: "Mas como conciliar esta faculdade (isto é, a de 'abrir minas'), com a de não destruir a substância da coisa?" Aliás essa incongruente opinião de Lafayette, Rui a comentou largamente no seu parecer de 1904 sobre *As Areias Monazíticas e sua Exploração em Terrenos de Marinha Aforados pela União.*

Agora é João Monteiro, em cujo *Programa do Curso de Processo Civil* se lê o seguinte:

> Da regra firmada no § 32 — que deve ser citado todo aquele que tem interesse direto na decisão da causa — é corolário, que — *pode apelar todo aquele a quem a sentença diretamente interessar.* Tal era a regra expressa do Direito Romano; tal é também o preceito da nossa lei.

E Rui reparou à parte: "Este 'diretamente' é do autor. Não está nos textos romanos por ele citados, nem nos das leis pátrias". Também esse enxerto de João Monteiro recebeu de Rui Barbosa

o devido reparo nas *Razões da Apelação de Terceiro Prejudicado —Crítica ao art. 689 da "Consolidação" Aprovada pelo Decreto 3048, de 1898.*

E já que estamos em contacto com os jurisconsultos nacionais, cheguemos até Martinho Garcez, cuja capacidade Rui estimava em muito, sendo, por sua vez, aquele grande admirador deste último, a quem nestes termos dedicou a segunda edição das *Nulidades dos Atos Jurídicos*: "Ao Conselheiro Rui Barbosa. O mestre genial do Direito e da Linguagem e maior honra da intelectualidade brasileira". Na primeira edição desse mesmo livro, e repetido sem qualquer retoque na segunda editoração, se encontra este passo:

> Não nos parece aceitável a resposta do grande escritor [Merlin], e estamos de perfeito acordo com a impugnação de Laurent; porque, se o Código Penal francês (como o nosso) permite que a maior disponha de sua honra como entender, não resta dúvida que *a prostituição não pode ser objeto de contrato,* porque nulas são as obrigações que têm *causa ilícita* e causa ilícita é a que é contrária aos bons costumes e à ordem pública e contrária aos bons costumes é toda a convenção imoral, como a que tiver por objeto a prostituição.

Rui Barbosa riscou no texto as palavras — *a prostituição não pode ser objeto de contrato,* e ponderou: "Concordo; mas a razão dada *infra* é um exemplo típico de círculo vicioso".

ENCADERNAÇÃO

Mas não esqueçamos um dos mais importantes aspectos do livro: a encadernação. Numa livraria que se preze, todos os volumes devem ser encadernados. A Júlio Simon as brochuras se afiguravam como homens em camisa. Assim, a bem dizer, não passava dia em que não mandasse livros à encadernação. Porque também quase diariamente os comprava. As brochuras não lhe demoravam em casa. Solidônio Leite, ao contrário, poupava nas

encadernações, para adquirir mais livros. E as encadernações da biblioteca do antigo publicista e político francês tinham várias cores: preto ou castanho escuro, para a História e a Filosofia, cuja gravidade e austeridade não admitem vestes levianas; azul-rei, verde-água ou junquilho, para a leveza sutil da fantasia, — o romance, a poesia, a ficção enfim; violeta ou *grenat*, para as viagens e memórias.

Embora deixasse Rui Barbosa muitos livros em brochura, a verdade é que os preferia encadernados. E há encadernações de todos os tons na sua livraria, o que não podia deixar de ser, pois, como toda a gente, também se provia, no comércio, de obras que encontrava à venda já encadernadas. Tinha, porém, uma cor indiferentemente preferida para todos os livros: a *veau-fauve*, ou cor de vitela amarela, um amarelo suave, atrigado, do trigo ainda na sua casca. Depõe a este respeito, numa entrevista, o Sr. Luís Lader:

> Rui Barbosa dava sempre as encomendas por escrito, não esquecendo nem o nome dos editores, nem o milésimo, e apontando o gênero de encadernação. Gostava muito da encadernação com lombada de vitela amarela, com os títulos sobressaindo num pequeno pedaço de couro encarnado.

Em regra, porém, salvas exceções honrosas, confiar os nossos livros às oficinas nacionais, é levá-los quase ao sacrifício. Antes de tudo, precisamos escolher o encadernador, isto é, procurar agulha em palheiro. É que, comumente, não há aqui gosto ou sequer compreensão do ofício. E não lancemos a culpa à conta exclusiva do artífice. Desde quando quem manda encadernar um livro é inteiramente jejuno na arte e não a procura conhecer, esse fatalmente não distinguirá jamais entre a inferior e a boa mão-de-obra, não descobrirá nunca as falhas de uma encadernação defeituosa, e será para sempre indiferente a ter livros bem ou mal encadernados. Destarte se continuará a encadernar descuidadamente, e a profissão ficará aí nesse estado de incúria e desleixo em que geralmente a vemos.

Se puserdes em confronto a mais vulgar encadernação parisiense, executada em comum *demi-chagrin*, com outra de procedência nacional, imediatamente ressaltará o achamboado do trabalho indígena, no duro e agreste couro de sapateiro remendão, no irregular das nervuras, também achatadas e sem relevo, na douração sem nitidez e segurança, no trancafio inferior e desgracioso, no aligeirado da pintura (quando excepcionalmente a fazem) do dorso do entrenervo reservado às tombas então supressas, na cor sem lustre das cabeças, a qual se espraia pelas margens adentro, na má espécie do papelão e do papel, na ausência de ajuste harmonioso entre a carneira e o papel de capa, na falta ainda de combinação entre o papel de capa e o de guarda, enfim, em todo o conjunto, nesse toque final, nesse acabamento quase inexprimível, que é o toque da arte chegada aos últimos remates da perfeição.

A verdade é que, no Brasil, em ofício de tanta estesia, que príncipes, senhoras e diplomatas se comprazem de praticar, não há, em regra, técnica, não há gosto, ainda em se tratando das maiores oficinas. Em vão recomendareis que se não apare excessivamente a cabeça do volume: ela será implacavelmente decepada como por um cutelo de magarefe. Em vão advertireis que se trata de um exemplar raro: recebê-lo-eis com páginas trocadas e com a falta de algumas páginas. Se ousardes reclamar contra tão graves negligências, não alcançareis um minuto de atenção. Já vimos, na mais importante das nossas casas encadernadoras, reclamar o freguês, ante a maior indiferença do seu empregado, contra a perda de um exemplar da primeira edição do *Gonzaga*, de Castro Alves.

Por tudo isso sem dúvida, adotou Rui Barbosa a feliz prática de mandar encadernar os seus livros em Paris, o que fazia por intermédio da Livraria Briguiet. E não ficavam por isso mais caros. Porque a esse tempo a inferior encadernação nacional se fazia pagar mais alto do que a estrangeira, só agora tão custosa de preço. Como era então barata a encadernação européia!

Mas, ao remeter para a França os seus caixotes de livros, a fim de lá se encadernarem, Rui Barbosa o fazia com os maiores

cuidados e com todas as cautelas. Procedia como bom amador experimentado. De uma dessas remessas ficou entre os seus papéis cópia do respectivo *papagaio,* conforme se diz na gíria dos encadernadores.

Ei-lo, aqui está:

6. Sept. 1913

Livres à relier.

N. B. Tous les petits volumes doivent recevoir la reliure du Mercure de France.

Les autres auront la même reliure, lorsqu'on trouvera les deux initiales M. F. après la mention de l'ouvrage dans cette liste.

Tous les ouvrages auxquels on n'aura pas désigné une reliure spéciale, et qui ne seront pas compris dans la première de ces recommandations, doivent être reliés en veau-fauve.

Epargnez le plus possible les marges. Ne les coupez que dans la partie supérieure.

Pour ce qui est des autres, faites comme dans la reliure d'amateur.

Gardez toujours la couverture du volume, si elle ne se trouve pas abymée.

Esta nota, que nos revela a noção perfeita e exata que Rui Barbosa tinha da arte de encadernar, nos recorda o reverso da medalha: a incompreensão que, por exemplo, tinha Thiers desse tão importante aspecto do tratamento dos livros. Refere Júlio Le Petit haver-lhe contado um encadernador que, em certo dia, foi mandado chamar pelo famoso estadista francês, a fim de lhe encadernar alguns volumes de diferentes formatos. Levado pelo historiador da revolução até à sua biblioteca, mostrou-lhe aí o grande homem um raio de estante, do qual ordenou que se medisse a respectiva altura. E disse-lhe em seguida:

— Quero que todos os livros sejam de tal forma cortados, que possam caber nesta prateleira.

— Mas, senhor, somente os em formato doze aí poderão entrar; aos em oitavo será isso impossível.

— Impossível? Como? Eu os medi a todos, e desde que sejam reduzidos ao tamanho doze, não haverá dificuldades. Basta que o texto fique legível: as margens nada significam.

Em França um encadernador consciente da sua arte sabe e pode assim advertir a um homem que é nada menos que Thiers. Entre nós, porém, conheci a um deputado federal, proprietário que foi de enorme e excelente biblioteca, o qual, conforme ele próprio me confessou, tinha por gosto fazer com que fossem seus livros reduzidos a uma só altura, para o idêntico efeito de entrarem todos no mesmo raio do armário. E jamais encontrou encadernador, que tivesse a lembrança do reparo, que a Thiers fez o artista parisiense.

Depois da guerra, a encadernação encareceu sobremaneira na Europa, e se faz com grandes demoras. Tornou-se raro hoje exporem as livrarias à venda volumes recebidos já encadernados, o que era dantes vulgar.

Assim, não mais Rui Barbosa enviou livros à Europa, a fim de serem lá encadernados, Então, à semelhança de Ricardo de Bury, teve uma encadernação em casa. São os volumes mais mal encadernados da sua biblioteca.

CONSERVAÇÃO DOS LIVROS

A encadernação já é até certo ponto uma forma de se conservarem os livros. Mas a sua defesa impõe outros cuidados, deveres penosos e difíceis. Cumpre salvaguardá-los de terríveis inimigos, sobretudo desses implacáveis anobiídeos, que no-los destroem sem descanso. Entre nós, há muito ainda quem suponha serem as traças, mais propriamente lepismas, os devoradores das nossas livrarias. O próprio Rui Barbosa, em agosto de 1904, escrevia do exílio de Londres ao seu amigo Antônio d'Araújo Ferreira Jacobina, a propósito do abandono em que aqui ficou a sua "cara biblioteca", como lha chamava nas *Cartas de Inglaterra*:

> Recomendo-lhe com encarecimento particular os meus livros, entre os quais lhe peço mandar pôr naftalina *em grande quantidade*. De outro modo não vale contra as traças.

Quanto à ação da naftalina, cujas exalações têm uma influência nefasta sobre o baço, ela se limita ao que consigna Houlbert no seu tratado hoje clássico sobre a matéria:

> A naftalina não asfixia os insetos. Mas cremos que os pode afugentar pelo seu cheiro, quando não habituados a ele, e que pode sobretudo impedir as fêmeas de deporem a sua postura nos volumes que se tenham conservado até então imunes.

Rui Barbosa só se utilizava da naftalina escamada, a qual é de qualidade e efeito superiores à outra, que se vende em forma de pequenas esferas. Esta última, além de ineficaz, quando de todo se evapora, deixa manchados os livros sobre que foi colocada.

Quando Rui Barbosa adquiria um livro velho, que não apresentava nenhum sinal visível de contaminação, depunha-o durante oito ou quinze dias sobre uma mesa. É que, sobretudo no verão, os ovos da espécie brasileira, o *dorcatoma bibliophagum,* de Pedro Severiano de Magalhães, em cinco ou seis dias terminam a fase germinativa, e as pequenas larvas começam a penetrar nos livros, através de orifícios imperceptíveis, pois que os furos visíveis e maiores são, em geral, os de saída dos anobiídeos. Verificando, porém, que, ao correr daquele tempo, nada acusava o volume, era então escovado e limpo com um pano, e posto na estante. Mas, se o livro comprado num alfarrabista revelava provas de contágio, era neste caso fechado, pelo espaço de quinze dias, dentro de uma caixa de Flandres com naftalina, para, em seguida, ficar em observação os mesmos oito ou quinze dias sobre a mesa. Mas se esse volume não dava mostras da ação arruinadora dos coleópteros, passava pelo mesmo método de asseio através do pano e da escova, e levado afinal ao armário. Sucedendo, porém, ser descoberto na biblioteca um exemplar atacado pelo caruncho, era ime-

diatamente mergulhado em querosene branco, de qualidade superior, de mistura com porções de creosoto mineral, essência de cravo e essência de alfazema. Após, ia o livro para o estágio da lata, onde permanecia entre naftalina oito ou quinze dias. E secava sobre uma mesa ou prateleira de estante aberta, ou ao sol. Quanto aos livros próximos do infetado, embora sem quaisquer vestígios, sofriam todos o mesmo período fatal da lata.

Além de tudo isso, a biblioteca inteira estava sempre a ser ininterruptamente revista livro por livro, e, houvesse ou não sinais de carcoma, passava-se em cada um, sobre o dorso e a folha de guarda presa à capa, um pincel embebido numa solução desta fórmula, excessiva e dispendiosa, e que reúne substâncias geralmente indicadas a esse fim: creosoto mineral, 50 gramas; timol cristalizado, 20 gramas; essência de cravo inglesa, 10 gramas; essência de alfazema inglesa, 10 gramas; sublimado corrosivo, 5 gramas; álcool absoluto, um litro.

Como outra providência a mais, usava pôr nas estantes porções de naftalina, que depositava dentro de caixas de fósforos, espalhadas pelos raios dos armários. Estes eram todos, sem exceção de um só, guarnecidos de portas. Lastimava Constâncio Alves, autoridade em Biblioteconomia, que, ao se inaugurar a Biblioteca Nacional no edifício atual, se houvesse adotado o sistema de estantes abertas, expostos assim os livros à poeira e à invasão dos vorazes insetos, que assustadoramente os estão devastando. Na livraria de Rui Barbosa não havia sombra de pó, ruinoso aos livros, como o proclama com a sua experiência Léo Crozet, quando nos instrui que a poeira retém umidade sobre a cabeça dos volumes desabrigados.

Se os armários forem fechados, claro é que não haverá que recear o pó, mais difícil se tornará o acesso dos inimigos dos livros, a contaminação poderá mais facilmente restringir-se às estantes atacadas e mais sem custo será o seu expurgo. Nos armários sem portas, porém, a poeira os invade ininterruptamente, o ataque dos coleópteros ou dos ortópteros vindos de fora e o contágio dos já aclimados ao ambiente se processam livre e constantemente.

Se as cabeças dos livros forem aparadas, o pó que nelas se deposita, ajudado da ação do tempo e da luz direta, faz com que cada vez mais se escureçam e enegreçam, ainda mesmo quando periodicamente escovadas, e assim também fragmentos de poeira penetram através de algumas páginas, manchando-as irremediavelmente; e se as mesmas cabeças dos livros não forem raspadas, então mais custosa é a remoção do pó à custa da escova, a qual se não introduz nas arestas das páginas cortadas a espátula, e destarte se agravam todos os inconvenientes da poeira.

Mas não são somente esses os aspectos nocivos do pó. Mais nefasto ainda é a todos aqueles que lidam com os livros impregnados dele. X. Pelletier, principal bibliotecário da Biblioteca Nacional de Paris, no seu estudo sobre *L'Hygiène dans les Bibliothèques,* não deixou dúvidas a esse respeito, se é que ainda havia alguma. "*La poussière*", exclamou ele, "*voilà le premier ennemi.*" "Muito fina", entra a demonstrá-lo o técnico francês,

> ela se incrusta na pele, lhe obstrui os poros, dificulta a respiração cutânea. Adere às mucosas pituitária, laríngea, brônquica, pulmonar, irrita-as, mantendo-as num estado de inflamação subaguda, de congestão crônica. Cria então aí um ponto de menor resistência, esfolando-o levemente e determinando assim escoriações, que são outras tantas abertas aos bacilos. Se o terreno está predisposto à tuberculose, se já existem lesões bacilares mínimas, ela as agrava e, por acréscimo, encontra a poeira um terrível colaborador: as violentas variações de temperatura, que ocasionam todos os modos de infecção do aparelho respiratório, essas bronquites contínuas, que tão facilmente preparam a cama à tuberculose.

A poeira já deu até lugar a um capítulo novo da patologia pulmonar: a asma dos bibliotecários, que, em suma, não passa de um estado preparatório da tísica.

Não há até hoje aparelhos bastantes e perfeitos, que aspirem o pó que se ajunta na cabeça dos livros. Aliás ele se acumula também nos raios das estantes, por detrás dos volumes. E nada

mais desaconselhável que se submeterem os livros à escova, ou atritá-los uns contra os outros. Não se dispõe em geral de espaço próprio a tais operações, de sorte que apenas se procede à remoção do pó, à sua dispersão no ambiente, com todas as desastrosas conseqüências já apontadas da poeira, a se apoderar do indivíduo ou a se depositar noutros volumes. E a ação de se baterem uns tomos nos outros acrescenta a tais inconvenientes ainda mais o de, só com isso, se arruinarem muita vez os livros, facilitando-se aos que são brochados a rutura através do dorso e não raro dando lugar a que se precipitem no chão, onde recebem toda a sorte de danos.

Nos armários sem vidraças os volumes em brochura e em percalina são os que mais sofrem. As capas daqueles rompem-se facilmente, perdem a cor e ficam às vezes com a parte superior escurecida e linearmente marcada, muito distinta da inferior, quando acerta de se lhes destinar por vizinho um livro de tamanho menor. Quanto aos últimos, são vítimas fatais dos ortópteros, as repulsivas e implacáveis baratas, as quais têm nas estantes abertas o seu viveiro ideal: aí maravilhosamente se põem a bom recato, depositam os seus ovos nas goteiras dos volumes, cobrem-nos de imundas fezes, e de tal sorte destroem o pano pintado da cobertura, que o papelão para logo se descobre e fica visível, através da tênue rede a que se reduz o tecido vorazmente devorado. E tudo isso se processa no breve espaço de uma só noite: numa bela manhã despertareis com os vossos livros horrivelmente danificados e sevandijados.

Não merece sequer o custo de uma negativa pura e simples, a defesa dos armários sem portas, estribada na perda do tempo, que se verifica em se abrirem aqueles que as possuem. Se isso acaso chegasse a ser uma justificativa, o abandono do sistema que nela irrisoriamente se fundamenta seria de sobra recompensado pelos imensos benefícios colhidos com a adoção daquele que se lhe opõe.

Nem se diga que as portas impedem o arejamento, de que carecem os livros. Porque, mesmo com elas, ele se pode verificar. E será preciso dizer como? Abrindo-as de vez em quando por certo tempo.

Não há porventura ainda hoje no Brasil, exceta a do Dr. João Marinho, tão numerosa biblioteca que se mantenha há tantos anos em excelente estado como a de Rui Barbosa. E é uma livraria, por vários motivos, de difícil preservação. Mas pode servir, a esse respeito, de modelo. Jamais, porém, Rui possuiu outros armários que não fossem providos de portas: têm-nas até as suas estantes giratórias. Era um defensor convicto e experiente dessa prática vitoriosamente insofismável.

Falei-vos na biblioteca do Dr. João Marinho. Este achou que as portas ainda não bastavam, e pôs um dispositivo móvel, colocado sobre elas, e em toda a sua extensão, na parte, em que fecham, de maneira que é assim mais difícil o acesso aos insetos. E para evitar qualquer interstício, as missagras são do comprimento inteiro das portas. Nem por isso evitou de todo os terríveis anobiídeos.

Ainda um costume benfazejo de Rui Barbosa: eram os livros continuamente mudados de lugar. Enfim, e esta era uma providência inteiramente inútil, colocava os volumes da primeira fila nos respectivos raios das estantes, de tal modo que o pé não assentasse em todo o comprimento sobre a madeira, ficando uma parte fora da linha da prateleira, a fim de que o ar circulasse no dorso, deste modo desimpedido da cabeça ao pé. Ora, tem acontecido que, em exemplares assim arrumados, às vezes os insetos que atacam os volumes postos nas prateleiras superiores caem nos das inferiores, e os contaminam. E tomos há que têm o dorso colado ao couro, e nesses a possibilidade de circulação aérea é de fato nenhuma.

E com tudo isso conseguiu Rui Barbosa ter a sua biblioteca admiravelmente conservada, como, voltamos a dizê-lo, talvez nenhuma entre nós, com exceção, repetimos, da do Dr. João Marinho. Entretanto, os únicos livros de Biblioteconomia que há na livraria de Rui Barbosa são o velho Gabriel Peignot, com os dois volumes do *Manuel du Bibliophile,* impresso em Dijon em 1823, o *Manuel du Répertoire Bibliographique Universel* [011.1 (021)] do Instituto Internacional de Bibliografia, publicação número 63, de 1907, sobre organização, estado dos trabalhos, regras e classifi-

cação do sistema decimal, o *Manuel Bibliographique de la Littérature Française Moderne,* de Lanson, o opúsculo de Diogo de Faria, *Os Inimigos dos nossos Livros,* e os dicionários de Inocêncio e Brito Aranha e de Sacramento Blake, ambos incompletos, mas inteirados depois da sua morte. É estranhável que, havendo adquirido o Peignot, não comprasse depois os tratados modernos e magistrais de Rouveyre e Cim.

EMPRÉSTIMOS DE LIVROS

Procurando constituir uma biblioteca, com a qual se bastasse a si mesmo, evidentemente Rui Barbosa queria trabalhar só com os seus livros, o que seria o ideal de todo homem estudioso. Assim, não freqüentava bibliotecas públicas, não tinha por costume pedir livros emprestados.

Também não gostava de emprestar os seus, muito embora fosse cristão, e o Concílio de Paris, em 1212, nos bons tempos do Rei São Luís, que amava os livros, recomendasse como um gênero de caridade o empréstimo deles. Se um visitante, ou até um amigo, dentro da sua biblioteca, fitasse mais demoradamente a vista num tomo trancado na estante, logo à sua ausência mudava o volume de lugar, prevenindo-se contra a possibilidade sinistra de um empréstimo.

E tinha razão. Petrarca não se consolava de haver perdido o *De Gloria,* de Cícero, dádiva com que o brindara o jurisconsulto Raimond Soranzo, e que ele emprestara ao seu velho mestre Convennole, que, sempre sem recursos, o dera em penhor a um desconhecido. Mais que Petrarca, foi o patrimônio mental da humanidade atingido desse grave deslize, só em virtude de um empréstimo fatal. E assim em nenhuma parte, nem no comércio dos livros no século, nem nas coleções dos conventos, nem nas das idades modernas, se encontrou jamais o extraviado livro de Cícero. Villemain não restituía os livros que tinha em confiança, os quais só podiam ser reavidos ocultamente, com a cumplicidade do seu secretário. Loménie, depois de reter durante cinco anos um livro

de dez *sous,* se negava despudoradamente a devolvê-lo ao dono. De Antônio Feliciano de Castilho conta-se que, cansado dos consideráveis desfalques que os seus freqüentadores lhe ocasionavam à opulenta livraria, fez pregar no interior da sua casa, à Rua Nova de São Francisco de Paula, em Lisboa, a seguinte inscrição, em letras garrafais: "Aqui *já* não se emprestam livros". Latino Coelho e Bulhão Pato riam a bandeiras despregadas ante essa legenda, que era, nem mais nem menos, verdadeiro e cruel epigrama. "Aqui *já* não se emprestam livros", é como quem diz:

> Passou o tempo em que eu acreditava nos amigos, tão solícitos no pedir, quão avessos no restituir; *já* não estou disposto a ser por eles logrado: livros meus, doravante, não se carregam mais daqui, em que pese a todos os empenhos e aperturas.

Em certa época, o Deputado baiano Leovigildo Filgueiras, amigo de Rui Barbosa, e a quem ele apreçava justamente, desejou que lhe fosse confiada por breve tempo uma das melhores obras antigas de Direito Constitucional americano — *An Introduction to the Constitutional Law of the United States,* de Pomeroy. Dias sobre dias se passaram depois disso. Eis senão quando recebeu Leovigildo Filgueiras um presente de Rui Barbosa. Era um exemplar daquele livro, que ele mandara vir dos Estados Unidos, pondo-lhe numa das folhas esta dedicatória: *"Ao meu prezado amigo Dr. Filgueiras. Rio, 28 Out. 1892. Rui Barbosa".* Isto era o mesmo que dizer: não me solicite mais livros emprestados. Pelo menos foi assim que entendeu Leovigildo Filgueiras. E entendeu bem.

Noutra ocasião foi um dos mais conhecidos advogados do foro desta cidade que, por intermédio de um amigo comum, o Cel. Carlos de Aguiar, pediu por empréstimo a Rui Barbosa o sexto volume do *Cours de Droit Civil Français* de Aubry e Rau. Foi emprestado. Mas sem demora comprou Rui tomo igual na Livraria Briguiet. E mandou colocá-lo no lugar do primeiro, dizendo: "Po-

nha-o lá, que o outro não volta mais". Mas voltou. E assim na biblioteca de Rui Barbosa se encontra aquele volume em duplicata do grande tratado de Direito Civil francês.

Defendendo deste modo os seus livros, querendo-lhes como a outros tantos seres vivos que nos dão toda a substância, toda a vitalidade, toda a força, e aos quais por nossa parte ficamos presos e subjugados pelo resto da vida, pôde Rui Barbosa, enquanto vivo, preservar intacta, através de anos e anos, essa outra considerável construção do seu espírito.

RUI BIBLIÓFILO

Depois de tudo o que havemos revelado com a mais probidosa veracidade e exatidão não há como negar a Rui Barbosa a condição de bibliófilo, e dos mais perfeitos e consumados. Quando, pelo seu jubileu cívico em agosto de 1918, Constâncio Alves o saudou em nome da Bahia, num discurso que é um primor de arte e de eloqüência, estabeleceu alguns traços de identidade, tão fáceis de se acharem, entre Cícero e Rui, e reconheceu neste o "gosto de bibliófilo", que o grande romano também fora, e dos mais apaixonados. Ninguém com mais autoridade para identificar e revelar um bibliófilo que Constâncio Alves, o qual igualmente sabia de que indisfarçáveis sinais se revestia a paixão do seu glorioso conterrâneo pelos livros.

Mas a verdade é que Rui não gostava que lhe chamassem bibliófilo. Por quê? A palavra nada tem de depreciativa ou pejorativa. Rui não era o "amador sem discernimento, que, sem nenhuma escolha, amontoa livros sobre livros", e ao qual se dá o nome de bibliófago. Mas o "amador de livros, que preenche todas as condições de gosto, de arte e de ciência, para discernir o valor intelectual e o custo dos livros", e que é o bibliófilo.

> A bibliofilia distingue-se da bibliomania, em que esta é a paixão ininteligente dos livros, enquanto aquela é a sua estima inteligente e esclarecida. A bibliofilia é uma necessi-

dade normal e perfeitamente razoável do espírito; a bibliomania, pelo contrário, pode-se considerar como a sua aberração.

Rui era o bibliognosta: conhecia os livros e o seu valor, e a respeito deles não tinha o gosto maníaco e sem espírito, que caracteriza o bibliômano.

Ele era, pois, de fato, o bibliófilo, o amoroso dos livros, que os percorria incessantemente, como o operário lida diariamente com os instrumentos do seu ofício; que vivia de preferência na sua companhia, rodeado deles, nos salões e gabinetes do seu vasto solar; que, como poucos, os sabia ler; que os tratava com extremos de apaixonado; que zelosamente os defendia da destruição e da ruína; que os estimava elegantes, em esmeradas edições, em papel de luxo, impressos em belos tipos, e artisticamente encadernados, conforme as instruções que redigiu em francês para o seu encadernador parisiense, as quais assinalam um bibliófilo verdadeiramente digno deste nome.

Nem houve jamais ninguém que metesse à bulha a quantidade invulgar dos seus volumes. É que não estiveram nunca em repouso. A Nação inteira habituara-se a ver neles a fonte inesgotável e incorruptível, aonde ia beber a lição veraz da cultura política universal, fartar a sua sede de justiça e de liberdade, revelada pelo intérprete fiel e sem falsia.

CENTRO DE BOAS LETRAS

É preciso, porém, que esses livros não se petrifiquem num museu, como objetos de simples curiosidade, entre camisas e sapatos velhos. Preservemos a Casa de Rui Barbosa para memória do seu glorioso patrono. Mas a seu lado, sem mistura com o que nos coube daquele que a criou, acrescentemos aquilo que os tempos novos nos forem revelando. Aproveitemos o excelente fundo de livros de erudição humanística que aqui se encontra melhor talvez que em outra parte qualquer da nossa terra, para, ao menos nisto,

lhe darmos atualidade. Que a Casa de Rui Barbosa se constitua um centro de estudos em contínua ebulição, um reservatório e uma fonte de boas letras, de um saudável humanismo, em que a cultura literária seja a base da educação humana; de um humanismo através do qual passe também o espírito dos tempos novos; de um humanismo fecundado das humanidades modernas, que desenvolva as mais altas e generosas aspirações da nossa idade, dilate o horizonte dos nossos conhecimentos e cultive a arte de os transmitir com perfeição; de um humanismo largo e franco, sem limitações nem restrições, e que, dentro da sua esfera imensa, contenha e abarque o âmbito inteiro das atividades mentais do nosso século. Assim era pelo menos que o praticava aquele a quem Erasmo chamava "prodígio da França", Budeu, forte no grego e no latim, mas forte por igual nas Ciências Naturais, na Filosofia, na História, na Teologia, no Direito e até na Medicina. O verdadeiro humanismo, explorador sutil e profundo do saber em todas as suas manifestações, jamais deixou de socorrer-se dos dados imediatos da vida moral, dos resultados ricos e fecundos do mundo material, da ciência enfim sob todos os seus aspectos. Porque ela, a ciência, é um dos fundamentos essenciais do espírito humano.

Daqui, da Casa de Rui Barbosa, poderia sair, por exemplo, com recursos porventura irrivalizáveis entre nós, o dicionário da língua portuguesa, o léxicon com que ainda não conta o nosso idioma e pelo qual aspiramos todos.

OS LIVROS SEM RUI

Os livros de Rui Barbosa, ei-los aí estão. Não se dispersou a sua biblioteca. Os seus formidáveis instrumentos de trabalho aqui se guardam zelosa, mas silenciosamente. Entretanto, eles se acham ao alcance de todos, de quem quer que os saiba e possa ler. Mas não respondem, não responderam nunca mais ao movimento, que em torno deles se opera em transmutações e subversões contínuas e violentas. Trinta e cinco mil volumes em catalepsia! Dessas páginas quietas e mudas não repontaram mais os exemplos de sabe-

doria, que elas nos costumavam comunicar, ao toque mágico do seu encantador. É que lhes falece o condão maravilhoso que as fazia rechinar e crepitar, encher de centelhas esparsas o ar eletrizado, povoar de chispas candentes o ambiente sonoro, arrebatando as multidões, conduzindo-as em clamor para os mais altos e supremos ideais, sob os prestígios de uma eloqüência imortal, fonte de comoções e às vezes de esperança para um povo que sentia se lhe calcinar a fé. O sol que se apagou no cimo da montanha povoada de oráculos sagrados fez com que não mais vibrasse aos seus primeiros raios o gigante que cantava e gemia as aspirações e as angústias de um povo inteiro. A Casa, bem vedes, é a mesma. Os livros são os mesmos. Só lhes falta Rui Barbosa.

O LIVRO FRANCÊS NA BIBLIOTECA DE RUI BARBOSA

Conferência pronunciada pelo Prof. FORTUNAT STROWSKI, *membro do Instituto de França, na Casa de Rui Barbosa, a 28 de agosto de 1940.*

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Quem tem a honra de falar-vos hoje, nesta Casa gloriosa ainda habitada pelo gênio de Rui Barbosa, é, conforme sabeis, um velho professor de literatura francesa a serviço no Brasil.

Por duas vezes, na paz e na guerra, atravessou ele o oceano, contente com lealmente servir o vosso país, sem qualquer idéia de propaganda ou coisa que o valha — escusa dizê-lo.

A boa vontade dele não está em causa. Mas talvez que a sua utilidade vos pareça menos evidente.

Em muitos países tidos por evoluídos, o estudo das letras francesas é considerado sobrevivência de uma civilização cediça. Se, ao menos, ainda fosse história política ou social! Se fosse psicologia! Se fosse sociologia, ou economia política, ou, até, contabilidade e escrituração mercantil! Tais são as queixas que, de dez anos para cá, vos trombeteiam aos ouvidos, nos países das máquinas de calcular.

Mas, Senhores, a literatura francesa é tudo isso, inclusive a máquina de calcular que Pascal inventou, e a contabilidade que o Doente de Cisma[1] magistralmente pratica!

---

1 Este foi o título dado por CASTILHO a sua tradução, em versos, do *Malade Imaginaire*, de MOLIÈRE, editada "por ordem e na Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa", em 1878. Mantivemo-lo aqui por consagrado, há mais de século, em língua portuguesa. (N. do T.)

É próprio da literatura francesa observar e pintar tudo quanto diga respeito ao homem. E ela não se contenta com observar e pintar: ensina a sabedoria, que certamente tem seu valor.

No início de minha carreira, dizia-me um velho professor: "Há os que fazem as pontes; são pessoas necessárias. E há os que fazem aqueles que passam pelas pontes. Estes são ainda mais necessários".

Mas para que remontar a um tempo tão longínquo? Faz poucas semanas que o Sr. Ministro da Educação, Gustavo Capanema, ao saudar nossos alunos tornados professores, lhes dizia a mesma coisa, com sua eloqüência comovedora e grave. O belo discurso resumia-se nisto: "Há os que formam aqueles que passam pelas pontes". Este é todo o segredo de um professor de literatura francesa a serviço do Brasil: seu serviço consiste em formar a alma e a consciência de seus alunos brasileiros. E sabe-se bem dentro de que espírito ele o faz, e o fará sempre: nossa tradição não mudou. Montesquieu, no seu *Espírito das Leis,* deu-nos duas regras de ouro, uma no começo, outra no fim. No prefácio diz ele:

> Não escrevo para censurar o que se acha estabelecido em qualquer país que seja. Se eu pudesse fazer com que toda a gente tivesse novas razões para amar os seus deveres, seu príncipe, sua pátria, suas leis; e melhor pudesse sentir sua felicidade em cada país, em cada governo, no posto que cabe a cada um: então eu haveria de sentir-me o mais venturoso dos mortais.

E na última página, inacabada: "Deus imortal, o gênero humano é a mais digna de vossas obras. Amá-lo é amar-vos; ao cabo de minha vida, consagro-vos este amor".

Eis aí a nossa utilidade e o nosso programa. Se deles duvidásseis, eu não haveria de buscar, longe daqui, a prova do que afirmo. Ela está aqui, nestas estantes. Rui Barbosa em pessoa vos dirá que, por meio de todas as suas vozes, por todos os seus pensamentos, por todos os seus sentimentos, a literatura francesa, ainda que não faça as pontes, forma admiravelmente os que passam pelas pontes, sejam até homens de gênio!

É aqui, na sua casa mesma (e a casa inteira é sua biblioteca) que cumpre evocar Rui Barbosa para conhecê-lo — e por ele, através dele, conhecer-lhe os livros.

Tivemos, não faz muito tempo, dois estadistas deveras eminentes e mundialmente conhecidos. De um se dizia que não sabia nada, mas compreendia tudo; do outro, que não compreendia nada, mas sabia tudo. Rui Barbosa sabia tudo e compreendia tudo. Isto não fragmentou a forte unidade da sua pessoa e do seu gênio: ele inspira admiração e respeito. "Servi minha pátria", dizia ele, "vivi no trabalho, e jamais perdi meu ideal."[2] Com efeito, ele trabalhou infatigavelmente, serviu sua pátria e o gênero humano, serviu seu ideal com todas as chamas de suas convicções, com todas as potências de seu gênio. Mas o verdadeiro foco desse gênio era esta biblioteca. A matéria desta chama eram os livros: 35.000 volumes em todas as línguas! E vede como são belos e bem tratados. No entanto, não os possuía por ostentação.

Rui Barbosa era um prodigioso devorador de livros. De meu amigo Camille Jullian, o famoso historiador da Gália, dizia-se que, para ler um livro, bastava pousá-lo sobre a mesa e, rapidamente, dar uma volta em torno dela. Rui Barbosa, que lera tanto quanto Camille Jullian, não o fazia nem a galope, nem a trote, mas pausadamente, e com muito cuidado.

O seu segredo era não dormir até dia alto! Levantava-se de manhãzinha, à hora em que Chantecler faz o sol nascer! Pertencia à geração que nem sequer previa as maravilhas da eletricidade e para a qual o gás era uma invenção satânica. Só se iluminava com vela ou candeeiro. Precisava, pois, aproveitar a luz natural, entre o *Angelus* da alvorada e o *Angelus* do anoitecer. E era isto uma grande felicidade, uma felicidade hoje em dia perdida — pois que se forçava a orgulhosa e vã criatura humana a regular seus dias e seu

---

[2] O A. refere, traduzindo mui livremente, o que de si mesmo disse Rui, no *Discurso no Colégio Anchieta:* "Estremeceu a pátria, viveu no trabalho, e não perdeu o ideal". (*Obras Completas de Rui Barbosa* — Vol. XXX — 1903 — T. I — *Discursos Parlamentares*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1956, p. 357.) (N. do T.)

trabalho consoante a Universal Polícia da Natura (é a Montaigne que cito). A gente era obrigada a conformar-se à ordem da Criação. Cheio de júbilo com o dia que se abre, cheio de força com o dia em sua plenitude, cheio de serenidade e pronto para o descanso com o sol que se põe e a natureza que adormece, não estava o homem entregue aos próprios caprichos. Hoje, por desgraça nossa, já não há nem dias nem noites; gira-se um interruptor e uma luz factícia, mais solar do que o sol, esparge-se abundante! Os mesmos galos se deixam enganar. Já vedes que não é a mesma coisa!

Rui Barbosa era, neste sentido, da velha escola. Ainda como o nosso Montesquieu, poderia ele dizer: "Desperto-me, de manhã, com uma alegria secreta. Vejo a luz com uma espécie de arroubo. E pelo dia fora fico contente". E, quem sabe, teria também subscrito esta declaração do mesmo Montesquieu: "Foi o estudo, para mim, remédio soberano das tristezas da vida, jamais tendo eu sofrido desgosto que uma hora de leitura não curasse".

Tinha uma memória prodigiosa; graças a ela, podia permitir-se o capricho, ou melhor, a sábia, a soberana liberdade de dispor os livros ao acaso. Sabia onde os encontrar de imediato; como sabia em que página e em que lugar da página estava tal ou qual passagem.

Sua indiferença por qualquer ordem predeterminada tornara-se surpreendente. Conheceis a história daquele ilustre cozinheiro-chefe que varou o próprio corpo com a espada porque faltara peixe! Mais de um dos nossos bibliotecários diplomados, em França ou nos Estados Unidos, certamente haveria de varar o corpo com a caneta, se seus livros não estivessem mais bem arrumados que os de Rui Barbosa: diante deste absoluto desprezo pelas classificações, por mais decimais ou duodecimais que fossem, morreria, quando menos, de estupor.

Quando vim a conhecer estes tesouros; quando, guiado pelo Sr. Américo Jacobina Lacombe, conservador desta Casa ilustre, o mais sábio e o mais amável dos guias, e o mais digno de velar por este império, percorri estas estantes pejadas de livros, folheando, um após outro, com respeitosa timidez, os belos volumes primoro-

samente encadernados, eu me senti loucamente extraviado, embora sendo um velho escarafunchador de velhas bibliotecas. Sentia-me desgarrado nalgum imenso e caprichoso castelo do Pensamento humano. Como se o dono da casa houvesse adormecido bruscamente, em plena leitura, sem que tivesse tempo de repor os livros nos lugares. Se não era o castelo da Bela Adormecida no Bosque, do conto de Perrault, era, decerto, o palácio do Leitor do Bosque Adormecido.[3] Rui Barbosa ia acordar, cumpria andar devagarinho, não fosse alguém turbar-lhe o despertar!

Há, contudo, uma ordem nesta ausência de ordem, percebi-o ao cabo de algumas explorações; há uma classificação, até nesta ausência de classificação. Exatamente como no caprichoso dos *Ensaios* de Montaigne! Os livros, esses servidores bem-queridos, estavam dispostos não de acordo com eles mesmos, mas com seu dono, prontos sempre a ajudá-lo e a servi-lo, sempre à mão, no instante mesmo em que deles precisasse. Não constituíam um regimento bem disciplinado, mas uma livre companhia de amigos.

Dentre estes 35.000 volumes, os franceses são imponente maioria!

O Sr. Homero Pires, que com imenso saber e toda a competência bibliográfica, gentilissimamente prodigalizou-me os conselhos mais luminosos e as indicações mais úteis, houve por bem mandar fazer uma lista dos livros franceses possuídos por Rui Barbosa; esta lista faria inveja às melhores bibliotecas francesas e cobriria as outras de vergonha!

É provável que isto se prenda a uma razão material: no século XIX a livraria francesa era, de todos os países do mundo, a mais rica em todos os gêneros de publicações: e esta superioridade brilha particularmente, nos ramos elevados, em que o saber humano se tinge de humanismo e generalidade. Nada de equivalente se encontraria alhures. Mas há outras razões, mais pessoais; por exem-

---

3 Como o conto de PERRAULT se intitula, em francês, *La Belle au Bois Dormant*, pôde o A. fazer um jogo de palavras com *Le Lecteur au Bois Dormant* — o que se perde, parcialmente, em português. (N. do T.)

plo, Rui Barbosa lia, em tradução francesa, obras cujo original possuía e cuja língua conhecia a fundo. É que, segundo entendia, o francês é a língua de difusão; e provavelmente percebera que esta língua de difusão clareava e filtrava, por assim dizer, aquilo em que ela tocava. Lembro-me de um processo que, certo dia, moveu Wells contra seu tradutor francês, que demorava a traduzir-lhe um seu romance: "Este romance não obterá sucesso algum", protestava o tradutor francês, "será um desastre!" "Provavelmente", respondia Wells; "mas um livro só passa a existir quando traduzido em francês." Rui Barbosa teria defendido e ganho a causa de Wells.

Penso, todavia, que, se ele amava particularmente os livros franceses, era por neles encontrar o gênio francês e toda a consciência da nação francesa. Tiremos, rapidamente, a prova disto.

II

Rui Barbosa consulta seus livros! Não se pode dizer que Rui tenha sido um especialista: foi diversos especialistas num só!

A primeira de suas especialidades foi o jornalismo. Honrava-se de ser, antes de mais, um jornalista. Dizia que o jornalismo era a janela de sua alma. Toda manhã abria ele essa janela, debruçava-se para fora e entrava a conversar com o homem da rua. Naquela época o jornalismo de informação não existia; o jornal, à falta de notícias, estava confinado ao papel de educador e de amigo; o jornalista devia, dia após dia, ter espírito, idéias, e estilo. Muitos dos velhos jornalistas que eu conheci na mocidade eram *puristas*. Tinham à mão enciclopédias repletas de fatos e anedotas, como o grande *Larousse* do século passado, dicionários eruditos, como o *Littré*, gramáticas minuciosas, léxicos de palavras curiosas e estranhas. Tudo isto encontrareis aqui: Rui Barbosa, jornalista, tinha o *Larousse* e uma quantidade de enciclopédias; tinha o *Littré* e diversos dicionários semelhantes. Tinha gramáticas, e anotava aquilo tudo, como bom escritor, como perfeito purista! Anotava

meticulosamente com sua escrita clara e artística, qual homem que não tem pressa de acabar porque gosta do que faz! Dizia que somente a arte inflexível torna os escritos duráveis; dizia que a pena deve ser um buril, e se conformava estritamente a esta regra, nos inúmeros artigos que semeou aos quatro ventos da atualidade!

Era advogado, era político, pronunciava discursos admiráveis. Seria malicioso dizer que ele sabia o de que falava: pois que um advogado e um parlamentar, não o ignorais, sabem sempre o de que falam; Rui Barbosa, porém, sabia-o excelendo. Estudava em documentos coligidos; estudava na própria experiência. Mas estudava, mais ainda, em sua biblioteca. Daí essa abundância de livros de direito, de economia política, de sociologia, sobretudo em francês, e (sempre em francês) essas grandes obras de informação geral ou de alta filosofia, cujo monopólio a França deteve longamente. Em 1907, na Haia, coube-lhe a honra de representar seu país na Segunda Conferência da Paz, e sabeis que ele foi um de seus luminares, uma de suas forças, uma de suas glórias. Conseguiu fazer triunfar o grande princípio cristão e humano da igualdade das nações, assim como das pessoas! Em 1916, na Argentina, por ocasião do centenário da independência dessa república-irmã, fez igualmente triunfar o mais generoso e o mais nobre dos princípios, pelo qual o Brasil deu seu próprio sangue: que as nações, do mesmo modo que as pessoas, na luta da justiça com a injustiça, da verdade com a violência, da liberdade com a tirania, não têm o direito de ficar indiferentes.[4] Ora, estas duas vitórias de Rui Barbosa não vieram como recompensa de alguma cálida improvisação, ou de uma certa veemência genial da palavra; ele as obteve graças ao seu profundo conhecimento das coisas e aos seus caros livros, vivos dentro dele!

---

4 *"Entre los que destruyen la ley y los que la observan, no hay neutralidad admisible. Neutralidad no quiere decir impasibilidad: quiere decir imparcialidad; y no hay imparcialidad entre el derecho y la injusticia."* BARBOSA, Rui. *Problemas de Derecho Internacional*, p. 43 do autógrafo existente no Arquivo da FCRB. (N. do T.)

Mais uma especialidade. Mas esta será a última, por englobar a todas as demais. Depois dela nada haverá que buscar. Esta especialidade foi a de, por toda a sua vida, ter permanecido estudante.

Havia outrora, em meu país, estudantes que o eram há vinte anos. Jamais freqüentavam um curso; não se apresentavam a exame algum; haviam esquecido o caminho das bibliotecas! Só conheciam o canto do café aonde os jovens vinham olhá-los, espantados. E de notável não tinham eles mais do que o embrutecimento, perpassado pelas mesmas e eternas chalaças.

Mas o estudante de toda a vida é outra coisa! Vinte anos, é tempo perdido. Toda a vida, é a vida toda ganha.

"Estudante sou", dizia Rui Barbosa. "Nada mais."[5] Um estudante de toda a vida!

Ora, os livros que ele então procurava, por espírito de estudante, podiam, decerto, ter algo a ver com as especialidades por ele exercidas, mas, sobretudo, tinham a ver com aquela especialização geral que consiste em ser um homem: digamos, uma criatura humana. Formar em si a criatura humana, manifestar em si o que é essencialmente, vale dizer, nobre, pura, inteiramente humano, tal foi sua mira e a sua felicidade.

Por isso lia ele os nossos romances, que são, desde Balzac, a melhor investigação da natureza humana. Admirava Flaubert, conhecia Anatole France melhor do que ninguém — e o provou, num discurso magnificente[6]; lia tudo: de Daudet a Huysmans, de Bourget a Barrès. Vejamos, agora, para levarmos adiante esta pesquisa, os seus livros de ensaios ou de crítica: todo Brunetière, todo Faguet, todo Remy de Gourmont (e ainda omito outros, dos grandes...). Em seguida, os poetas, Lamartine, naturalmente, Victor Hugo em várias edições, completas ou parciais, Vigny, Musset, Baudelaire, Heredia, Rostand. Dos poetas temos que descer

---

5 Barbosa, Rui. *Oração aos Moços*. Edição popular anotada. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 26. (N. do T.)

6 Barbosa, Rui. *Saudação a Anatole France*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

aos filósofos, aos moralistas, aos pensadores, aos políticos: já vedes que seria um não acabar.

Chego, enfim, ao grosso desta tropa, "que não pintara alguém num dia de verão"[7], como diz Victor Hugo.

O primeiro batalhão é dos clássicos franceses, de Montaigne a Chateaubriand. Muita vez tinha Rui Barbosa o mesmo autor em várias edições, das mais imponentes às que se levam no bolso, das mais eruditas às mais populares. Escusa determo-nos mais tempo.

O segundo batalhão, inumerável, é das memórias, francesas todas. Depois de enumerar-me uma quantidade delas, o Sr. Homero Pires parou, descorçoado, limitando-se a dizer: "Há uma enorme coleção de memórias".

De onde virá tal predileção? A memorialística devia agradar a um homem de ação, por ser a história em ação, antes de transformada em idéias gerais, em símbolos e em mentiras. A esse simbolismo suspeito preferia Rui Barbosa, incontestavelmente, os depoimentos das testemunhas e dos atores; isto, ao menos, é coisa viva, e o erro, aqui, não é sistemático. Além do quê, as memórias francesas jamais carecem de amenidade e espírito; a todo instante uma palavra encantadora ou nobre compensa alguma confidência ou indiscrição. Rui Barbosa apreciava essas coisas.

Enfim, essas memórias, assim como os nossos clássicos, pintam o homem, fazem conhecer o homem, não o bípede implume dos filósofos, não a abstração de Descartes ou de Kant, mas o homem real, que nasce, cresce e morre, que ri e chora, que cria e destrói, que é racional e desarrazoa, que é sublime e criminoso: e que, as mais das vezes, não é nada disso, senão que humilde e simples criatura humana!

Nossa literatura é uma literatura de moralistas. Ela não imagina o homem. Não o inventa. Observa-o e descreve-o. E, em seguida, julga-o. Mas não o julga do alto dos sistemas e doutrinas: julga-o, simplesmente, posta ao nível da vida. Não disserta sobre a honra; mas despreza o homem que a não tem. Para medir as pessoas, só dispõe de medidas proporcionais à condição humana: nem

---

7 *"on ne la peindrait pas dans tout un jour d'été"*. (N. do T.)

anjo, nem bruto. Sabe que quem quer proceder como anjo, acaba por proceder como bruto — e sabe, também, que quem como bruto procede jamais procederá como anjo. Ela ascende à santidade e ao heroísmo, mas por meio de degraus que não excedem as nossas pernas, nem são degraus de orgulho. Até sobre um par de andas, diz Montaigne, é com as nossas pernas que temos de andar. E não ouso citar-vos a passagem onde ele lembra aquilo sobre que se está sentado, até no mais alto trono do mundo. Jamais, contudo, ela descai; jamais a humildade reduz-lhe o sentimento da grandeza.

Pascal, após longas angústias d'alma, em busca de Deus, numa noite de sangrenta meditação reconhece os seus pecados; c'ama por misericórdia, compara-se ao porco posto na imundícia; e, súbito, em meio às terríveis maldições com que se amaldiçoa, lança este grito: *Grandeza da Alma Humana.* E pára para ouvir na terra e no céu o eco prolongado de sua descoberta: *Grandeza da Alma Humana.*

A verdade da alma humana, o dia-a-dia da criatura humana, nossos sentimentos, nossas agitações, nossas pequenas ou grandes atividades, eis o que, seguramente, o Estudante Rui Barbosa procurou e aprendeu em seus inúmeros livros franceses.

III

Chegados aqui, deveria eu parar, a fim de vos não alongar o tédio; mas não consentiríeis em olhar, por sobre o ombro, a página que ele está lendo?

Tinha ele por hábito anotar os livros e neles sublinhar o que lhe interessasse. Como prezava muito a beleza e o asseio deles, punha sempre muito cuidado e até elegância material em suas anotações: jamais eram feitas fantasiosa ou precipitadamente.

Eram, freqüentes vezes, breves notas — sobretudo de gramática ou lexicologia; completavam, por vezes, o pormenor de uma narrativa; outras vezes, corrigiam um erro; mais comum era Rui Barbosa meter entre parênteses, ou aspas, as passagens que mais o houvessem impressionado. Com maior freqüência ainda, conten-

tava-se ele em sublinhá-las, sempre com cuidado igual à elegância. Não sobrecarregava as entrelinhas com riscos grossos, mas aplicava-se a reunir as palavras mediante leves traços-de-união — quer à tinta, quer a lápis vermelho ou azul. Sucedeu-lhe usar do vermelho por cima do azul, se um passo lhe interessava mais vivamente. Em *Colette Baudoche*[8], a tinta sucede ao lápis azul, e o lápis vermelho à tinta, o que me leva a crer que ele não lesse de uma assentada. Eu espero que algum estudante brasileiro, finamente dotado para a observação e a psicologia, venha um dia a interpretar todos esses sinais, deles tirando uma lição de sabedoria e bom gosto. Dar-vos-ei alguns exemplos.

Abramos Montaigne: no Ensaio XIII do livro II, Rui Barbosa assinala estas palavras: "a morte, a mais importante ação da vida humana". Mais adiante, no mesmo Ensaio: "temos excessivo apreço por nós mesmos". Ainda: "Nenhum de nós não cuida bastante em ser um só". Enfim: "Viver não conta muito: vivem teus criados e vivem os animais; mas conta muito viver honesta, e sábia, e corajosamente".[9] No Ensaio XV, no qual Rui Barbosa se divertiu diante de algumas observações picantes, ele sublinhou particularmente umas linhas sobre o divórcio. E isto, que o autor dos *Ensaios* diz do seu lugar de retiro: "Tento subtrair este recanto à tem-

---

[8] Título de um romance de MAURICE BARRÈS, como adiante se verá. (N. do T.)

[9] O exemplar dos *Ensaios* assinalado por Rui, a que se refere F. STROWSKI, é o da edição de M. J.-V. Leclerc (Paris, Garnier Frères, Libraires-Éditeurs, s.d.). Nele se lê, efetivamente, a pp. 6 do tomo II: *"ce n'est pas grand'chose que vivre; tes valets et les bestes vivent: mais c'est grand'chose de vivre honnestement, sagement et constamment"*. Ora, na grande edição intitulada *Les Essais de Michel de Montaigne, publiés d'après l'exemplaire de Bordeaux, avec les variantes manuscrites & les leçons des plus anciennes impressions, des notes, des notices et un lexique* (Bordeaux, MCMVI), obra — por coincidência? — de FORTUNAT STROWSKI, tem-se, a pp. 377 do tomo II, a seguinte lição do mesmo trecho: *"ce n'est pas grand'chose que vivre, tes valets et les bestes vivent; mais c'est grand'chose de mourir honnestement, sagement et constamment"*. Escusa acrescentar que esta, e não aquela, é a boa lição. Mas, por motivos óbvios, mantivemos e traduzimos o texto na versão assinalada por Rui. (N. do T.)

pestade pública, assim como faço um outro recanto dentro em minha alma". O Ensaio XXVII, *Covardia, Mãe da Crueldade,* não o interessou menos e, entre outras passagens sublinhadas, encontra-se este motejo: "Ponde três franceses nos desertos da Líbia, e eles não passarão um mês juntos sem que se importunem e magoem". Montaigne diz: "nos desertos da Líbia"; mas, felizmente, ele não diz: "no Brasil"!

Pelos escritores do século XIX mostra Rui Barbosa uma curiosidade igualmente aguda: este passo, por exemplo, impressiona-o nas *Memórias de Além-Túmulo,* de Chateaubriand:

> Dão-se aos governos as mais falsas idéias a respeito da verdadeira situação; por se lhes apresentar sempre como conspiratas particulares de um punhado de jacobinos aquilo que é efeito de uma causa permanente e geral, ficam eles impedidos de fazer o que deveriam.

Aliás, votava ele a Chateaubriand uma admiração universal e profunda.

Quinet forneceu-lhe algumas observações.

No *Mar,* de Michelet, sublinhou, julgo que por troça, uma frase ridícula, da qual, possivelmente, Michelet não terá culpa: nesse tempo estava o grande historiador loucamente apaixonado por sua mulher, Mialaret em solteira, que tinha a pretensão de ajudá-lo. Aqui está a frase:

> Houve um breve momento (coisa de cem mil anos, talvez) de grande doçura e inocência, em que surgiram na terra os seres excelentes (sarigüês, etc.) que amam tanto a própria família, e a carregam sobre si e dentro de si, fazendo-a, se necessário, entrar de volta no seu seio. À flor da água apareceram os bons gigantes, etc. ...

É, sem dúvida alguma, o estilo Mialaret! Em compensação, tem ele a caridade de não sublinhar, bem ao lado, esta espantosa

definição de coco: "Um grande mensageiro da vida, e dos mais transportáveis".

Citemos, sem nos deter, Loisy, o modernista; Léon Bloy, o mendigo ingrato; passemos por Renan, Guizot, o próprio Victor Hugo, e muitos mais. Eis Bourget, o romancista. Mas, com notável discernimento, percebeu Rui Barbosa que Bourget nascera crítico e moralista, mais do que romancista; assim, leu-lhe e releu-lhe os *Ensaios de Psicologia Contemporânea* mais do que os romances, tendo-se demorado longamente no capítulo sobre Baudelaire, modelo da inquietação e da melancolia moderna.

Este passar em revista seria interminável; cumpre encerrá-lo, portanto.

Só darei mais dois exemplos, um pouco desenvolvidos, aliás: Barrès e Lamartine.

Barrès lhe enviara, em 1917, *As Diversas Famílias Espirituais da França,* com uma dedicatória autógrafa magnífica, que ocupa toda a primeira página:

> A Rui Barbosa, ao grande amigo da França, ofereço com a mais calorosa afeição este livro de amor sagrado, esta coleção de textos dedicados à nação onde cada francês pode honrar, seja qual for o seu partido, as idéias que preferir, atestadas e justificadas por um herói da guerra.[10]

A caligrafia desta dedicatória é tão bela quanto os seus sentimentos. Havia, com efeito, uma "calorosa afeição" entre Barrès e Rui Barbosa. A prova está no modo como vosso compatriota anotou *Colette Baudoche.*

---

10 FORTUNAT STROWSKI leu esta dedicatória equivocadamente. O que BARRÈS, de fato, escreveu, é diferente e melhor: "A RUI BARBOSA, ao grande amigo da França, ofereço com a mais calorosa afeição este livro de união sagrada, esta coleção de textos dedicados à vitória, na qual cada francês pode honrar, seja qual for o seu partido, as idéias que preferir, atestadas e justificadas por um herói da guerra". (N. do T.)

Colette Baudoche, como estais lembrados, é uma descrição de Metz, a lorena, tal qual a fizeram séculos de vida lorena e francesa, é a delicada exegese de uma alma rica e matizada. A partir de 1870, a Alemanha se apoderara de Metz, tornando-a pesada, triste e opressa. Barrès esforça-se por pintar tudo isso, mais com resignação do que com revolta. Imagina uma jovem de Metz, Colette Baudoche, bem simples, bem natural — uma flor de graça e de bom senso, lorena e francesa. Imediatamente após a guerra de 70, um jovem professor alemão chega à cidade e se hospeda, como pensionista, na casa da mãe dela. Chama-se Sr. Frederico Asmus. Trata-se de um alemão à moda antiga, filológica, patriarcal e kantiana, daqueles que admiravam nossos mestres, Renan, Taine, Gabriel Monod. É cheio de boa vontade, o Sr. Asmus, mas "não nascera para captar os matizes". Lentamente, sossegadamente, — invencivelmente, enamora-se por Colette Baudoche: "ele estava", diz Barrès,

> seduzido, desorientado por essa delicadeza d'alma. Como?! Uma cultura que nada deve aos livros! O Sr. Professor, até aqui, não encontrara senão cisternas; agora, ei-lo que vê uma fonte a jorrar!

Colette Baudoche, por seu lado, é sensível aos méritos daquele homem pacato e comedido: só lhe resta noivar, e casar a graça lorena com o Sr. Professor. Mas, durante uma ausência do Professor, Monsenhor Dupont des Loges celebra uma missa solene em memória dos soldados mortos pela pátria. Colette Baudoche assiste a ela, e reza com 40.000 naturais de Metz. E quando o Sr. Asmus volta, "radiante como o urso que vai lamber mel", Colette Baudoche percebera que com ele tinha incompatibilidade de alma e de lembranças. O Sr. Asmus compreende-o com dificuldade, mas acaba por ceder. "Que se há de fazer, Sr. Asmus, sois uma vítima da guerra", diz-lhe o romancista!

Rui Barbosa marcou este livro todo, em todas as páginas. Primeiro com lápis azul, depois com tinta, depois com lápis vermelho. Não deixou escapar nada. E a oposição entre a França e a

Alemanha, tão delicada e poeticamente traduzida por Barrès, quase diria transposta por Barrès, Rui Barbosa não cessou de soletrá-la, se assim posso exprimir-me, e de nela refletir. Creio que haveria outro romance que escrever, bem mais inesperado, mais surpreendente, mais incrível: o que oporia à Alemanha do Sr. Asmus a Alemanha nietzschiana de hoje em dia; mas não nos ocupamos deste tema!

O outro grande francês de quem Rui Barbosa particularmente gostou foi o Lamartine orador. Lamartine, o poeta, foi o maior orador parlamentar do seu século. As pessoas, em geral, nem desconfiam disto; mas Rui Barbosa sabia. Lamartine, com sua eloqüência grave, elevada, repleta de nobreza e de harmonia, não tinha a cabeça nas nuvens, conforme lho criticavam. A respeito dos assuntos mais precisos, estradas de ferro, fortificações de Paris, etc., trazia ele números, fatos, idéias, tendo o futuro vindo a demonstrar a exatidão de uns e a clarividência de outras. Mas sempre o sentido espiritual e humano das coisas vivificava a dialética positiva e lhe dava asas poderosas. Melchior de Vogüé, fazendo campanha eleitoral entre os camponeses inacessíveis do Vivarais, recitava-lhes os discursos de Lamartine, e foi eleito!

Foi na companhia de Lamartine, disto estou convencido, que Rui Barbosa, como Melchior de Vogüé, formou sua eloqüência ou, quando menos, acabou de formá-la e enobrecê-la. Há, entre ambos, semelhanças espantosas, até mesmo de estilo. As páginas que Rui Barbosa sublinhou são, portanto, características.

Aqui está um fragmento, cheio de atualidade:

> As viagens, as ausências, não destroem o patriotismo: alargam-no; uma das condições mais essenciais ao homem que se quer elevar a uma verdadeira filosofia, em épocas de revolução, é ter vivido freqüentes vezes e por longo tempo fora da pátria. Quando volta para o seu país, volta como homem novo e livre, com a independência, e a razão, e a imparcialidade da distância. Como todas as coisas grandes, a França precisa ser vista de longe. Precisa do pedestal da distância e do tempo!

IV

Ei-la bem longe de nós, essa grande França. Mal e mal a vemos, no fragor da derrocada! Mas que ela esteja abatida, humilhada, desonrada, isso eu não creio; e não estivesse eu certo de que ela tem o direito de estar de pé e altiva, sim, de estar altiva, dela, de modo algum, falara aqui. Mas, sob a evocação de Rui Barbosa, eu terei a coragem do meu orgulho!

Por nove meses, de setembro de 1939 a junho de 1940, a França resistiu ao inimigo. Com o só respeito que, a esse inimigo bem informado, inspirava a energia moral do nosso povo e do nosso exército, durante aqueles longos meses ela desviou, de seu território e do de sua aliada, a guerra fulminante. E, contudo, nenhuma das duas estava preparada. Mas esta era a estima em que os chefes militares do Império alemão tinham nosso valor, e eu penso que a ela fazíamos jus. Era a recompensa de nossa mobilização, a mais bela, a mais patriótica que jamais se viu. E eis que, então, numa só batalha, ao cabo daqueles nove meses, esses mesmos franceses perderam a guerra!

Foram dadas explicações; muitas me parecem errôneas, a mim, velho professor que passei quarenta anos entre o jovem escol de meu país, a mim, pai e avô que para a honra eduquei numerosa família. Busquei, portanto, outras explicações, aquelas nas quais estava certo de reencontrar a minha verdadeira França, e foi esta França que me falou e que me fala ainda, em todas essas estantes, pela boca de todos esses livros, esta França que Rui Barbosa chamava de "reservatório inesgotável de heroísmo e generosidade". A França perdeu a guerra não numa batalha, mas em três batalhas que ela não travou. É, com efeito, uma verdade constante que, se um país que sabe aproveitar-se de todas as oportunidades não pode ter a certeza de que ganha a guerra, um país que delas não se aproveita pode estar certo de que a perderá. Ora, por que não se valeu a França de suas oportunidades? Por causa do seu direito das gentes. Ela foi derrotada por sua fidelidade ao direito das gentes.

A primeira dessas oportunidades perdidas foi no início da guerra, quando o inimigo, em decorrência dos bons sucessos al-

cançados, se adentrava na Polônia, mais profundamente, talvez, do que a princípio previra.

Uma enérgica manifestação militar em Luxemburgo, nas fronteiras belgas e holandesas, ou, simplesmente, junto à costa da Dinamarca teria embaraçado terrivelmente o inimigo. Todo o mundo sabia e todo o mundo o disse. A França e a Inglaterra perderam esta oportunidade — primeira derrota, que arrastou tudo o mais. E por quê? Por negligência, ou por fraqueza? Nem por uma, nem por outra! Nossos governos e nossos generais discutiram tal eventualidade. Mas a França e a Inglaterra haviam pegado em armas para defender os tratados, as leis internacionais e a liberdade dos povos. E elas se conduziram com honra — invoco por testemunha o ilustre representante do Brasil na Corte Internacional da Haia —, elas andaram bem em não travar, fosse para ganhar a guerra, uma batalha em que os derradeiros vislumbres de justiça internacional, de honra internacional, teriam sido abafados por suas mãos!

A segunda oportunidade se apresentou alguns meses mais tarde. Uma tormenta ameaçadora subia do sudeste; as pessoas não ocultavam o propósito de nos saltear, no momento azado, e disto se gloriavam. Nessa hora a França e a Inglaterra podiam se valer das circunstâncias e, sem se arriscarem muito, acender o que, nos incêndios de florestas, se denomina um contrafogo. Podiam: é fato reconhecido, verificado, comprovado. Mas não o fizeram. Como?! Fora-lhes preciso desencadear sobre uma parte mais considerável da Europa e do mundo a guerra e seus horrores. Elas haviam pegado em armas contra a guerra; não quiseram, portanto, servir-se da guerra contra a guerra, não quiseram conjurar seus próprios males mediante um mal sem limite em terra alheia. Oportunidade perdida, batalha perdida. Que pensará a este respeito Rui Barbosa?

Finalmente, neste último mês de maio, quando os exércitos inimigos se debatiam, na Holanda e na Bélgica, contra o desvairo das populações invadidas, quando as estradas estavam congestionadas, as cidades ardiam e nem sequer um morticínio universal teria dissipado a desordem na qual, apesar de sua organização minuciosa, se perdiam os invasores, de mais não precisava a França do que deixar suas fronteiras fechadas, com suas baterias antitan-

ques, que não eram tão impotentes como se tem dito: eu o soube por um dos meus. Pois foi o contrário! Ela as escancarou às mulheres, às crianças, a todo um povo. E foi ela que teve, portas adentro, a desordem, o desvairo, o congestionamento das estradas, aos quais se mesclavam, quase sempre, as tropas secretas do inimigo. Nossas reservas, nossas defesas, tudo se entregou ao bando desgraçado desses pobres imprudentes que, uma semana antes, não haviam querido que a França se precavesse nem por eles, nem por ela! Impossível organizar a defesa. E esta foi a derrota decisiva! A suprema derrota! Longe de nós os heróis sem humanidade, diz Bossuet a propósito do grande Condé. Por não lhes ter faltado humanidade, nossos heróis foram punidos, mas disto não haverão eles de se envergonhar.

Que estranha aventura! É daqui que cumpre assistir ao espetáculo das coisas humanas. Se o meu país se tivesse desonrado por três vezes, ele estaria vencedor e honrado! Ele não faltou às leis da consciência humana, e está vencido. Foi preciso pagar três vitórias da consciência humana com o desbarato material de um grande país. Vós continuareis a honrá-lo. E havereis de crer, porque eu vo-lo digo e porque em vós mesmos sentireis que isto é verdade, havereis de crer que não nos conformamos com tamanho infortúnio, e que dele sairemos mais fortes e mais terríveis.

No dia em que tiverdes alguma tentação de dúvida, vireis a esta biblioteca e evocareis respeitosamente o espírito de Rui Barbosa. Não vos peço mais do que isto. Amareis aquilo que ele amava, admirareis aquilo que ele admirava e, sobre seu alto pedestal, que nada deitou abaixo, reencontrareis o meu país. A vera condição das coisas humanas não é o orgulho, o poderio e a força: tudo isto desaba. O ponto culminante de vossa cidade é um Deus ressurrecto, luminoso dentro da noite.

(Tradução de Sergio Pachá.)

OS LIVROS NORTE-AMERICANOS NO PENSAMENTO DE RUI BARBOSA

Conferência pronunciada pelo Prof. CARLETON SPRAGUE SMITH, *da Universidade de* NEW YORK, *na Casa de Rui Barbosa, a 1.º de março de 1974.*

Rui Barbosa é, sem dúvida, uma das figuras mais extraordinárias do Brasil. Ao meu ver, o grande estadista representa para a sua Pátria o mesmo que Thomas Jefferson para os Estados Unidos. Ambos advogados liberais, baseando as suas doutrinas em teorias humanísticas, ambos dominando diversos idiomas, lutaram com igual fervor pelos Direitos do Homem. Reformadores entusiastas, participaram da campanha da abolição do cativeiro e deram sempre o seu apoio irrestrito à forma de governo democrático. Do nosso ponto de vista, torna-se muito significativo o fato de que cada um destes homens haja reunido para si uma grande biblioteca. Os ambientes em que cresceram estas duas figuras, separadas no tempo por quase um século, e criadas em regiões diferentes, pouco tinham de comum, mas, apesar desse fato, não creio que esta comparação seja forçada.

Na minha palestra desta tarde tratarei de livros, e é por esse motivo que a pretendo iniciar com a pergunta: onde adquiriram eles os seus livros estrangeiros?

Jefferson comprava-os em Londres e Paris e deixou nas contas minuciosas das suas aquisições uma idéia geral dos fins que uma biblioteca deve preencher. Ao cabo de sua vida, tinha mais de dez mil volumes, incluindo obras científicas, literárias e históricas, e quando os livros pertencentes ao ilustre estadista americano foram transferidos para a Biblioteca do Congresso de Washington, houve necessidade de vinte carroças para se efetuar a mudança.

Qual o método que Rui Barbosa empregava para adquirir os seus livros? Muitos foram comprados na Livraria Briguiet, no Rio de Janeiro, mas é evidente que negociava também diretamente com as grandes livrarias estrangeiras. Às vezes procurava o concurso e o auxílio de seus amigos. Eis um trecho característico de uma carta enviada por Joaquim Nabuco ao colecionador:

> Mandei para New York, ao Consulado, para lhe serem expedidos, dois pacotes, contendo um as leis de Massachusetts e outro uma obra — *The American Statute Law* e um livro de John F. Dillon. Encomendei que lhe mandassem, mas não sei se chegarão a tempo para apanhar o vapor de 5, os Códigos da Virgínia e Alabama. O seu segundo te'egrama restringiu muito a ordem, mas não creio que eu adiantasse mandando mais do que estes livros.

Rui sabia exatamente o que queria e a sua biblioteca foi uma lenta estratificação de anos de trabalho, resultando num total de trinta e cinco mil volumes. Costumava indicar nas listas que encontrava nos livros que recebia, quais os volumes da mesma editora que desejava adquirir. Não adotou, porém, o sistema supermetódico de que se valia Jefferson, isto é, o preparo de longas listas e catálogos. A verdade é que Rui desdenhava semelhantes formas de auxílio. Certa vez, exprimiu-se nos seguintes termos: "Quando precisar de catálogo, não precisarei mais de livros".

* * *

É bastante curioso o fato de que o seu interesse pelo estudo das humanidades e do Direito o houvesse conduzido para os Estados Unidos. Grande número de brasileiros com os mesmos pendores deixaram-se influenciar quase exclusivamente pela Itália e pela França, familiarizando-se profundamente com a cultura desses países, se bem que muitos dentre eles nunca chegassem a visitar a Europa. Entretanto, vemos Rui, na segunda metade do século dezenove, sofrendo a influência intelectual daqueles Esta-

dos Unidos tão "materialistas". Este fato é deveras grato a todos os norte-americanos, e assim é com calor que acolhemos o jurista, estadista e homem de letras, o eminente orador brasileiro, Rui Barbosa, uma das figuras mais simpáticas da grande República irmã.

Numa carta dirigida a Joaquim Nabuco em 22 de julho de 1906, Rui explica esta afinidade com os Estados Unidos. Diz ele:

> Ninguém terá por aquele país maiores simpatias que eu. Comecei a conhecê-lo e a querer-lhe, quando eu e V. éramos estudantes, na época da guerra separatista (1861-1865), pelos livros de meu Pai, que se sortia de todas as obras sobre a grande nação e a sua luta. De modo que a minha admiração da maravilhosa República norte-americana precedeu a minha admiração para com a Inglaterra, na qual depois se absorveram as minhas tendências e os meus estudos. Com a nossa Revolução de 89 eles voltaram aos Estados Unidos. Já vê que o aplaudo na sua campanha pela conquista dessa amizade.

O primeiro livro americano que encontrei na biblioteca de Rui data de seus tempos de estudante no Recife. Leva-os [sic] ao volume de Kidder e Fletcher: *O Brasil e os Brasileiros*. No livro encontra-se a seguinte dedicatória: "A meu querido Pai — em sinal de lembrança — Recife, 11-XI-1867". Tendo apenas dezoito anos, Rui já se interessava pelas observações que os dois protestantes americanos faziam sobre o Brasil.

O gosto pela leitura devia ser grande na casa paterna, pois quando o jovem estudante chegava a São Paulo, no ano seguinte, "os seus caixões de livros chamavam a atenção dos colegas de viagem".

Outra manifestação do seu interesse pelos Estados Unidos foi amplamente demonstrada na ocasião em que Rui, terminando o seu curso, presenteou o seu progenitor com um volume de O. A. Brownson, *A República Americana*, traduzida para o francês pelo Conde de Lubersac, e assim dedicando-lho: "Ao meu querido Pai,

mesquinho, mas singelo penhor da mais profunda gratidão filial, no dia do meu grau, 28 de outubro de 1870". Esta sentimentalidade que Rui evidencia, oferecendo livros a seu Pai, é um dos aspectos característicos que no-lo tornam tão simpático.

Entre os primeiros livros norte-americanos desta biblioteca, e que o influenciaram, encontramos os *Ensaios* de Emerson, numa edição de 1866. Neste, como em outros volumes dos tempos de estudante, verificamos que Rui sublinhou inúmeros trechos, chegando mesmo a traduzir certas palavras. Num capítulo sobre os traços característicos dos ingleses, encontramos as seguintes traduções escritas por cima do original inglês: *Bo-peep* — namorar; *make-believe* — impostura; *pestered me* — atormentou-me; *freak* — extravagâncias; *quackery* — charlataria; *itch* — sarna; *dunce* — asno.

Torna-se evidente que Emerson foi um dos primeiros escritores americanos cuja obra Rui Barbosa veio a conhecer, e não poderia ter escolhido outro melhor. Sentimos muitas vezes necessidade de perguntar a nós mesmos como foi possível a um homem tão ocupado como era Rui, estando constantemente empenhado na vida pública, ainda encontrar tempo para se dedicar à leitura. A resposta acha-se em parte revelada numa citação dos *Diários* de Emerson, e que mais tarde Rui assinalou: "Na manhã, solidão", disse Pitágoras; e Emerson acrescenta:

> De qualquer maneira, é preciso deixar o jovem num ambiente solitário, a fim de que a natureza possa inspirar-lhe a imaginação, como nunca o faria se estivesse acompanhado. Pelo mesmo motivo, dê-se-lhe um quarto isolado, pois foi esta a melhor coisa que encontrei na Universidade.

Rui costumava dedicar-se a estes períodos de solidão pela manhã, tirando deles o melhor proveito.

* * *

Tenho tido grande prazer em percorrer a biblioteca do enérgico democrata, e, durante as horas aqui passadas, recordei-me de muitas coisas sobre meu país, e que havia esquecido, e descobri

outras novas que jamais soubera. Quero, sobretudo, agradecer aos Srs. Homero Pires e Américo Lacombe as muito valiosas sugestões com que me auxiliaram nesta tarefa. Encontrei inúmeros livros clássicos, assim como outros menos conhecidos. Por exemplo, de Barrett Wendell, *A França de Hoje;* um livro sobre *bungalows;* o volume de Brooks Adams, *A Teoria das Revoluções Sociais,* e até uma autobiografia de um tio meu, Everett Wheeler, advogado e figura política de menor importância na luta contra a corrupção da política no Estado de New York.

Os gostos de Rui Barbosa eram bastante originais, mas era um intelectual fora do comum, e até um historiador norte-americano poderia vangloriar-se de possuir conhecimentos tão profundos sobre os Estados Unidos como eram os dele. Era perfeito e completo no seu modo de pesquisar. Ia diretamente às fontes e origens para colher o seu material.

Em 1919, quando candidato à Presidência do Brasil, fez um discurso em São Paulo, que se tornou famoso pelo ataque dirigido aos diletantes de americanismo:

> Eu não contendo em americanismo com quem quer que seja [...] Essa gente não sabe mais das instituições americanas, do espírito americano, das idéias americanas que das idéias, do espírito, das instituições brasileiras.

Em seguida, falando da sua "intimidade com o gênio do povo norte-americano", acrescenta:

> Ele se me entranhou por uma sobre-saturação de idéias, lições e experiências americanas, que envolve cinqüenta anos de uma educação pelo contato intelectual com a História, as Leis, a Jurisprudência, a Política e a Literatura dos Estados Unidos.

As distinções que Rui faz dos seus estudos norte-americanos são, em linhas gerais, aquelas que desejo agora expor, separando as instituições, o espírito e as idéias do meu país em seis partes:

I) Rui, o intelectual e historiador, — indicando a sua surpreendente familiaridade com a história americana.

II) Rui, o advogado e jurista, — chamando a atenção para o homem que conhecia as bases teóricas do governo americano e de seus tribunais de justiça como poucos entre os meus patrícios as conhecem.

III) Rui, o reformador, o combatente, lutando contra a escravidão e a favor do *habeas-corpus,* da reforma das leis do trabalho e da educação.

IV) Rui, o estadista, autoridade em Direito Internacional, o romântico, preocupado de "homens representativos".

V) Rui, o homem de letras, — verificando que, embora a sua propensão pela literatura fosse secundária, inclinando-se principalmente para as questões e os problemas sociais, tinha de fato um contato bastante profundo com as grandes obras literárias.

VI) Rui, o jornalista, interessado e entendido em diversos assuntos, demonstrando sempre uma curiosidade enciclopédica e uma insaciável vontade de saber.

Como Jefferson, tinha Rui um caráter universal. Suas cogitações humanísticas quase não conheceram limites. Nos dias que correm, talvez disséssemos não ser ele bastante especializado. Era, porém, um desses raríssimos indivíduos que podem ser aceitos como autoridade em muitas matérias.

* * *

I — Comecemos a análise de sua biblioteca do ponto de vista da História. Salvador de Mendonça, Ministro do Brasil nos Estados Unidos, colecionou grande número de livros, chegando, mesmo, a traduzir um ou dois romances americanos editados por Garnier nos princípios deste século.

Em 15 de dezembro de 1890, ofereceu a Rui a monumental edição em dez volumes da obra de Benjamin Franklin, editada por Jared Sparks, e dedicando a mesma "Ao fundador das Finanças da República Brasileira".

Não é difícil se acharem os trechos que mais impressionaram ao colecionador brasileiro, pois, como já disse, ele costumava sublinhar bastante e comentar certos parágrafos que o agradavam. No quarto volume, por exemplo, anotou as frases satíricas de Franklin, escritas quando este se encontrava em Londres, e dirigida aos membros conservadores do Parlamento, sob o título: *Regras para Reduzir um Grande Império a um Pequeno Império.* São estas:

> Apesar da atitude pacífica que vossas colônias adotam, submetendo-se ao vosso governo, mostrando seu cuidado pelos vossos interesses, aceitando com paciência certos dissabores, deveis julgá-las *sempre prestes a se revoltarem,* e deveis portanto tratá-las de maneira conveniente. Deveis aquartelar entre elas tropas que, pela sua insolência, virão a provocar incidentes entre a multidão, e cujas balas e baionetas acabarão por subjugar as massas. Assim, como o marido que maltrata sua mulher porque desconfia de sua fidelidade, vereis com o tempo transformar-se vossa suspeita em realidade.

Entre os historiadores que Rui Barbosa escolheu, encontramos: Irving, representado pela sua biografia de George Washington; Justin Winsor, cuja *História Narrativa da Nova Inglaterra* é uma obra fundamental, e outros escritores de destaque, como Bancroft, Motley, Parkman e Prescott, todos historiadores e escritores clássicos.

Rui também conhecia minuciosamente os escritos dos grandes fundadores da república estadunidense, homens como John e Samuel Adams, Jefferson, Hamilton e Madison. Vemo-lo, por exemplo, a sublinhar a seguinte frase deste último: "Uma república é uma forma de governo em que todo o poder deriva direta ou indiretamente da grande massa do povo". Eis o que Rui queria na sua terra.

Rui, entretanto, não fazia restrições no que diz respeito aos historiadores clássicos. Mantinha-se a par de tudo quanto houvesse de mais moderno em sua época. Comprou seis livros de Henry Adams, entre os quais a célebre crítica sobre *A Degradação da Idéia Democrática,* editada pelo irmão do autor em 1920.

É natural que se encontrem aqui trabalhos de Woodrow Wilson, e o ilustre estadista brasileiro conhecia bem a célebre *História do Povo Americano.*

Entre os inúmeros historiógrafos americanos, surgem dois que se destacam pela sua franqueza e pela maneira realista por que narram os fatos. São eles J. B. McMaster, cujo artigo, "A Depravação Política dos Fundadores da República", na revista *The Atlantic Monthly,* pareceu diverti-lo, e Charles Beard, que escreveu vários livros sobre a egoística política econômica dos governos dos Estados Unidos. Verifica-se, por exemplo, que Rui sublinhou diversos trechos sobre a perversão do cargo presidencial.

Em resumo, pode dizer-se que Rui Barbosa estava a par dos defeitos da sociedade americana, mas a apreciava, apesar desses defeitos. Qualquer pessoa nascida no sul dos Estados Unidos veria com simpatia a sua dedicação ao estudo do movimento da Secessão, e nota-se que ele leu, e em várias ocasiões cita, a obra de Jefferson Davis, *Formação e Queda do Governo Confederado.* Esta obra é de especial interesse, visto o seu autor ser, como muitos devem saber, o Presidente da Confederação e o grande rival de Lincoln.

* * *

II — Em seguida, chegamos a outro Rui — o advogado e o constitucionalista, isto é, o perito em leis e jurisprudência. É de fato surpreendente o seu conhecimento da legislação americana. Era um assunto que o deliciava e que muito auxilia a explicação de toda a sua filosofia política.

O mais alto tribunal dos Estados Unidos era para ele, talvez, a maior realização do governo americano. Encontramo-lo, por exemplo, citando Charles Evans Hughes: "A Corte Suprema continua a ser geralmente o fator mais valioso da organização estatal americana e o mais perspicaz expositor da opinião pública ulterior".

Assinala em Edward Everett:

> Não sei o que outros pensarão do assunto, mas, para mim, Senhor, direi que, se todos os trabalhos, sacrifícios e

> desperdícios de fortuna e sangue, desde o primeiro desembarque, em Jamestown ou Plymouth, não nos tivessem dado outra coisa senão a Corte Suprema dos Estados Unidos, este respeitável Tribunal para a solução das disputas internacionais (pois esse título lhe é devido), ainda assim eu diria que os sacrifícios não foram em vão.

Numa conferência lida em 20 de novembro de 1919[1] no Teatro Lírico sobre a *Questão Social e Política no Brasil,* Rui elogiou a jurisprudência americana:

> As decisões americanas, que têm anulado por inconstitucionalidade leis estaduais e federais desta natureza, todas se estribam na liberdade constitucional de contratar e no direito de propriedade. E, como esses direitos se acham protegidos, assim pelas constituições estaduais como pela constituição federal, as leis restritivas do trabalho, estando em conflito com esses direitos, em conflito hão de estar com essas constituições. Por isso, anuladas têm sido ali muitas vezes.

Os gostos do colecionador desta biblioteca eram de tal modo generalizados e ilimitados, que não me é possível acudir a todos durante esta conferência.

Apreciava declarações como esta, de Bryce, no livro *The American Commonwealth*:

> A Constituição mantém o Presidente longe desta cidadela (o *controle* das finanças), dando unicamente ao Congresso o direito de levantar fundos. O cesarismo é o menor dos riscos em que incorrem os Estados Unidos. Em nenhum país se encontra uma ordem civil mais estável. Em nenhum país se encontra maior oposição ao espírito militarista.

---

1 Por lapso do conferencista, o discurso de RUI, dado como proferido em 20 de novembro de 1919, na verdade o foi no dia 20 de março desse mesmo ano. Mais adiante o próprio CARLETON SPRAGUE SMITH se reporta à data correta. (V. p. 125)

Um dos contatos mais simpáticos que Rui estabeleceu com os Estados Unidos foi por intermédio de Joaquim Nabuco. E veio também a conhecer na Corte de Haia a James Brown Scott, Joseph Choate e outras figuras destacadas do ambiente jurídico norte-americano. Em carta dirigida a Rui, em 3 de agosto de 1908, o Embaixador brasileiro discute diversos pontos legais, indicando o quanto Rui estava familiarizado com certos pormenores:

> Hamilton, Mass. Meu caro Rui: [...] Como V. melhor sabe do que eu, aqui não há códigos no sentido que a palavra tem fora do mundo anglo-saxônio. O espírito deste povo é refratário à idéia de codificação. É para nós, me dizia um americano anteontem, *unthinkable*. O que há é compilação das leis tanto da União como dos Estados. Com os dois chamados Códigos de Alabama e da Virgínia, V. terá uma idéia, que estou certo já tem completa, suponho que V. sabe tudo, do que são os códigos neste país. Mando-lhe as leis de Massachusetts, porque o seu grande espírito tirará de'as muita coisa que se adapte ao nosso Código e dilate o campo dele muito além dos limites dos códigos civis europeus. Sendo Massachusetts o Estado mais culto da União, pensei que devia escolher esse, apesar de não ter a publicação o título de código. Diversos Estados têm dado o nome de código a puras compilações das leis feitas por eles, com exclusão da jurisprudência antiga, que é a única do país [...] Não lhe escrevo mais vezes, meu caro Rui, porque V. não me responde, o que atribuo aos seus imensos trabalhos. Joaquim Nabuco.

Sintetizando os ideais jurídicos de Rui, seria talvez útil citar um trecho do discurso proferido na Faculdade de Direito de São Paulo, em 17 de dezembro de 1909:

> A salvação dos Estados Unidos está na divina grandeza da sua justiça. A América anglo-republicana se desvanece de ser um país regido pela magistratura, *a judge ruled country*. Ali tem uma realidade literal o *judicial rule*, o predomínio

dos tribunais. A "suprema lei do país" são os arestos da Corte Suprema. Aquela extrema democracia faz honra de se chamar "uma aristocracia da toga". Segundo as conjeturas e os tempos, ora sobressaem ali as feições de um governo presidencial, ora as de um governo congressual. Mas a barreira às intrusões da presidência, a estacada contra as usurpações da legislatura consiste nesse poder, que não governa, mas se impõe, mediante a soberania da sua majestade moral. Graças a ele, resiste aquela nação à violência dos seus partidos, à corrupção da sua política, ao gigantismo da sua fortuna.

* * *

III — Não seria possível esboçar-se um perfil de Rui Barbosa sem se salientar o aspecto de Rui, o reformador. Durante toda a sua vida, dedicou-se a problemas sociais. Em ordem cronológica, está em primeiro lugar a abolição da escravidão. O movimento abolicionista no Brasil já era antigo, mas não foi senão em 1880 que realmente ganhou ímpeto. Em 1885, Rui pronuncia três discursos, dando seu pleno apoio ao movimento, e, dois anos mais tarde, veio a sua célebre conferência sobre *A Abolição no Brasil.* A coleção de livros que Rui reuniu sobre esse assunto contém muitas obras de grande valor.

Estudou miudamente a obra clássica de Henry Wilson, *História da Formação e Queda do Domínio Escravo nos Estados Unidos,* trabalho em três volumes, publicado em Boston entre 1872 e 1877. Encontra-se aí a citação de George Mason, escritor do 18.º século, nos seguintes termos:

> A escravidão desalenta artes e indústrias [...] Os pobres odeiam o trabalho dos escravos. Impede a emigração dos homens brancos, que realmente contribuem para o enriquecimento e o fortalecimento de um país. Produz os mais perniciosos efeitos nos costumes: todo patrão de escravos é de nascimento um tirano mesquinho. Sujeita o país ao castigo de Deus. E, num círculo vicioso de causas e efeitos, a Divina Providência castiga pecados nacionais com calamidades nacionais.

Rui conhecia também a diatribe de Jefferson contra a escravidão, de "que uma só hora de cativeiro para um escravo é carregada de mais maldade que todos os sécu'os de opressão britânica, contra a qual se revoltaram os nossos Pais durante a Revolução".

Mostra interesse por uma referência à escravidão no Brasil no livro de J. E. Cairnes, *O Poderio dos Escravos, seu Caráter, sua História e suas Possíveis Intenções, Tentativa para Explicar os Verdadeiros Fatores da Luta Americana,* obra que foi publicada em Londres em 1863.

Cairnes realmente servia-se de um trecho, que apareceu na *Revue des Deux Mondes,* de 15 de julho de 1862. É este:

> No Brasil, os patrões tomam o cuidado de evitar que sejam exigidos de seus escravos trabalhos agrícolas que requeiram a inteligência e a versatilidade, só encontradas entre os homens livres. Sabem como por instinto que para a cultura do trigo, do milho, das inúmeras raízes e plantas que constituem a flora agrícola, é necessária a cooperação de muitas inteligências, hábeis para prever e rápidas para resolver [...] Assim é que os cultivadores empregam seus negros exclusivamente na produção de determinadas mercadorias e só podem tornar lucrativa esta mão-de-obra mantendo uma rotina invariável.

Rui apreciava a conhecida frase de Bigelow: "Não existe o menor fundamento para provar que o negro tenha maior antipatia natural pelo trabalho do que qualquer outro ramo da família humana".

Possuía também os livros — *O Futuro do Negro Americano* e *Surgindo da Escravidão,* ambos escritos por Booker T. Washington, o célebre escravo emancipado. Aliás, tal era o desvelo de Rui pelas minúcias, que havia adquirido certas obras especializadas, como, por exemplo, *O Negro em Maryland,* escrito por Jeffrey Brackett e publicado em Baltimore, em 1889.

Rui cita ainda os mais famosos discursos dos abolicionistas dos Estados Unidos, e, deles, a bela frase de Frederico Bromer: "A sorte do negro é o romance da nossa história". Em outra ocasião, o orador bradou:

> Diante da calúnia consciente vibrada por adversários ignóbeis, nós poderíamos exclamar como Wendell Phillips, relembrando a guerra de afrontas que envolvia os abolicionistas americanos durante a época da provação da grande causa: "Gênio do passado", dizia ele, "não deixes apagar das tuas tabelas nenhum desses apelidos de honra. Nós prezamo-los como os títulos mais seguros ao reconhecimento do gênero humano".

Como já foi repetido em diversas ocasiões, Rui foi o defensor dos Direitos do Homem. Estes direitos, a sua dignidade e o seu espírito, constituíam coisas de suprema importância para o grande liberal, e temos aí a explicação para a sua atitude diante da escravidão, os direitos do trabalho e o *habeas-corpus*.

Na conferência realizada em 20 de março de 1919, fala do trabalho e da escravidão, e cita Lincoln, a fim de defender a sua própria posição:

> Lincoln não era um demagogo, não era um revolucionário, não era um agitador popular. Era o Presidente da grande República norte-americana durante a mais tremenda crise da sua história; e o consenso geral da posteridade o sagra, hoje, como o maior gênio de estadista que a tem governado. Pois Lincoln, Senhores, não duvidava reivindicar, numa das suas mensagens ao Congresso Nacional, em dezembro de 1861, a preeminência do trabalho aos outros fatores sociais. "O trabalho" — dizia ele — "precede ao capital, e deste não depende. O capital não é senão um fruto do trabalho, e não chegaria nunca a existir, se primeiro não existisse o trabalho. O trabalho é, pois, superior ao capital, e merece consideração muito mais elevada." Exprimindo este sentir, muito mais generalizado atualmente no seio dos Estados Unidos que há

> sessenta anos, quando o grande homem de Estado o enunciava de tão alto, Lincoln falava como quem aprendera a conhecer o trabalho, arcando com o seu maior inimigo, a propriedade servil. Foi aí, foi nessa rude escola, foi com essa experiência dolorosa, que também aprendemos a estimá-lo e a amá-lo os abolicionistas brasileiros.

A todo instante, o estudioso se impressiona com a inteireza das pesquisas de Rui. Raramente tratou um tema de maneira superficial. Poderia dizer-se que depositava uma fé excessiva nos livros, deixando, assim, de aprender as lições da vida. São raros, porém, os estadistas do 19.º século que o ultrapassem como estudioso e intelectual.

* * *

Rui, porém, conhecia os perigos do governo americano e a necessidade de certas reformas nos Estados Unidos. Sobre este problema possuía e havia lido o livro de Franklin Pierce, *Usurpações Federais,* que constitui uma severa acusação aos tribunais americanos, enquanto o próprio título da obra de Allan Benson, *Nossa Constituição Desonesta,* indica o seu próprio conteúdo. Nesse livro, publicado em 1916, Benson clama contra os fundadores do governo nos seguintes termos:

> Não houve uma única ocasião, durante as sessões da Convenção, em que tivesse sido ouvida a voz da grande massa do operariado. Quando eram debatidos os interesses da classe dos ricos e dos pobres — e quase não se discutia outro assunto — fazia-se ouvir apenas a voz dos ricos. Isso tudo tende a explicar porque é tão difícil extrair um "governo pelo povo e para o povo" de uma constituição feita pelos ricos para os ricos.

Uma das figuras mais notáveis do século dezenove nos Estados Unidos foi Henry George, criador do plano do imposto único. Rui havia adquirido dez de suas publicações, algumas dentre elas em

português, e parece ter tido grande admiração pelo reformador, que tanto influenciou o partido trabalhista na Grã-Bretanha em princípios deste século. É curioso, porém, que, contrariamente ao que supúnhamos, não possuísse o livro de Edward Bellamy, *Daqui a Cem Anos.*

A educação americana como problema social, e os benefícios que ela conquistava, naturalmente atraíam o interesse do autor da *Reforma do Ensino Primário* e membro ativo da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados do Império.

Esta preocupação era tão sincera, que chegou a ponto de traduzir em 1886 o trabalho de N. A. Calkins, *Lições de Coisas.* Este volume de Calkins, que havia sido superintendente das escolas primárias da cidade de New York, alcançara enorme êxito na Exposição de Filadélfia, em 1876, e Rui, orgulhosamente, se referiu ao juízo da comissão francesa de instrução primária: "A M. N. A. Calkins[2] se deve a melhor coleção de lições de coisas de que há notícia". O brasileiro foi generoso nos seus elogios ao livro, dizendo que "esta obra corresponde às exigências do método intuitivo".

Rui defendia a igualdade dos sexos perante o trabalho:

> A desigualdade entre os dois sexos era, sobretudo, um dogma político. Mas da política já ele desapareceu, com a revolução que introduziu de uma vez no eleitorado britânico seis milhões de eleitoras, que, nos demais países, onde a civilização põe a sua vanguarda, tem elevado a mulher aos cargos administrativos, às funções diplomáticas, às cadeiras parlamentares e, até, aos Ministérios, como, em alguns Estados da União Americana, há muito já se costuma.

Rui sempre se manifestou a favor da liberdade de opinião. Acreditava que essa liberdade existia em grau muito mais elevado nos Estados Unidos que no Brasil e, em memorável discurso, pronunciado em 2 de março de 1919[3], declarou:

---

[2] O nome completo do autor é NORMAN ALLISON CALKINS. O M. que o antecede é a abreviatura de *Monsieur.*

[3] Por lapso do conferencista o discurso de RUI, dado como pronunciado em 2 de março de 1919, na verdade o foi no dia 2 de abril desse mesmo ano.

> Já vos constou que algum candidato a um governo de Estado, ou ao governo do país, descesse a vir conversar com os seus eleitores, da matéria que lhes interessam, das suas idéias e tenções, dos seus direitos e compromissos, das suas responsabilidades e garantias?

* * *

IV — Rui atingiu seu apogeu como estadista, advogado do Direito Internacional e idealista. O homem que criou para si tamanha glória na Corte de Haia foi, em seguida, convidado a fazer uma série de conferências sobre *As Responsabilidades do Direito de Cidadão* na Universidade de Yale. Foi uma homenagem sincera, mas, infelizmente, por motivos de saúde, Rui viu-se obrigado a recusar o honroso convite.

Elihu Root, então Secretário de Estado, dirigiu-se por carta a Nabuco, dizendo a respeito dessa escusa:

> Realmente, lamento profundamente que ele se tenha negado, não somente porque teria tido grande prazer em lhe apresentar os meus amigos de Yale, vê-lo fazer deles seus amigos também, como por causa de interesses mais vastos, que são tão caros a ambos nós.

Mais tarde, as conferências foram feitas pelo próprio Secretário de Estado norte-americano e Rui colocou em sua biblioteca um exemplar das mesmas, junto com sua tradução em português, feita por sugestão de Nabuco. Este, em carta de 22 de outubro de 1907, informa a Rui que "o Casasus traduziu as conferências de Root em Yale". E a seguir: "Vou pedir-lhe que lhe mande um exemplar. Fui eu que lhe sugeri esta idéia, como também pedi a V., mas V. tem que trabalhar nas suas, que espero serão um grande sucesso". É curioso que na biblioteca de Rui se encontre o exemplar de *A Ingerência do Cidadão no Governo,* de Root, o qual, de fato, foi oferecido ao Barão do Rio Branco.

A Conferência de Haia proporciona a Rui ocasião para dar publicidade às suas teorias sobre as relações internacionais, das quais um dos corolários era o Pan-Americanismo e a Doutrina de Monroe. Rio Branco, no famoso artigo assinado sob o pseudônimo de J. Penn, procura fazer a defesa desta Doutrina, e não resta dúvida alguma que ela pode ser defendida sob diversos pontos de vista. Por outro lado, Rui admitia que a Doutrina havia sido invocada para esconder inúmeros erros. Entre os livros que discutem este assunto não devemos deixar de mencionar *La Doctrine de Monroe,* de Maurice de Beaumarchais, publicado em Paris, em 1898; a obra de Hiram Bingham, *A Doutrina de Monroe, o Lema Arcaico;* a de Elbert J. Benton sobre *O Direito Internacional e a Diplomacia na Guerra Hispano-Americana* e a biografia de James Monroe, por Daniel C. Gilman, na qual Rui sublinhou um trecho da carta histórica, escrita por Thomas Jefferson a William Short:

> Os princípios fundamentais da sociedade aí (na Europa) e aqui são radicalmente opostos e espero que nenhum patrício americano jamais perderá de vista a política essencial de evitar nos mares e territórios de todas as Américas os ferozes e sangrentos combates da Europa. Desejo ver o princípio desta aliança.

No livro de T. B. Edgington, *A Doutrina de Monroe,* publicado em Boston, em 1905, Rui marcou o capítulo — "A Alemanha e o Brasil" — capítulo que naturalmente o comoveu.

Um dos volumes mais interessantes da coleção sobre este assunto é o de Hugo Münsterberg, intitulado — *Os Americanos.* Na folha de guarda, no princípio do livro, encontra-se a simples dedicatória: "A Rui Barbosa, Joaquim Nabuco. 27, VII, 1906". Nesta obra, o devoto alemão, discutindo os problemas externos da América, escreve que se deve acabar com a Doutrina de Monroe, para permitir que a Alemanha colonize o Brasil. Rui marca este trecho que agora lhes vou ler; mas o fez sem acrescentar qualquer observação:

> Se os países europeus tivessem colônias na América do Sul, como têm em África, não haveria maior razão para queixas ou descontentamentos contra os Estados Unidos, do que as já existentes por causa daquelas.

Depois, procura, de modo pouco astucioso, esconder seu pensamento:

> Chegou uma nova era; a limitação da Doutrina de Monroe não poderá mais ser útil aos Estados Unidos como poder mundial, e os acontecimentos seguirão seu rumo lógico [...] Não demorará muito para que a pátria da bandeira estrelada e listrada se estenda através do Canadá ocidental até o Alaska, e anexe, ao sul, toda a América Central; enquanto isso, pelo contrário, nas repúblicas da América Latina se encontrarão colônias inglesas, italianas, francesas e alemãs.

(Note-se como o escritor inclui aí os outros três países, para esconder as aspirações alemãs.)

> Além do mais, com o desvanecimento da Doutrina de Monroe, estas mesmas repúblicas terão adotado um padrão de leis e de ordem, de progresso e de economia sã. Os Estados Unidos são demasiadamente retos e idealistas para continuar a negar as exigências do progresso por causa de um mero feitiço.

O internacionalismo de Rui ficou estabelecido na Segunda Conferência da Paz. Escrevendo em 1908 dos Estados Unidos, Nabuco declara ao jurista brasileiro que "tem-se discutido muito a Haia nas revistas americanas e naturalmente muito também o princípio da igualdade das nações". E mais: "V. fez um nome, e em parte alguma é mais admirado do que aqui".

No que diz respeito à conservação da paz mundial, parece ter estudado em 1914, anteriormente à declaração de guerra, o livro de Sinclair Kennedy, que antecipava a obra de Clarence

Streit — *União Agora.* A publicação de Kennedy, sob o título de *The Pan Angles — Os Pan-Anglos,* propõe "a construção de uma federação dos sete povos, cujo idioma nativo fosse o inglês". Rui abre uma chave com tinta vermelha ao lado do seguinte trecho:

> Pode atribuir-se a Benjamin Franklin a iniciativa de ter sugerido a tese que apresentaremos nestas páginas, pois já em 1754 ele previa a necessidade de um único governo, baseado na representação de ambos os grupos americanos e britânicos de indivíduos livres, cujo idioma nativo fosse o inglês.

Como estadista, Rui interessava-se por *homens representativos.* No volume de *Ensaios,* de Emerson, que apareceram com esse título, nas suas diversas edições e versões (entre estas uma em italiano), vêem-se sinais de que Rui os folheou inúmeras vezes.

Sua coleção de biografias e obras de americanos célebres é extraordinariamente completa, chegando mesmo a deixar o estudioso boquiaberto.

Como romântico, apreciava Thomas Carlyle, autor de *Heróis* e *Hero-worship*[4]. Como democrata, porém, preferia o título — *Homens Representativos,* de Emerson, ao termo mais aristocrático de *Heróis.*

As frases que marcou e que se referem a famosas figuras americanas agradariam a qualquer de meus patrícios. Por exemplo, este juízo sobre Lincoln: "Era um mestre da lógica — aquele resultado inevitável do confronto da inteligência e da sinceridade. Era franco, e com sua franqueza freqüentemente enganava os falsos".

Rui conhecia bem todas as biografias dos secretários de Estado. Quantos americanos poderiam fazer a mesma afirmação sobre os seus estadistas patrícios, quanto mais aqueles do Brasil? Citava os nomes dos homens que ocuparam diversos cargos em

---

[4] O título completo da obra de CARLYLE é: *On Heroes, Hero-Worship and the Heroic in History.*

épocas diferentes, ao mesmo tempo que podia a seu respeito fornecer dados biográficos pormenorizados. Em 1906, em carta a Rui, sobre a visita de Elihu Root ao Brasil, a quem aquele deveria fazer a saudação do Senado brasileiro, disse Nabuco:

> O cargo de Secretário de Estado é um cargo de que o povo americano tem tanto orgulho e zelo como da própria presidência. Lembre-se de Henry Clay recebendo a Lafayette no Congresso Americano quando este voltou em 1824 (?) aos Estados Unidos. Desta vez é a Nação Americana que visita, pela primeira vez, a outra parte do continente americano, a América Latina. Não é por mim, que lhe peço isso: é pelo Brasil, e é por V.

As figuras do passado exercem forte influência sobre Rui. Mas, apesar disso, ele se preocupava tanto dos seus contemporâneos quanto dos mais próximos. Encontram-se na sua biblioteca as obras de Teodoro Roosevelt, entre as quais uma tradução, em português, da *Vida Intensa,* oferecida a Rui pelo tradutor, Amos Post, um indivíduo curioso, que morava em São João de Boa Vista: "Ao distinto brasileiro de *vida estrênua,* Ex.mo Sr. Conselheiro Dr. Rui Barbosa, oferece o tradutor".

Entre os dezoito volumes dos livros de Woodrow Wilson, encontra-se a famosa declaração de guerra, que termina com uma paráfrase de Martim Lutero:

> Para tal empreendimento, dedicaremos as nossas vidas e as nossas fortunas, tudo o que somos, tudo quanto temos, com o orgulho de todos, de que é chegado o dia em que a América vai desfrutar do privilégio de poder derramar o seu sangue e utilizar o seu poderio em favor dos princípios a que ela deve o seu ser, à felicidade e à paz que ela tem entesourado. Deus a ajudará.

E terminou assim: "Ela não pode fazer outra coisa".

A saudação que Rui fez ao Secretário de Estado Root, e a Robert Bacon, sucessor deste último, na ocasião das suas visitas ao Brasil, em 1913[5], bem como as palavras que dirigiu a Charles Evans Hughes, que visitou o Brasil em 1922, são todas homenagens sinceras ao espírito das relações interamericanas.

Mas, ao mesmo tempo, Rui raramente perdeu de vista a justa proporção da importância de cada indivíduo. Não deixa de ter certa graça quando sublinha umas frases de W. E. Chancellor no livro de sua autoria, *Nossos Presidentes e seus Cargos.*

> A presidência é um caleidoscópio: todos os que nela surgem são amadores numa profissão que requer pelo menos oito anos de aprendizagem [...] Somos um sistema de freios e contrapesos, cada autoridade a fiscalizar a outra; e, mais cedo ou mais tarde, a opinião pública impõe-se [...] A soberania não repousa em lugar nenhum neste país, e, por isso, está em toda a parte. Tal é a Democracia Americana.

Para terminar esta seção sobre Rui, o estadista, seria talvez interessante recordar o seu discurso sobre política internacional, feito em 1919, quando ele põe em destaque a aproximação americana:

> Justamente porque eu a desejo, com toda a sinceridade, entre o Brasil e os Estados Unidos; justamente porque ninguém, nesta parte do continente, aspira mais do que eu a ver consolidada e desenvolvida uma aproximação desse caráter sério e benfazente entre as duas grandes repúblicas dos dois hemisférios americanos, é que eu a defino com este cuidado, como a expansão de duas independências que se abraçam, sem se diminuírem ou desnaturarem, e não como a capitulação de uma dependência, que se aceita, ante uma absorvência, que se estende.

Não há quem possa negar que o grande brasileiro era um estadista de primeira ordem.

---

5 A redação dá a entender que ambos os Secretários de Estado estiveram no Brasil em 1913, quando na verdade, Elihu Root aqui veio em 1906.

V — *Literatura* — Devemos recordar que Rui se queixou dos "amadores de americanismo", declarando que havia passado a sua vida no contato intelectual com a História, as Leis, a Jurisprudência, a Política e a Literatura dos Estados Unidos.

Mencionei Emerson, figura preponderante da Literatura americana, que muito influenciou a formação espiritual de Rui Barbosa, e que lhe fora sempre um companheiro estimulante. Em certas idéias de Rui sobre a Inglaterra, sente-se, nitidamente, a personalidade do sábio de Concord, como Emerson é conhecido:

> A segurança do mundo moderno consiste na estabilidade da Inglaterra. Se os ingleses fossem tão volúveis como os franceses, que confiança haveria? Os ingleses, porém, representam a liberdade. Os ingleses, conservadores, amantes do dinheiro e da nobreza, são, apesar disso, também amantes da liberdade, e a liberdade está garantida em suas mãos, pois são mais fortes do que qualquer outro povo. A nação resiste sempre à ação imoral de seu governo.

Estamos, porém, apresentando Emerson mais como filósofo do que como exemplar das belas-letras. Rui apreciava tanto os seus poemas como os seus *Ensaios,* porém não se pode dizer que se interessasse muito pela poesia americana, apesar de que possuía a coleção *Poetas da América,* editada por Edmund Clarence Stedman, em Boston, no ano de 1892, bem como as obras poéticas de James Russell Lowell, do ano de 1869, e toda a poesia em dialeto ianque, escrita por Oliver Wendell Holmes. Tem-se a impressão de que Rui, quando lia, tinha como fim apreciar as críticas que seus autores faziam da sociedade e não se entregar com eles à busca da beleza. Mas conhecia bem o terreno, o que nos é indicado pela presença, em sua biblioteca, dos dois volumes de Richardson sobre *A História da Literatura Americana* e as obras de Whitney sobre linguagem. Tinha as traduções em francês e espanhol dos contos de Edgar Allan Poe e Nathaniel Hawthorne. É curioso, porém, que não se encontre qualquer trabalho de Cooper, nem *A Cabana do Pai Tomás,* de Harriet Beecher Stowe, nem romances de Jack

London, Bret Harte, W. D. Howells, Frank Stockton ou Henry James. Washington Irving é representado pelas suas biografias e não pelo *Sketch Book*.

A novela americana na biblioteca de Rui tem como seu intérprete principal Mark Twain, cujas obras são encontradas aqui em várias edições, em inglês e francês. De Owen Wister há só *El Pentencostés de la Catástrofe*.

Rui distraía-se muito com as descrições da vida e da sociedade nos Estados Unidos. Ele marcou, por exemplo, esta anedota do livro de Thomas T. Muirhead[6], *América, País de Contrastes*:

> Aceitei com prazer o espírito democrático exemplificado na saudação feita a mim e a meu amigo pelo porteiro do hotel, que se dirigiu a nós como "rapazes". Mas, logo depois, a taça de alegria foi-me arrancada dos lábios ao ouvir esse mesmo porteiro dizer que o outro "senhor" tomaria conta da nossa bagagem.

Se o romancista trouxesse uma mensagem de importância social, era certo Rui ler o seu livro. Vêem-se por exemplo, nas suas estantes, sete dos romances de Upton Sinclair, entre eles *Metrópolis, A República Industrial, A Selva, Rei Midas, Sílvia*. Existe na sua biblioteca o romance, *Um País Distante*, do autor americano Winston Churchill, mas é mais provável que Rui tenha adquirido este volume pensando que fosse escrito pelo ilustre estadista britânico, cujo papel é de tão grande importância no mundo moderno. *A Vida de Theodore Roosevelt* foi escrita por James Morgan, num estilo tão vigoroso, que Rui o leu certamente com deleite, pois poderia quase ser classificado como romance.

Descobri também um livro de Percy Brebner, *O Mestre Detective*, que me fez crer que Rui tivesse gosto pelos escritos policiais.

---

6 A obra a que o conferencista se refere não é de THOMAS T. MUIRHEAD, mas sim de JAMES FULLARTON MUIRHEAD.

Em resumo, a sua literatura americana consistia essencialmente em obras de categoria social ou em trabalhos providos de idéias. Mesmo a sua alusão a Longfellow, citado num discurso pronunciado no Liceu de Artes e Ofícios, em 23 de novembro de 1882, indica esta tendência moralista. Falando sobre o fundador do Liceu, ele diz: "Mas a fé não lhe desmaiou, a fé que o poeta de *Evangelina* semelha a 'flor da bússola'."

* * *

VI — Chegamos, por fim, a Rui, o jornalista, o homem que cuidava de quase todos os assuntos possíveis e imagináveis. Há quem o julgue mais capaz como jornalista do que em qualquer outra especialidade. Se for essa a verdade, a força da pena jamais foi aplicada com melhor proveito. Destacam-se na livraria de Rui as obras de Benjamin Franklin, que está entre os maiores jornalistas americanos, — esse tipógrafo de Filadélfia, cujo bom senso estabeleceu o padrão para os jornais norte-americanos, e cujo livro, *O Bom Homem Ricardo,* constitui a primeira crônica americana.

Tudo o que fosse publicado sobre imprensa era água para o seu moinho. Rui, nas *Cartas de Inglaterra,* cita o comentário que Emerson fez sobre o *London Times.* Tinha grande admiração por publicistas como Horace Greeley, William Lloyd Garrison e Charles A. Dana, todos abolicionistas de destaque.

Possuía biografias de todos eles e interessava-se especialmente pelas suas descobertas de fraudes políticas. A maioria dos jornalistas tem um prazer incomensurável em trazer à luz os erros da sociedade, e os americanos que Rui conhecia não constituíam exceção. No livro de Melville Philips, *Fazendo um Jornal,* publicado em New York em 1893, Rui destaca o *mot* de Horace Greeley:

> Não há nada de menos importância para um homem público do que aquilo que os jornais disseram ontem a seu respeito; nada de maior importância do que aquilo que dirão amanhã a seu respeito.

Concordava plenamente com o Sr. Philips que a imprensa "já não é mais a expressão do poder pessoal, mas que o jornal se tornara o professor e chega mesmo a preencher o papel da universidade".

Outra nota interessante que me revelou o estudo dos livros norte-americanos nesta biblioteca foi um trecho de conversa entre Emerson e Woodsworth, e que Rui sublinhou a lápis azul e vermelho. O filósofo americano havia ido visitar o famoso poeta inglês em sua pequena casa à beira de Rydal Water, e contou, depois, que Woodsworth considerava o Rio de Janeiro o local mais perfeito do mundo para uma capital.

Alegra-me saber, minhas Senhoras e meus Senhores, que a Cidade Maravilhosa tenha sido de tal modo apreciada por um anglo-saxônio tão ilustre.

Devo confessar que, como americano, me sinto muito lisonjeado pelo interesse que Rui sempre demonstrou pela minha pátria. Esse interesse era sincero, moderado por um espírito crítico honesto diante dos nossos defeitos. Como Jefferson, Rui era uma figura universal, e os livros constituem uma parte integrante de sua vida. Ambos escreveram num estilo que servirá de modelo às gerações futuras. E não me seria possível encontrar melhor maneira para encerrar esta minha palestra do que as próprias palavras de Rui, na sua saudação ao jurista americano Charles Evans Hughes, poucos meses antes de sua morte:

> Deixai-me dizer-vos que, durante os últimos quarenta anos da minha longa vida política, eu tenho encontrado nos Estados Unidos os mestres, a escola, o modelo do meu proceder e das minhas opiniões. E, se tenho aventurado alguma vez certas censuras e críticas, é porque os melhores americanos me têm dado, eles mesmos, o exemplo da franqueza na amizade e da filosofia na política. Nós temos, Senhor, numa palavra, o mesmo destino que vós. Nós temos o destino comum aos Estados Unidos, o destino de cooperar convosco, tanto quanto pudermos, na paz e na liberdade das nações, na moralidade da política e no progresso do gênero humano.

CRÔNICAS

Cyro dos Anjos

O RETORNO A RUI

I

Resgatei, ontem, um pecadilho de minha adolescência literária, indo à casa da Rua São Clemente e pedindo a Rui perdão das tolices contra ele ditas, quando a irresponsabilidade dos vinte anos me permitia julgar sumariamente os homens e suas obras.

É possível que o anti-ruísmo que floresceu em nossos meios intelectuais, na esteira do movimento modernista, tenha tido a virtude de estabelecer, pela controvérsia, a verdadeira posição de Rui, na vida cultural brasileira. Na verdade a idolatria pelo homem que veio de Haia coberto de louros e pelo líder das grandes campanhas civilistas lhe deformava a figura e diante dele só uma atitude era possível, no Brasil: a da apologia. Rui era um dogma.

Rebelando-se contra ele, a mocidade abria uma discussão porventura necessária, e iniciava seu julgamento histórico. O retorno a Rui, que se observa em grandes massas da opinião política, a veneração com que letrados lhe cultuam a memória, o fervor que se dedica hoje ao estudo de sua obra demonstram que o tribuno, o jurista, o erudito e o filólogo, realmente grande — e não apenas grande em função de um meio pobre — não precisava do exagero e da adoração beata para se firmar no apreço das gerações. A glória de Rui ganhou a sua batalha póstuma.

Entretanto, a idéia de que houvéssemos desempenhado a função de advogados do Diabo não me tranqüilizava a consciência, que me acusava de ter falhado a um culto a que meu pai me iniciara, numa infância já bem distante.

Que se dizia, em 1922, contra Rui, com o nosso aplauso? Que não passava de um retórico, simples repetição de um Cícero ou de um Vieira; que vivia distante da realidade brasileira, querendo modelar pelo figurino inglês ou norte-americano nossas instituições; que, como advogado, cultivava o sofisma se era útil à sua causa; que sua ambição política, o desejo, nunca satisfeito, de galgar a Presidência da República lhe obscureciam as vistas.

Não direi "nossa geração", pois nenhuma procuração me deram para falar em nome de gerações: direi, apenas, em meu nome, que o que hoje vejo é que, morto Rui, a retórica não cessou de existir. Cada vez mais se fazem discursos, e discursos ruins, sem a força, a grandeza, a flama das orações do velho leão do Senado.

No que toca à realidade brasileira, pressinto que não há propriamente realidade brasileira, e sim realidade humana em geral, em face dos grandes problemas de ordem política. A realidade local pode matizar as instituições, mas, nas linhas genéricas, o que defrontamos, e cada vez mais, são soluções de valor universal.

Finalmente, quanto aos pecados do advogado, se os houve, concordo em que a Rui se poderia pedir algo mais do que a simples ética profissional prescreve. O amor à verdade devia superar o espírito de profissão, num homem das dimensões de Rui.

Mas, quem lhe pode atirar a primeira pedra? Quem tem autoridade para o julgar? E sua ambição política, que mal fez ao País? Ao contrário, poder-se-á dizer que ela deu origem a movimentos que jamais foram igualados em grandiosidade cívica.

Não deve ambicionar o poder aquele que se vê apto a realizar o bem público? Parece que é isto um dever do cidadão, quando através da estima pública se sente solicitado a exercer mandatos do povo.

Talvez seu governo viesse trazer decepção aos que nele confiavam cegamente; mais aparelhado do que Rui, ninguém mais prestigiado pela opinião do País, para realizar uma grande obra de governo.

Todos aqueles que, comigo, negaram Rui na adolescência, hão de ver, com o conhecimento dos homens e da vida, que tudo aquilo que o velho político pregava, em matéria de liberdade, tinha pro-

funda razão de ser, em nosso País; seu zelo pela ordem jurídica, sua longa batalha pelo aperfeiçoamento de nossas instituições, fundavam-se no conhecimento vivo dos perigos que cercavam a República.

Como era um inovador, suas idéias haveriam de receber, hoje, por certo, a influência das transformações que se operam na estrutura política da sociedade. Mas, em relação à sua época, quando o mundo de nossos dias estava apenas em embrião nas dobras do tempo, e a realidade social oferecia aspectos inteiramente diversos, ninguém melhor do que ele conheceu os antagonismos e as contingências da vida nacional. Dizer-se que viveu alheio à nossa realidade foi, de fato, uma heresia.

(*A Manhã*, 9 de junho de 1946.)

II

Ao transpormos o grande portão de ferro da Casa de Rui, experimentamos a sensação de haver penetrado em um mundo à margem, onde é possível obter, cada dia, dose de solidão de que necessita o homem de nosso tempo, para que não se emaranhe e perca seu espírito nas múltiplas e contraditórias solicitações da vida corrente.

Não que se trate de um mundo morto. Em plácido estudo, filólogos, humanistas, jurisperitos e homens de letras ali mantêm a chama do espírito do Mestre.

É como se fosse um universo à parte, que, de súbito, nos envolvesse em sua atmosfera, confiscando-nos ao quotidiano, para nos transportar a paragens que, de tão deleitáveis, se nos afiguram pecaminosas, neste mundo de restrições que a guerra nos legou.

Efetivamente, vivemos numa época sombria, em que até as coisas outrora consideradas inocente prazer da inteligência assumem ar voluptuário e são olhadas de modo hostil. Nem a moral, nem as leis, nem os governos as proíbem — é o estado de espírito coletivo que parece condená-las.

Não se pede ao artista somente a submissão à política: vedam-lhe tudo o que exprime sentimentos incomuns ou denuncie interpretação pessoal em face da vida. Quer dizer — destrói-se o artista, por asfixia.

Triunfará essa tendência de popularização, que aspira a fazer descer a arte às camadas incultas em vez de procurar trazê-las ao nível dela?

O ideal tradicional sempre foi elevar as massas, ainda que lentamente, a um tipo superior de cultura. Influências que atuam na sociedade contemporânea, e vêm ganhando terreno, de tal forma investem contra tudo quanto representa equilíbrio, disciplina, apuro e religioso fervor, na obra de arte que seria de temer entrássemos, em breve, numa época em que a vulgaridade, o vazio, a chatice, o desalinho se erigissem em padrões.

Ouso acreditar que logo passará essa crise do espírito contemporâneo, e que sequiosamente se voltará ao ideal de uma arte livre, em plena expansão criadora, rompidas todas as cadeias.

A arte nunca fez mal às massas. Diríamos, antes, que sempre foi fonte de alívio e de consolo. A torre de marfim é apenas um equívoco. Jamais o verdadeiro artista se alheia às dores e às inquietações de sua época. Como homem, sempre está ao lado do povo, e, como artista, também o servirá, a seu modo. Apenas não poderá trair as suas inclinações mais puras e falsear as imagens do mundo que lhe povoa a sensibilidade. Um poente é um poente. A *Ile de France,* de Maillol, ignora as tragédias contemporâneas. Foi uma flor que nasceu na tempestade.

O artista há de ser livre e só se limitará pelas leis que a própria arte lhe traça.

Entretanto, os que conspiram contra a liberdade da arte criam, para o artista, um mundo sombrio, cheio de apreensões. Eis por que cada vez se tornam mais convidativos os silenciosos refúgios, onde seja possível, ao artista, abrir caminho livre à fantasia e, ao pensamento, espaços amplos, fora dos esquemas em que os constrangem os homens de partido.

A Casa de Rui goza de uma espécie de extraterritorialidade: ali nos sentimos seguros, podemos permitir-nos aquilo que a rua nos nega e que as conversações baniram. Ali se pode pensar.

No silêncio das grandes salas cheias de livros, um espírito nos convida à meditação, um austero exemplo indica o caminho ao preguiçoso *dilettante*. Se a sombra de Rui nos esmaga, se a latitude de sua erudição nos oprime, se a opulência de sua biblioteca é, a princípio, um motivo de desalento — o espetáculo de seu trabalho, que se nos desvenda aos poucos através do que vamos vendo e ouvindo, infunde-nos coragem e esperança.

Assim, Rui — defensor das liberdades públicas durante meio século de luta bravia — ainda depois de morto se nos apresenta como paladino de uma nova liberdade ameaçada em nossos dias: a do intelectual contra a tirania das multidões.

* * *

Penetremos, devagar, nesta casa cujas paredes nos contam tantas histórias do passado; em cada canto, sentimos, ainda, a presença de um pensamento austero; de um espírito que, com nobre esforço quis dominar a cultura de seu tempo; de um político idealista, que serviu como ninguém a sua Pátria, de um trabalhador como nunca se viu.

Detenhamo-nos em cada compartimento da casa e interroguemos o espírito de Rui. Quem vai a São Clemente com pressa, não deve entrar. Fazer turismo na Casa de Rui Barbosa é a última das degradações.

(*A Manhã,* 16 de junho de 1946.)

SÃO CLEMENTE, 134

Imagino o Conselheiro Rui Barbosa entrando em casa pela tarde depois da sessão do Senado, do giro às livrarias e da rápida passagem pelo escritório.

Prefiro vê-lo num dia comum, sem a agitação que deviam trazer ao ambiente doméstico os grandes momentos da Campanha Civilista ou do retorno de Haia. Nada aconteceu no Senado, cuja sessão correu morna.

Não estamos mais em 13 de outubro de 1896, quando o discurso contra Zama fez o povo delirar, nem chegamos, ainda, à época da resposta a Zeballos, que emocionou a Nação inteira.

Desceu do landau dos seus tempos de Ministro do Governo Provisório, e fê-lo recolher à cocheira. O automóvel *Benz,* que pertencera ao *Kaiser* e que agora repousa inerte, como um monstro antediluviano numa das dependências da casa, ainda devia estar na fábrica longínqua, nalgum ponto da nebulosa Alemanha de antes da guerra de 14.

O Conselheiro entra pela porta lateral, na ala esquerda do velho solar, jóia simples e bela, da arquitetura dos começos do Segundo Reinado. O Barão da Lagoa, que o construiu, devia ser homem de gosto. Com seu infalível faro das coisas finas, o Conselheiro tratou de adquirir a casa assim soube, por um amigo, que o então proprietário, o inglês John Roscoe Allen, queria vendê-la.

O Conselheiro pensa, com alívio, que por pouco a teria perdido. Comprara-a a crédito, com o auxílio de duas hipotecas e teve dificuldade em saldá-las. Em todo o caso, fora bom isto. Pudera tapar a boca de Zama e de outros detratores, que assoalhavam infâmias sobre a sua fortuna. Lembra-se das frases chamejantes do discurso de 1896. Sua casa tinha a sua história, clara e documentada. Nada, graças a Deus, refugia à publicidade, na sua vida, e toda ela poderia documentar-se com uma prestação de contas. Sobe, meditativo, os degraus da escada interior que conduz ao primeiro pavimento...

O erudito Homero Pires, eminente estudioso da obra e da vida de Rui, relata-nos uma cena que se repetiu muitas vezes. Ao subir a escada, acompanhado do empregado que carregava os volumes de livros adquiridos no dia, Rui divisava, no alto, a figura senhoril e carinhosa da esposa e dizia-lhe:

— "Perdoa. Já é uma verdadeira mania..."

E ela, magnânima, respondia:

— "Não há de que perdoar. É a tua ferramenta..."

Sem querer questionar com Homero Pires, especialista em Rui, quando não passo [de] modesto cristão-novo, eu preferiria atribuir a D. Maria Augusta uma resposta mais feminina:

— "Ora, deixa-te disso. Mais vale um gosto do que quatro vinténs. Gostas de livros, ganhas bastante, podes comprá-los. Isto não vai arruinar a família..."

Mas, acompanhemos o nosso Conselheiro, que não se detém, desta vez, ao lado de D. Maria Augusta. Está aflito para entrar no escritório e abrir os embrulhos que vieram da livraria.

Enquanto espera o moço dos pacotes, que se atrasou um pouco, a conversar com serviçais da casa, Rui contempla as estantes do salão a que Washington Luís mais tarde daria o nome de Sala Constituição. Sente-se feliz em mirá-las demorada, amorosamente. Pisa em terra firme, dentro do seu território. Em cada uma, há, no alto, esculpidas, as iniciais "R. B.". Rui pensa:

— "Dizerem os canalhas que estas estantes foram pagas pelo Ministério da Fazenda e que as iniciais 'R. B.' correspondem a 'República Brasileira'... Patifes! Que infâmia!"

Mas, chega o moço com os livros, e logo passa o ressentimento. Rui põe-se a abri-los. Rui olha, com carinho, os volumes que vieram de Paris, de retorno. Mandara encardená-los por intermédio do Briguiet.

D. Maria Augusta entra na sala:

— "Ao menos, descansa um pouco, homem..."

Ela sabe, porém, que Rui está em outro mundo, um distante mundo aonde não chegará o seu apelo. Absorto, ele examina um pormenor da encadernação. Curva-se, pequenino, sobre a mesa. Aproxima o volume das grossas lunetas. Que maçada! A *reliure* não está grande coisa. Já não se trabalha com o mesmo apuro em Paris...

A sala é grande, espaçosa. As estantes, altas, graves, estão pejadas de livros. Os livros invadem a casa, os corredores, os desvãos. Os livros devoram o espaço. Hoje, é o quarto de um filho que se casou, deixando a casa paterna. Aproveitemos a nova área, que o livro é insaciável. Chama-se o marceneiro. Metam-se, ali, outras prateleiras. Dê-se abrigo aos volumes sem lar, que se empilham sobre a mesa. Reserve-se lugar para novos hóspedes que devem chegar pelo próximo vapor das livrarias americanas, onde Nabuco faz provisões para Rui.

Mas, deixemos a maré de papel impresso, que invade o pavimento médio, o porão, o pavimento superior, até mesmo o mirante, onde dormia o filho mais velho e voltemos à Sala Constituição.

Algo houve que atraiu especialmente a atenção do Conselheiro, que, para não ser incomodado, se tranca no vestiário, onde também há livros.

Quando se fecha ali, só D. Maria Augusta tem o condão de o fazer abrir a porta. Às vezes, Rui está zangado, parece uma criança grande, fica amuado, horas e horas. D. Maria Augusta deixa passar a nuvem, e vem docemente chamá-lo. Sabe-se que Rui jamais se recusou a atendê-la.

Desta vez, D. Maria Augusta não quer incomodá-lo. Olhemos pelo buraco da fechadura: Que faz o Conselheiro? Está enterrado num incunábulo. De uma feita, numa crise política, Pinheiro Machado forçou a porta do gabinete, ao lado da sala, e encontrou Rui mergulhado na leitura de Erasmo, em preciosa edição latina de 1527.

— "Não é possível fazer política com um homem que lê Erasmo numa hora destas!" — exclama Pinheiro, desanimado.

Um dia, Rui deixou de receber Pinheiro mandando dizer-lhe que estava com enxaqueca. Na verdade não queria ser interrompido. Escrevia o famoso discurso em francês, em saudação a Anatole France. Pinheiro respondeu, com ar feroz:

— "É bom que não me receba, pois se [es]tivesse sem dor de cabeça, iria senti-la imediatamente, com as coisas que eu tinha para lhe dizer..."

(*A Manhã*, 23 de junho de 1946.)

O GABINETE BRANCO

O vestiário, na Casa de Rui, dá-nos uma imagem física mais viva do Conselheiro, no-lo restitui nas atitudes que nos ficaram familiares, através de caricaturas da época: ali estão o famoso fraque cinza, a cartola, os colarinhos Raunier, as gravatas, os borze-

guins. Mostram-se, também, peças mais íntimas: um paletó de frio, ceroulas de lã, chinelos.

Um chicote de cavaleiro, presente de Pinheiro Machado, exibe-se noutra vitrina, e faz lembrar ao Professor Lacombe um episódio que mostra a candura de Rui. E Lacombe conta:

Nos dias que se seguiram ao retorno ao Brasil, findo o exílio, certa vez o Dr. Antônio Jacobina lhe disse: "Rui, este seu amigo Pinheiro é um monstro!"

Rui preocupa-se. Contavam-se coisas de arrepiar, sobre a política do Rio Grande.

Quando Pinheiro vem vê-lo, tranca-se com ele no vestiário, faz-lhe um interrogatório de mais de duas horas. Depois, Pinheiro retira-se, com expressão de alívio, e Rui exclama, na sala: "Quanta calúnia assoalham contra este homem! É uma pobre vítima!"

Jacobina, o Desembargador Palma e o Major Aguiar sorriem. Só faltava pôr um par de asas em Pinheiro. O esperto gaúcho embrulhara o Conselheiro.

Lacombe conta outras histórias. Não são anedotas, faz questão de dizer.

— "Olhe, vou-lhe contar uma autêntica" (todas as anedotas do Professor Lacombe são autênticas...). "Pinheiro vê, no guarda-roupa de Rui, umas gravatas compradas na Europa, e encanta-se com elas. Rui diz, por mera formalidade, que estão às suas ordens. Pinheiro toma a resposta ao pé da letra e leva consigo as gravatas..."

E era assim, acrescenta Lacombe. Ai de quem lhe dissesse que certa coisa estava à sua disposição. Pinheiro mandava logo um portador, para buscá-la...

Outra de Rui, a propósito de Pinheiro. Foi quando saía de casa para ir à missa de sétimo dia, por alma do Senador gaúcho, cujo assassínio indignara o Conselheiro. Já não eram amigos. A Campanha Civilista os separara, para sempre, e houvera ofensas pesadas, de lado a lado. Mas Rui fora atingido, em sua sensibilidade e em sua consciência de cidadão, pelo selvagem golpe vibrado contra aquele que então se tornara seu rancoroso inimigo.

Veste o fraque, vai sair para a missa. Ele se põe acima de mesquinhos rancores; vai dar um exemplo de nobreza moral e de elegância política. Mas, um amigo advogado vem consultá-lo sobre certo ponto de doutrina. Rui sobe na escadinha, para apanhar o livro, e cai, fraturando a perna, de modo a ficar alguns meses imobilizado.

— "Foi a última rasteira que o Pinheiro me deu!" — diz, maliciosamente, ao amigo que corre a ampará-lo...

* * *

Ao lado do vestiário, há o antigo gabinete branco hoje denominado Sala Código Civil, por ter sido ali que Rui trabalhou na revisão do Código.

Predominam, nesse gabinete, os clássicos portugueses. Encontramos duas ou três coleções, completas, de obras de Vieira. Uma delas, anotada, do começo ao fim. Há, também, clássicos espanhóis. O *D. Quixote* foi lido sem pressa. Com tinta vermelha, Rui fazia anotações eruditas; com lápis preto, corrigia os erros tipográficos. Aliás, é o que se observa, sempre, em todos os livros. Seria um estudo interessante, o das ricas e copiosas notas de Rui. É difícil compreender como, levando vida agitadíssima, no foro e na política, teve tempo de ler tanto, e tão devagar. Um frade medieval não seria mais pachorrento, em suas averbações. Na verdade, cinqüenta anos de trabalho não explicam a obra que deixou, mesmo em se tratando de um trabalhador excepcional.

Às vezes, o erudito se diverte. No *Bluteau,* que folheamos, ao acaso, vamos encontrar, assinalada, a palavra "Belzebub". Eis o que diz o famoso vocabulário:

"Belzebub, ou belzebuz ou beelzebub. Deriva-se do caldaico Beel ou do hebraico Baal, que querem dizer senhor, e de zebub, que vale o mesmo que Mosca, ou Deus das Moscas. Era, na Palestina, o ídolo que os acaronitas invocavam contra a perseguição das moscas. E como as moscas tudo sujam, foi este chamado Deus do Esterco. E parece que por esta mesma razão chamaram os judeus a Belzebub, Príncipe dos Demônios, porque só um príncipe de merda pode ser senhor destes imundos espíritos".

Rui anota: *"Jupiter stercorarius,* Bernardes, V. p. 377".

Por curiosidade, procuramos conferir a nota, e abrimos o volume indicado, da *Nova Floresta.* Bernardes refere-se a Lutero, aplicando-lhe o epíteto: "Porque os Santos são rosas. E Lutero, no seu tempo, teve a alcunha de profeta sujo: profeta *stercoreus* (que até nisto concordava com o diabo, cujo nome Beelzebub se interpreta *Jupiter stercorarius*), porque usava no falar, e escrever, de palavras, e comparações imundas... etc."

Homero Pires, no seu *Rui Barbosa e os Livros,* nos fala, também, de uma glosa de Rui a certo trecho da *Crônica do Condestabre.* Referindo-se o autor anônimo a Santiago de Galiza, escreveu: *"terra que he de muytas bestas".*

Rui comenta: "Essa terra bem se parece com outras, que eu não digo..."

(*A Manhã,* 14 de julho de 1946.)

RECANTO DE UMA BIBLIOTECA

Colhendo, ao acaso, um volume das *Obras Completas* de Chateaubriand, nas estantes da Sala Constituição, observo que uma página está marcada por uma tira de papel.

Abro o livro e leio o trecho assinalado: *"Ma vie manque à mon ouvrage: sur la route où le temps m'arrête, je montre de la main aux jeunes voyageurs les pierres que j'avais entassées, le sol et le site où je voulais bâtir mon édifice".*

Chateaubriand refere-se ao plano da grande obra que ambicionara escrever, a *História da França.* Sentia-se sem forças para realizá-lo.

Acharia, também, Rui que a vida lhe faltava à obra?

Na folha de papel quadriculado, sua letra nítida, bem desenhada, que diríamos de calígrafo, e não de escritor, repete as palavras iniciais da melancólica exclamação de Chateaubriand: *"Ma vie manque à mon ouvrage..."*

Como dominar, disciplinar todo o imenso material que acumulara em sua vida de erudito? Como dar unidade e forma duradoura a uma obra tão rica, quanto fragmentária e dispersa?

Eis um drama não pressentido, da vida de Rui, uma angústia não suspeitada, daquela alma insaciável de saber, que tentou assimilar toda a cultura de seu tempo. Sentia-se oprimido pelo peso das matérias e petrechos de que, trabalhador infatigável, se provera em anos e anos de estudo.

Assim, a vida parece breve demais também àqueles que lhe fogem, deixando de lhe freqüentar os voluptuosos jardins para verem o corpo mumificar-se na solidão claustral das bibliotecas. Estes não lamentam os frutos da terra que deixaram de colher, nem os gozos que não fruíram — e sim os trabalhos que não puderam levar a cabo, os castigos que deixaram de infligir à magra carne ascética.

A poucos passos de mim, o simpático e inteligente Professor Lacombe, Diretor da Casa de Rui, mostrava a um visitante precioso incunábulo: a edição d'*A Divina Comédia,* de 1481, com desenhos originais de Botticelli e gravuras de Baldini.

Comuniquei a Lacombe o meu achado, e perguntei-lhe se já havia pensado no desconsolo íntimo de Rui, ao ver diante de si uma tarefa que superava, não a sua inteligência, mas as suas forças físicas, e o breve termo que se consigna à vida do homem.

Lacombe lembra-nos, então, uma confidência de Rui, que Homero Pires revela no trabalho *Rui Barbosa e os Livros.* À pergunta de um amigo, sobre se ainda lia com a mesma intensidade dos tempos de estudante, Rui responde, com tristeza:

— "Domingos, não poderei nunca me utilizar de tudo o que tenho estudado!"

Depois, Lacombe nos conta haver, também, descoberto outra anotação, que porventura escondia um desejo secreto. Foi nas *Obras Completas* de Bourdaloue. Rui assinalou na página de rosto do primeiro volume estas palavras do Abade Charles Urbain: *"Aucune statue ne saurait honorer plus dignement un grand homme qu'une édition savante de ses œuvres".*

Se isto representava um voto íntimo, a Nação soube satisfazê-lo. Sob a direção capaz de Lacombe está sendo editada, pelo Governo, a obra de Rui. É um empreendimento que honra a nossa cultura. Calcula-se que monte a duzentos o número de volumes. Filólogos, juristas, humanistas e políticos trabalham, presentemente, na organização de alguns tomos, havendo sido já publicados cinco deles.

Enquanto conversamos, Lacombe nos mostra preciosidades da Sala Constituição. É o reduto das grandes enciclopédias e das obras mais importantes de Direito Público.

Mas, a poesia, o romance, a história e o teatro se insinuam sorrateiramente entre os volumosos e sombrios tratados.

Rui arrumava os livros segundo preferências do coração, como todo bom bibliófilo, sem atender às rígidas normas da biblioteconomia.

O lado direito da sala, então, é quase todo tomado pela literatura. A famosa coleção *Les grands écrivains de la France,* de Regnier, editada por Hachette em 1862, com mais de duzentos volumes, estende-se ao longo das prateleiras médias das estantes; uma "dantesca" inglesa, quatro ou cinco magníficas enciclopédias, o *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines,* de Daremberg e Saglio, coisa de fazer água na boca; a rica edição das obras completas de Goethe, de Hallberger; esplêndidas coleções de obras de Hugo, Dickens e outros enchem de melancolia o bibliófilo impecunioso, o namorado sem dote das livrarias, pobre menestrel que vê escapar de suas mãos as flores mais raras e finas. Bibliófilo que tem assomos de revolta, como aquele de que nos fala Eduardo Frieiro, e que desejaria gritar, como Rimbaud, *"la littérature, cette bêtise!",* mas cada vez mais se vê acorrentado à sua paixão e às suas quimeras...

(*A Manhã,* 30 de julho de 1946.)

REPORTAGENS

A LITERATURA NA BIBLIOTECA DE RUI BARBOSA

> "Onde o trabalho que assegure à minha vida o caráter de predominante ou eminentemente literária?" Os franceses — DANTE e LEOPARDI — Uma tunda no CARNEIRO — CAMILO — Só dois romances de MACHADO — A dedicatória de LOBATO — Quarenta novelas de CONAN DOYLE.
>
> BRITO BROCA

Numa tarde úmida chego à Casa de Rui Barbosa. Algumas gotas de chuva tamborilam, de quando em quando, nas folhagens do velho parque. O ambiente de paz e tranqüilidade dá-me a impressão de um recuo no tempo. Tudo aqui parece tão distante da vida que trepida lá fora. Entretanto, o espírito que estas paredes evocam foi um espírito de luta, inteiramente comprometido nos problemas do seu tempo.

João Condé põe-me em contacto com Américo Jacobina Lacombe e explico o motivo da minha visita: uma incursão no setor literário da biblioteca de Rui Barbosa, a curiosidade de investigar o que naqueles muitos milhares de livros, documenta o interesse de Rui pela literatura? No discurso por este proferido na inauguração do seu busto na Biblioteca Nacional, repelindo, indiretamente, um cumprimento malicioso, dizia: "Onde o trabalho que assegure à minha vida o caráter de predominante ou eminentemente literária?" Não conheço. Traços literários lhe não minguam, mas em produtos ligeiros e acidentais, como o *Elogio do Poeta,* a respeito de Castro Alves; a oração do centenário do Marquês de Pombal; o ensaio acerca de Swift, a crítica do livro de Balfour; o *Discurso no Liceu de Artes e Ofícios* sobre o desenho aplicado à arte industrial; o *Discurso no Colégio Anchieta;* o *Discurso no Instituto dos Advogados;* o *Parecer* e a *Réplica acerca do Código*

Civil; nas duas tentativas de versão homométrica da poesia inimitável de Leopardi; a adaptação do livro de Calkins e alguns artigos esparsos de jornais literários pelo feitio ou pelo assunto. E mais adiante, referindo-se ao seu jubileu: "Tudo mais demonstra que esses cinqüenta anos me não correram na contemplação do belo, nos laboratórios da arte, no culto das letras pelas letras".

Excluindo, porém, essa noção das "letras pelas letras", um pouco difícil de precisar, deve-se reconhecer que a Literatura confina, não raro, com a História, as questões morais, a Sociologia, a Política, e sob tal aspecto ela interessava vivamente Rui Barbosa.

Na companhia amável e inteligente de Jacobina Lacombe, subo as escadarias que me conduzem a uma das salas da biblioteca. Na realidade, todas as dependências da Casa possuem ramificações dessa biblioteca. Em todo corredor, canto de escada ou alcova topamos com uma estante cheia de livros. Os volumes, na quase totalidade encadernados. Até a guerra de 914, Rui costumava mandá-los encadernar em Paris — informa-nos Homero Pires. Era exigente no assunto, queria trabalhos sólidos e artísticos, a conservação das margens e da página de rosto.

OS FRANCESES

Por onde havemos de começar? Lacombe apressa-se a mostrar-me o vasto cabedal de crítica e ensaísmo francês, existente na biblioteca. Todo Taine, Sainte-Beuve, muitos volumes de Faguet, Brunetière, Ernest-Charles, a grande *Histoire de la Littérature Française,* de Petit de Julleville, em vários volumes, escrita por uma equipe de especialistas. Quase tudo marcado, indicando leitura acurada, atenta. Procuro ver, com particular empenho, o capítulo sobre Swift, na *Histoire de la Littérature Anglaise,* de Taine. Como se sabe, num dos seus mais famosos trabalhos literários, refutou as acusações de Taine ao autor de *Gulliver,* não deixando também de fazer obra de advogado. O capítulo está consideravelmente marcado, mas não traz nenhuma anotação, o que decepciona um pouco a minha curiosidade.

Na *Histoire de la Littérature Française,* de Brunetière, encontro as páginas crivadas de marcações, somente até a Renascença. Daí em diante não há o mínimo traço de lápis, o que parece indicar haver Rui lido somente essa parte do livro com o fito de documentar-se para algum trabalho em mira.

Sainte-Beuve, do qual vejo a coleção das *Causeries du Lundi* [e dos] *Nouveaux Lundis* em belíssima encadernação, era um dos críticos franceses que mais deviam atrair Rui Barbosa, pelos magníficos retratos históricos que deixou.

Em seguida, em edições raras, os clássicos franceses: La Bruyère, Mme. de Sévigné, Pascal e outros. Em *Caractères,* capítulo "De la conversation", parágrafo "De l'homme", vejo circulada a seguinte frase: *"Une grande âme est au dessus de l'injure, de l'injustice, de la douleur, de la moquerie, et elle serait invulnerable si elle ne soufflait par la compassion".*

SHAKESPEARE, DANTE, LEOPARDI

Agora, os gregos e os romanos, geralmente em traduções francesas. Um primor de trabalho gráfico o Homero, na versão clássica de Leconte de Lisle. Excessivamente marcado. Destaco um trecho: *"Il est sans intelligence, sans justice et sans foyers domestiques, celui qui aime les offenses et discordes intestines".*

As obras completas de Goethe, no original e em francês, juntamente com alguns ensaios críticos biográficos sobre o autor do *Fausto,* como a *The Life of Goethe,* de G. H. Lewes.

Penetramos no terreno dos ingleses. Rui Barbosa — explica-me Lacombe — sempre se interessou vivamente por Shakespeare, sobretudo pelas controvérsias em torno da identidade deste. Eram problemas que muito o apaixonavam os que envolviam a origem discutida de uma obra, a obscuridade reinante na vida de um personagem. Existem vários livros no gênero na sua biblioteca.

Cá está um deles: *Shakespeare-Bacon,* de Andrew Lang, no original inglês. Colocado na parte de dentro da capa, encontramos

um recorte do suplemento literário do *Times,* em que figura o registro bibliográfico da obra. É ainda Lacombe quem nos informa: "Rui lia, com a maior freqüência, esse suplemento e por ele muito se orientava nas suas leituras inglesas. Se a notícia do livro despertava curiosidade, mandava logo comprá-lo".

O volume em questão está coberto de marcações em duas cores, processo que Rui adotava, freqüentemente, e devia indicar duas ordens de assuntos ou de interesse; mas como se tratava de indicação para seu uso particular, ninguém ficou sabendo o significado de tal diferença.

— E afinal, a que conclusão chegou ele sobre a questão *Shakespeare-Bacon?* — pergunto.

— Não sei — diz Lacombe — o que posso assegurar é que leu tudo quanto se escreveu a respeito.

Ainda entre os ingleses, encontro um livro minucioso de referências sobre a obra de Milton, *A Concordance to the Poetical Works* — trabalho destinado exclusivamente a especialistas. E como me admire do interesse de Rui pelo assunto, Lacombe mostra-me uma obra no mesmo gênero de Edward Moore sobre a *Divina Comédia.*

— Dante foi uma de suas grandes paixões — observa o nosso interlocutor — possuía a *Divina Comédia* em várias edições, inúmeros trabalhos de exegese do poema e biografias do poeta.

Lembramo-nos do paralelo que Batista Pereira faz, no prefácio da *Coletânea Literária* entre Rui e Dante:

> Nenhum escritor se lhe assemelha mais do que Dante. A política foi a Dalila dos dois Sansões. Inspirou a ambos diatribes contundentes. Ambos tiveram a maior qualidade que se requer ao político: a de se esquecer de si mesmo.

De Dante, passamos a Leopardi, outra grande paixão de Rui. Até 1884 e 1885, mais ou menos, aplicou-se em traduzir os cântigos do "cisne negro" de Recanati.

"UMA TUNDA NO CARNEIRO..."

Voltamos aos franceses. Cá está uma admirável edição das obras de Renan.

— Rui não gostava de escrever nos livros — explica-nos Lacombe — geralmente apenas marcava com esses sinais em ângulo agudo, isolando determinados trechos, mas isso mesmo só começou a fazer depois da *Réplica,* quando orientou, durante muito tempo, todas as leituras no sentido de uma resposta arrasadora a Carneiro Ribeiro. Entre os seus papéis foi encontrado um enorme dossiê com este título: "Apontamentos para uma resposta ao Carneiro". Rui costumava dizer que se estava preparando para dar uma tunda no seu antigo mestre. Quando recebeu a *Tréplica,* pôs-se a lê-la diariamente e a marcá-la. Não podia desprender-se do livro. Volta e meia lá se achava, curvado sobre as páginas, o lápis na mão, no trabalho paciente e minucioso. Um dia, não pôde mais: chamou o Desembargador Palma, seu amigo, e pediu-lhe, num rompante, que levasse aquele livro dali por favor; precisava trabalhar, ganhar dinheiro, advogar, e o livro estava a tomar-lhe o tempo, como uma tentação! Precisava dar um sumiço naquilo!...

CAMILO, UM GRANDE ROMANCISTA

Passando para outra sala, chegamos aos portugueses e encontramos, segundo previamos, todos os clássicos: a forja onde Rui moldou a plasticidade extraordinária do seu idioma. Muitas edições antigas: a *Arte de Orar,* de Diogo Monteiro; o *Castrioto Lusitano,* oferecido por Alfredo Pujol; a *Imagem da Vida Cristã,* de Frei Heitor Pinto, com a seguinte dedicatória: "Ao Conselheiro Rui Barbosa, lembrança de Alberto de Oliveira"; Filinto Elísio, numa edição em formato pequeno, todo marcado.

Depois Castilho e Camilo. Admirável a camiliana, muitas primeiras edições, o autor da *Queda de um Anjo* seria um dos mestres lingüísticos de Rui Barbosa.

— Mas não era só o lado gramatical que o atraía no caso — intervém Lacombe. — Certa vez, como alguém lhe dissesse considerar Camilo bom escritor e mau romancista, Rui protestou, veemente:

— Mau romancista, por quê? Pois não é o *Amor de Perdição* um magnífico romance?

Eis um detalhe que muita gente ignorava: Rui Barbosa deliciara-se com o *Amor de Perdição.*

Mais adiante, um exemplar da *Ceia dos Cardeais; A Holanda,* de Ramalho Ortigão, em edição de luxo, marcada e anotada. À página 54, por exemplo, Rui sublinha a palavra "turba" e no pé da página escreve: "Turba — Turfa? É o francês *tourbe*". Em outros lugares, em que se encontra turba, corrige igualmente para turfa. Os galicismos de Ramalho são severamente estigmatizados. Sabe-se que era a obsessão do vernáculo em Rui. Por esse motivo condenou ele o estilo de Eça de Queirós, na *Réplica.*

SÓ DOIS ROMANCES DE MACHADO DE ASSIS

E os brasileiros? Já Homero Pires acentuara ser restrita a contribuição da literatura brasileira na biblioteca de Rui. Bem mais restrita ainda, a parte concernente ao ficcionismo. Procuramos em vão as *Memórias de um Sargento de Milícias.* Dos romances de Alencar, apenas *Iracema,* numa edição recente, oferecida pelos editores; de Macedo, nada mais que *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro,* que não é romance; de Machado de Assis, somente o *Dom Casmurro* e o *Memorial de Aires,* ambos sem dedicatória e sem marcação, dando até a impressão de que não foram lidos.

— É estranho isso — considera Lacombe — Rui parecia conhecer bem a obra de Machado de Assis; estou informado de que a leu, pelo menos, na ocasião da *Réplica,* a fim de documentar-se. Onde foram parar esses volumes? O mesmo acontece com os de Coelho Neto e Alencar. Rui admirava-os muito como romancistas. Bilac, também, outra de suas grandes admirações; e nem um livro do poeta nessas estantes!...

— E Nabuco?

— De Nabuco há vários volumes, que se acham na Biblioteca Nacional, no momento, para a Exposição. Têm curiosas dedicatórias. Lembro-me da que figura em *Pensées Détachées*: "A Rui, o grande, o velho amigo, o compadre".

ONDE APARECE ATÉ O SR. CLÁUDIO DE SOUSA

A maioria dos livros brasileiros traz dedicatórias, muitas delas exageradas, prolixas, derramadas. Nunca se poupa o adjetivo gênio. Sílvio Romero é dos que se mostram discretos. Na 1.ª edição da *História da Literatura Brasileira,* lê-se: "Ao político ilustre e literato emérito, general Rui Barbosa, o autor".

Quanto escritor conhecido ou obscuro dos pontos mais distantes do País enviava livros a Rui! Que surpresa, por exemplo, este encontro com o meu velho amigo Rocha Ferreira, conhecido em São Paulo como "poeta lotérico", em virtude de possuir uma casa de loterias. Seu volumezinho: *Sóis* diz somente: "A Rui Barbosa-gênio". E este José Agudo, cujos romances vi tantas vezes nos "sebos" da Paulicéia? A obra intitula-se *Amor Moderno* e a dedicatória diz: "Ao Conselheiro Rui Barbosa, expoente máximo da intelectualidade brasileira". Depois, Moacir Chagas, redundante e exagerado; Almáquio Dinis, Luís Carlos, Pujol, Andrade Murici, etc. Curioso, como Rui Barbosa guardava tudo, mesmo um livro de Eurico de Góis.

E — oh! manes de Agripino Grieco! — não faltaria nem mesmo o Sr. Cláudio de Sousa! Sua peça *O Turbilhão,* dedicada: "Ao Cons. R. B. — O maior dos brasileiros vivos — Homenagem obscuríssima de C. de S." — foi honrada com várias marcações em azul. Uma delas na frase: "Tomando cena", coisa realmente muito estranha; outra, na tirada de um dos personagens: "A mulher é um lindo animal racional que adora os irracionais". Que significaria o traço azul de Rui? Mistério impenetrável! Só ele poderia dizê-lo...

A DEDICATÓRIA DE LOBATO

Agora, um achado: o exemplar da 1.ª edição do *Urupês,* cuja leitura deu origem à famosa citação que consagrou o escritor paulista, tornando-o popular de um dia para outro. Na dedicatória lê-se: "A Rui Barbosa, o primeiro, homenagem de Monteiro Lobato, o último — 26-6-918". As páginas crivadas de marcações, sobretudo, nos brasileirismos: "mamparreio", "enlurado", "craca"; ou em frases como "conheceu arruda pelo cheiro", etc.

O ROMANCE POLICIAL

Sabe-se que Rui lia muita novela policial e de aventura; era um meio de atenuar a tensão do seu espírito, voltado para as coisas sérias e profundas. Todo Dumas Pai, encadernado; o *Ben-Hur,* de Wallace; cerca de quarenta volumes de Conan Doyle, em inglês e francês; quatro romances de Maurice Leblanc; muito Walter Scott; dois volumes de contos de Edgard Poe! Mas mesmo neste setor o homem não se distraía apenas: o *Padre Brown,* de Chesterton, em inglês, está regularmente assinalado.

Permanecer na biblioteca de Rui Barbosa é esquecer o tempo. Lacombe despede-se, vai fazer uma conferência e transfere a D. Marta Bittencourt a tarefa de acompanhar-me no resto da viagem. Ainda há muita coisa que ver. Acendem-se as primeiras luzes. E os livros sempre a atrair-nos com as suas lombadas douradas e rebrilhantes.

(*Jornal de Letras,* Rio de Janeiro, novembro de 1949.)

O NINHO DA "ÁGUIA DE HAIA"

ANTÔNIO CARLOS VILLAÇA

Joaquim Nabuco, ao enumerar as mais belas realidades do Brasil, no fim do século XIX, não se esqueceu de citar as praias do Nordeste e as chácaras de Botafogo.

Pois a Casa de Rui Barbosa é uma dessas velhas chácaras do Rio antigo (Botafogo, ou Cosme Velho, ou Gávea, ou Tijuca...). Rui comprou-a de um inglês, mais para atender à esposa, que se apaixonara pela casa. Rua São Clemente, 134. O inglês chamava-se John Roscoe Allen. Rui adquiriu-a por cento e trinta contos. Mas, como não tinha o dinheiro, tomou-o emprestado a um banco sob garantia hipotecária. Quem o ajudou nessa operação foi seu grande amigo Antônio Martins Marinhas, que morreria em 1909 aos 50 anos, e foi em 1894 padrinho de batismo de Tristão de Ataíde.

O inglês retornara à Inglaterra. Estávamos em 1893. O cidadão britânico Allen comprara a casa dos descendentes do Barão da Lagoa, que foi seu primeiro proprietário. Curioso. Rui também iria para a Inglaterra, antes de inaugurar a Casa de São Clemente. Só depois do exílio (em Buenos Aires, Lisboa e Londres, sobretudo) é que se instala na casa nova, a que chamaria belamente, num rompante romântico de amor, Vila Maria Augusta.

Ali moraram eles, Rui e Maria Augusta, de 1895 a 1923, começo do ano, quando subiram para Petrópolis, Rua Ipiranga, onde a 1.º de março de 1923 Rui morreria, depois de ungido por Frei Celso. Vinte e sete anos e meio de vida intensa, na Casa de São Clemente, senador pela Bahia, acadêmico em 1897, embaixador em 1907 e 1916.

A ÁGUIA E A SERPENTE

No jardim, que cerca a velha casa, há um lago, cortado por duas pontezinhas, e por sobre o lago se debruça uma estátua, que Rui ali já encontrou, numa espécie de predestinação em bronze: uma águia a dominar uma serpente. Não seria este precisamente o destino do novo proprietário de 1893? Um símbolo da sua mesma luta, da vida inteira. Aliás, pouco depois de comprar a casa, teve de enfrentar no Senado a petulância injusta de César Zama, que arrolou a aquisição da casa entre muitas outras críticas malévolas. A honestidade do Ministro da Fazenda se punha em dúvida. Rui destruiu com um piparote a "falsidade dos noveleiros"...

Mais tarde, falando da estátua simbólica, Cecília Meireles diria com grandeza:

> No lago, havia uma escultura. Com as largas asas abertas, uma águia se defendia da serpente que lhe enroscava o colo e, com as garras poderosas, a detinha, esquivando-se ao veneno com que ela procurava atingi-la. De quem podia ser aquela casa senão tua?

A CASA

A casa possui duas alas. Liga-as um arco, a cuja esquerda está a porta de entrada corriqueira. Dois portões imensos dão acesso ao jardim. Na ala esquerda, a principal, que começa a dez metros da grade que separa o jardim da rua, há três salões de recepção, que se abrem para uma varanda com escadaria. Sai do primeiro salão um corredor muito extenso, ladeado à direita pelo quarto de vestir de Maria Augusta, o quarto de dormir, o banheiro (de grandes proporções), um gabinete de trabalho e, à esquerda, pelo salão da biblioteca, a chamada Sala Constituição.

Pois Washington Luís deu nomes em 1930 às salas da Casa de Rui Barbosa: Constituição, Haia, Aliados, Federação, Buenos Aires, Civilista, *Habeas-Corpus,* Casamento Civil, Código Civil, Bahia, Maria Augusta, nomenclatura a abranger a política, a jurisprudência, a advocacia e a família.

O edifício é de estilo neoclássico. A data do acabamento, que figura na fachada, é de 1850. Um ano depois da morte de Rui, isto é, em 1924, foi o Governo autorizado a adquirir prédio, biblioteca e arquivo. Em 1928, comprou parte do mobiliário. E em 1930, o Presidente Washington Luís inaugurava a 13 de agosto a Casa de Rui Barbosa, sendo orador oficial João Mangabeira, que também ali falaria no saimento do corpo de Maria Augusta em 1948.

Ao lado da Sala Constituição, uma escada vai a uma espécie de sótão, três peças, onde moraram Antônio Batista Pereira e Dedélia, que se casaram em 1908. Ao fundo do longo corredor, há uma escadinha que nos leva à sala de conversa, em que Rui ficava com a família, depois das refeições. Sentava-se no sofá, sempre do mesmo lado. E ouvia. Se alguma visita o fatigava um pouco ou falava demais para seu gosto, por exemplo, o Senador Alfredo Ellis, Rui se erguia tranqüilamente e, fingindo encaminhar-se para os fundos da casa, recolhia-se furtivamente ao gabinete de trabalho, do outro lado, a famosa Sala Civilista, subindo as escadas que da Sala Constituição davam para o quintal.

A sala de conversa dá para o salão de jantar, ou Sala Bahia, seguida da sala de almoço, a sala das refeições diárias, na intimidade, sempre Dona Maria Augusta na cabeceira e Rui à sua direita. Depois da sala de almoço, copa, cozinha, despensa e mais dois quartos, já na ala direita. Embaixo, nessa ala, o escritório de Batista Pereira, genro de Rui, e dependências de empregados.

A cocheira, depois garagem, é separada. Ainda hoje, lá estão três carros e um automóvel, o célebre Benz que foi oferecido a Rui em 1915 e se tornou o seu carro preferido.

A VIDA COTIDIANA

A entrada normal, cotidiana, se faz pela escada do arco, à esquerda. É por ali que Rui entra e sai. O carro o espera sob o arco. E é ali que salta ao vir do Senado e do cinema. Paredes da escadaria revestidas de madeira, por causa da umidade de Botafogo. A cor dos azulejos se alteraria ou diluiria.

São sete horas da manhã e o Conselheiro já está na chácara a examinar com ternuras de amante as suas roseiras. O mestre gosta de rosas e exemplarmente as cultiva, no parque silencioso, São Clemente, 134, antigo 104. O Conselheiro, é assim que todos lhe chamam. Desde que Dom Pedro II o nomeou para o Conselho de Estado. Os espinhos e as rosas. "A rosa perfumando e suavizando os espinhos", como disse Cecília Meireles. Sim, a mão que há cinqüenta anos trabalha, com a pena redigindo pareceres, discursos e leis, entretém-se agora, no silêncio da manhã, com as flores do seu jardim.

O Conselheiro vai e vem, tesoura em punho, nas alamedas vazias e quietas. Poda. Observa. Sorri, talvez, de quando em quando. Os espinhos e as rosas. Uma síntese da sua vida. Sobre o pijama de flanela, veste o *robe de chambre* cor-de-havana. Visita cotidianamente o jardim, como se assinasse ponto ou namorado fosse. É um diálogo entre ele e as suas plantas, naquele parque discreto e delicioso.

Rui se reencontra consigo mesmo, com a sua infância, com as raízes telúricas da humana condição.

Às oito horas, infalivelmente, despede-se do Luís, o jardineiro, que andara por ali, atento, e volta para casa. Vejam só esta carta de 1906, de Friburgo, para a sua filha Dedélia, a Senhora Batista Pereira de 1908 em diante:

> [...] incluo umas folhas de plantas, que mostrarás ao Luís, são de uma das espécies vermelhas, que tua Mãe lhe tem afirmado existirem, e ele nega. Aqui vivem expostas ao frio e pouco sol, sem embargo de que não perdem o belo colorido rubro. Recomenda ao Luís que não esfriem nos trabalhos do jardim e puxem por eles a bom puxar, de sorte que os vamos encontrar bem adiantados. Mas não me façam excesso na poda.

Rui toma chá com torradas. Já cumpriu seus deveres com as rosas. Na sala de almoço, ainda tomando seu chá, lê os jornais rapidamente e anota com lápis vermelho. Nunca lê anúncios. O

Antônio, Antônio Joaquim da Costa, leva para a biblioteca o que foi marcado com lápis vermelho.

Rui às cinco da manhã já está de pé. Trabalha ou lê no silêncio da madrugada. "O amanhecer do trabalho há de antecipar-se ao amanhecer do dia [...]" O trabalho lhe é deveras essencial. À tarde, voltando do Senado ou do cinema, a que vai diariamente num ímpeto de artista e de misteriosa fidelidade à infância, desce da sua *vitória* ou do seu *coupé* puxado por uma parelha de mulas, entregues à direção do Luciano, e vai muito curioso buquinar um pouco na Rua Sachet, ou na Rua São José, no Quaresma. Irá também ao Briguiet, por causa das encomendas. Lê catálogos estrangeiros, escolhe, encomenda.

A BIBLIOTECA

É claro, a paixão da sua vida são os livros. Desde adolescente, os devora e coleciona. Encaderna-os. Sua encadernação preferida — lombada de vitela amarela, com título a sobressair a ouro num pedaço de couro encarnado...

Não gostava de emprestá-los.

Livraria imensa de trinta e sete mil volumes, todos conhecidos e manuseados. Sabia de cor onde estava cada um. Não tinha fichário. O fichário era ele.

Livros em latim, inglês, francês, italiano, espanhol e alemão. Pode-se dizer que comprava livros diariamente. Ei-lo que chega. Tira o chapéu. Jamais entrou em casa de chapéu. E vai logo à vasta biblioteca para nela depor o pacote nobre de livros, colhidos naquela tarde, como se fossem rosas.

Os livros estão em armários e estantes apropriadas. Há obras gerais, enciclopédias, biografias, história universal, uma brasiliana, ciência, literatura, dicionários, um pouco de Filosofia e de Matemática, curiosidades (estudos vários que Rui sempre cultivou sem barulho, mas com volúpia), e sobretudo livros de Direito, a paixão maior.

A biblioteca jurídica é aqui o seu principal instrumento de trabalho.

Tranca-se na Sala Civilista. Fica horas e horas em silêncio, escrevendo, lendo, pesquisando. O Antônio bate na porta, anunciando o almoço. Se o Conselheiro não responde, nem aparece, o Antônio providencia chá com torradas.

Aqui, na sala ao lado, Sala Constituição, está o exemplar da *Commedia,* precioso incunábulo, de 1481, edição de Landino. As encadernações quase sempre se fazem em Paris. Aqui, nesta sala, estão os originais da *Réplica,* do Parecer sobre o Código, das emendas à Constituição, dos discursos em francês em Haia, do primeiro discurso sobre o *habeas-corpus.* É toda a vida republicana que aí se condensa.

"O que eu desejaria saber", escreve ele do seu exílio de Londres, preocupadíssimo, em 1894, ao seu primo Jacobina,

> particularmente é como se houveram com meus livros e como atravessaram eles essa prova. São amigos fiéis. Tenho por eles sempre o mesmo interesse, ainda que já não sei que serviços hoje mais me possam prestar. Sua preservação me é cara. Você não se esqueça de recomendar-me a quem de direito o tratamento constante pela naftalina, administrada em profusão [...]

A ESCADINHA FATÍDICA

Em 1915, enquanto esperava a hora de partir para a missa de sétimo dia de Pinheiro Machado, Rui leva um tombo da escadinha-poltrona, que lhe era tão útil para pegar os livros nas prateleiras mais altas. Fraturou a perna. Fratura que o reteve no leito. Quase dois meses. O Doutor Pais Leme, grande operador, foi seu médico na dolorosa circunstância. Morto o inesquecível Francisco de Castro, o adversário de Rocha Faria e Nuno de Andrade (o Felício Terra das crônicas), Rui só chamava três médicos. Miguel Couto, herdeiro de Francisco de Castro, para os casos graves, Luís Barbosa e, em Petrópolis, Correia de Lemos. Mas, vezes, chegava Rui a recorrer à homeopatia. *Ignatia* ou *coffea,* em casos de insônia, *nux vomica* ou *camomilla,* nas indisposições.

A *BELLE ÉPOQUE*

Na sala de música, chamada hoje Buenos Aires, por causa da missão de 1916, Antonieta Rudge toca ao piano, um belo Bechstein de cauda, a *Fantasia sobre o Hino Nacional Brasileiro,* de Gottschalk. Bebê Lima Castro canta, por exemplo, *Un petit verre de Clicquot.* A casa respira um clima de *belle époque.* Catulo da Paixão Cearense vem de vez em quando declamar seus versos. Rui gosta de ouvi-lo.

Cadeiras de estilo inglês, tapete oriental, duas peças chinesas com incrustações de madrepérola, armário e biombo. Estamos na sala de entrada, onde acolheu Lauro Müller, Ministro do Exterior, que o foi convidar para a Embaixada de Buenos Aires. Nas paredes, três retratos, o de Rui, Rui aos 40, Rui Ministro da Justiça e da Fazenda, Rui de bigode e cabelos, cabelos pretos, sem óculos, sem melancolia, sem rugas. Ainda é o retrato de um rapaz.

Os outros dois são do pai e da mãe. João José Barbosa de Oliveira, médico baiano, dado à leitura de Camilo e Vieira. E Dona Maria Adélia Barbosa de Oliveira. Maria Adélia morreu a 16 de julho de 1867, quando Rui cursava o segundo ano de Direito no Recife. O pai, que tão vasta influência teve na formação intelectual do filho, era todo (na definição do filho) limpidez e inflexibilidade.

A casa é confortável, ampla e simples. Os salões da frente, três, um ao lado do outro, são para visitas e festas. O primeiro quarto é o de vestir de Dona Maria Augusta. Depois, o quarto do casal, com um grande leito e um genuflexório. Fato estranho. Rui, o liberal, o antiultramontano, o prefaciador de *O Papa e o Concílio,* rezava todas as noites, antes de dormir. E tinha para isto um genuflexório.

Na pequena Sala de Haia, gosta de trabalhar de manhã. A Sala Casamento Civil é onde Rui se veste e ainda hoje podemos ali admirar-lhe as roupas e os objetos. Chapéu, bengala. Tudo de

bom gosto, mas sóbrio. Qualidade, mas discrição. Depois, é a Sala Código Civil, onde escreveu o *Parecer sobre a Redação do Código Civil* e a *Réplica* a Ernesto Carneiro Ribeiro, seu antigo mestre da Bahia.

A saleta de estar, muito pitoresca, se chama João Barbosa. A Sala Bahia é a de jantar. Segue-se-lhe a Sala Questão Religiosa, que é a de almoço. No andar térreo, estão as Salas Abolição, Estado de Sítio e Instrução Pública. E pelos simples nomes das salas recompomos, seguimos, revemos a vida do grande homem tal como se desdobrou no tempo e no espaço.

Quais são os freqüentadores habituais da casa? João Mangabeira, Rubem Tavares, Artur Imbassaí, crítico de arte do *Jornal do Brasil,* Carlos Nunes de Aguiar, Júlio de Mesquita, Cincinato Braga, Alfredo Ellis, Carvalho de Brito, Otávio Mangabeira, José Eduardo de Macedo Soares aparecem. Ou Simões Filho, Pedro Lago, Fiel Fontes, o Desembargador Palma, que jantava todos os domingos e datas festivas e almoçava com freqüência, isto é, duas vezes ou três por semana. Rui quis muito levar Palma para o Supremo e não o conseguiu. Palma só chamava Dona Maria Augusta pelo apelido — Cota. A 6 de outubro de 1903, Rui escrevia à Dedélia:

> A ida do Palma para o Supremo constitui para mim uma antiga aspiração, não porque este magistrado tenha comigo as relações que tem, mas porque, pela sua integridade, e pelo seu senso jurídico, o maior que eu conheço, seria, entendo, um elemento de primeira ordem para aquela magistratura.

O HOMEM SIMPLES

Rui foi essencialmente homem simples. Viveu do seu trabalho. Recolhia-se cedo. Não era dado a festas nem a excessos. Gostava de conversar com o primo Antônio Jacobina Júnior, casado com Maria Lina Jacobina, o Totom, que pagou com a cadeia o

haver salvo Rui em 1893 de simplesmente ser assassinado. Gostava de conversar tranqüilamente com Carlos Viana Bandeira e sua esposa Iaiá. A família está reunida derredor da mesa. Ruizinho, o filho mais velho, casado com Marina Braga, Joãozinho, casado com Helena Valentim, Chiquita, a segunda filha, casada com Raul Airosa, Dedélia, a primeira, casada com Batista Pereira, Baby, os netos, os sobrinhos, outros parentes, serviçais. Rui comenta o último filme, visto de tarde no *Ideal* ou no *Parisiense*. O *Far West* o impressiona.

O telefone da casa é Sul-551. A governanta é portuguesa e se chama Emília de Jesus. Maria Augusta e Rui ficaram noivos em 1876. Casaram-se a 23 de novembro de 1876, ele com vinte e sete anos. Viveram juntos numa grande harmonia 47 anos. Maria Augusta — Dona Cota — morreu aos 92 anos, lúcida e majestosa.

Veja-se a simplicidade doce com que Rui, de Londres, comunica o nascimento de sua filha Baby a Domingos Lacombe:

> Ao mesmo tempo, nos juntamos eu e Maria Augusta para lhes apresentar — fresquinha entre os agasalhos de inverno — a Baby do dia 12, que se atavia, pobrezita, entre os seus sobrenomes com o nome de uma rainha. Maria Luísa Vitória vem tarde, mas vem. E como os últimos serão os primeiros, valha-nos isto para não nos inquietarmos com o futuro dessa visita inesperada. Nasceu às 5:20 da tarde. No Brasil, seria dia. Aqui, era noite cerrada. A essa hora devia nascer quem nascia entre tantos dissabores. Assim, permita Deus que a estrelinha inocente alumie a manhã tão esperada pelos aflitos [...]

Um metro e cinqüenta e oito centímetros de altura, pouco mais de quarenta quilos, circunferência torácica de oitenta e quatro centímetros, cabeça enorme, olhos de hipermétrope, e no entanto que aura de sutil beleza emanava dele.

O MUSEU

A Casa de Rui Barbosa é hoje um museu. Mas um museu vivo. A biblioteca, hoje com mais de sessenta e cinco mil volumes, está aberta ao povo. Há um Centro de Pesquisas, e agora também um museu literário, arquivo a cuja sombra se devem acolher os originais dos escritores e homens públicos brasileiros. Plínio Doyle está na direção desse novo ramo da Casa de Rui Barbosa, vigilante como sempre em face dos textos literários.

A Casa de Rui Barbosa tem por finalidade velar pela biblioteca de Rui, seu arquivo particular, seus objetos, organizar e publicar os catálogos do museu-biblioteca, classificar suas obras publicadas e inéditas para organização da Ruiana, promover cursos e conferências em torno de sua vida e sua obra, editar as Obras Completas de Rui.

Aqui, neste grande parque, de cinqüenta metros de frente e cento e setenta de fundos na Rua São Clemente, neste hoje agitado bairro de Botafogo, alguns pesquisadores se debruçam, na Sala Dreyfus e em outras salas, sobre livros e papéis. Rui está vivo. Rui é uma presença. Bem sabemos quanto Gabriel Marcel fez da categoria *presença* um valor fundamental de sua filosofia da concretude e da existencialidade.

Tudo aqui gira derredor de um homem e seu destino, o prédio principal, a garagem, a lavanderia, o galinheiro, o canil, a estufa, o pomar, a horta, a parreira, tudo que ele viu, amou, compôs, corrigiu, valorizou com a graça da sua presença impressiva.

"Para os eleitos do mundo das idéias, a miséria está na decadência, e não na morte", palavras dele.

Comove-me contemplar a cadeira modesta, em que trabalhava sobre um estrado, na escrivaninha sóbria, quase austera, da Sala Civilista. Ali, escreveu páginas definitivas de nossa língua. A mesa e a cadeira estão num canto e nos transmitem a sensação de um ninho. Que foi afinal a Casa de Rui senão o ninho da águia, a águia a esmagar a serpente, entre rosas e espinhos, entre uma carta do Padre Yabar, de que tanto gostava, uma conversa com João Mangabeira, o discípulo dileto, um passeio a Petrópolis, uma ida

ao cinema (ainda mudo), uma incursão de buquinista aos sebos do centro, ou à missa em Santo Inácio, a que assistia, me disse o Padre Leonel Franca, exato nos movimentos a sentar-se, levantar-se e ajoelhar-se nas horas certas, ele, que tinha, anotado, um exemplar da *Imitação de Cristo* na sua biblioteca. Anotado, sim, menos o último livro, sobre a Eucaristia, que não ousou anotar.

(*O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1973.)

RUI BARBOSA ENTRE OS LIVROS E A FAMÍLIA

JOSUÉ MONTELLO

Quem sai da Praia de Botafogo e entra na Rua São Clemente, seguindo na direção do Largo do Humaitá, encontra à sua direita, logo depois da Rua Bambina, no n.º 134, uma velha casa senhorial no centro de amplo terreno. No alto, três janelas olham para a rua, guarnecidas de uma única sacada de ferro; embaixo, cinco portas e quatro janelas abrem sobre a varanda, protegidas por outra guarnição de ferro.

Entre a casa e o muro que a limita com a calçada da rua, uma águia de bronze — que já existia na mansão, ao ser esta vendida em 1893 — domina uma serpente. Em redor, no jardim bem plantado, algumas palmeiras parecem guardar a morada, com o ar rígido de sentinelas em posição de sentido.

Ali morou Rui Barbosa, a partir de 1895, quando regressou ao Brasil, ao termo de seu exílio político na Inglaterra. Adquirira-a dois anos antes a John Roscoe Allen. Este, por sua vez, a comprou de Albino de Oliveira Guimarães, genro do Barão da Lagoa, Antônio Maria do Amaral, comerciante português estabelecido no Rio de Janeiro e que a construiu em 1849.

A compra da propriedade não somente proporcionou a Rui Barbosa o teto próprio e definitivo — deu-lhe ensejo de ampliar a sua biblioteca, com alma e tenacidade de bibliófilo.

A propósito, diz-nos Homero Pires, em *Rui Barbosa e os Livros* (5.ª edição, 1949):

> Foi sobretudo depois de 1893, quando Rui Barbosa adquiriu a propriedade de São Clemente, que a sua livraria

começou a avultar, até se lhe constituir a casa verdadeira cidade dos livros. Isto é, somente após se tornar proprietário, e de um verdadeiro solar, capaz de abrigar tantos volumes.

Em 1923, com a morte de Rui Barbosa, decidiu o Governo da República incorporar a casa, com todos os seus pertences, ao patrimônio nacional, com o propósito de preservar, pelo tempo adiante, na sua unidade e na sua imponência estudiosa, o ambiente em que vivera, estudara e escrevera o maior dos brasileiros. Mas só a 13 de agosto de 1930, o Presidente Washington Luís inaugurou, com esse objetivo superior, a Casa de Rui Barbosa, dando-lhe configuração museológica, a exemplo da Casa de Carlyle, em Londres, da Casa de Balzac, em Paris, e da Casa de Lope de Vega, em Madri.

Trinta e cinco mil volumes ali se perfilam, "solenes como doutores num concílio", nas várias dependências do solar. Diz-nos Edgar Batista Pereira, irmão de Antônio Batista Pereira, genro de Rui Barbosa, e que ali viveu no seu tempo de menino:

> Rui era extremamente ciumento dos seus livros. Não gostava de emprestá-los e ninguém lhos pedia. De uma feita, o Deputado Leovigildo Filgueiras, a quem Rui muito prezava, mandou pedir-lhe emprestada a obra de Pomeroy — *An Introduction to the Constitutional Law of the United States*. Rui demorou a responder. Fê-lo, porém, enviando-lhe de presente o livro, que mandara buscar nos Estados Unidos: "*Ao meu prezado amigo* L. Filgueiras, *Rio, 28 de out. 1892*. Rui Barbosa". — Filgueiras entendeu a dedicatória. Nunca mais pediu livros a Rui.

A vasta biblioteca não tinha catálogos. Certa vez, um empregado de Rui, Antônio Joaquim da Costa, pediu-lhe para organizar o catálogo da livraria, sob a direta orientação do patrão.

E Rui:

— Deixou você alguma vez de encontrar, pelas minhas indicações, o livro de que necessitasse? — perguntou-lhe Rui — Enquanto tiver memória, sei onde eles se acham. Quando ela me faltar, não precisarei mais deles.

Um dos sócios da Livraria Briguiet, do Rio de Janeiro, citado por Homero Pires, deixou-nos este depoimento: "O Conselheiro era o nosso maior freguês. Avaliamos as compras de Sua Excelência, anualmente, de trinta a quarenta contos, e às vezes mais".

Quase todos os dias, ao voltar da rua, Rui trazia consigo novos livros. E ao ver D. Maria Augusta, que vinha ao seu encontro, desculpava-se de aumentar assim a livraria:

— Perdoa. Já é uma verdadeira mania.

— Não há que perdoar — replicou-lhe, numa dessas ocasiões, a companheira exemplar, observando: — É a tua ferramenta.

Ao visitante que entra pela primeira vez na Casa de Rui Barbosa e se espanta de ver livros por toda parte, quase todos em severas estantes fechadas, convém advertir que não se pode compreender o dono do solar sem eles. Rui não se limitou a lê-los — estudava com eles, mesmo os dicionários, que deviam estar ao alcance da mão para simples consulta, como obras de referência.

No prestimoso roteiro que preparou como guia do visitante, e que foi publicado pela Casa de Rui Barbosa, Regina M. Real, conservadora e chefe de sua Seção Técnica, sugeriu que a visita ao museu fosse iniciada pela pequena escada sob a arcada, entre os dois corpos do edifício. A primeira dependência, logo à esquerda, é a Sala de Haia, onde se acham alguns móveis que serviram a Rui na sua missão na Conferência de 1907, destacando-se uma estante monumental de três corpos.

Cada uma das salas da Casa de São Clemente tem, hoje, uma denominação ligada à vida e à glória de Rui Barbosa.

No primeiro andar estão, logo depois da Sala de Haia, a Sala *Habeas-Corpus*, a Sala Maria Augusta, a Sala Pró-Aliados,

a Sala Federação, a Sala Constituição, a Sala Buenos Aires, a Sala Civilista, a Sala Casamento Civil, a Sala Código Civil. Do outro lado, convizinha da Sala de Haia, está a Sala João Barbosa, seguindo-se a Sala Bahia e a Sala Questão Religiosa. No segundo andar, residência do genro de Rui, Antônio Batista Pereira, estão três salas: Sala Abolição, Sala Estado de Sítio e Sala Instrução Pública.

Ainda na parte térrea, fora do corpo principal do edifício, ficam mais duas salas: a Sala Queda do Império e a Sala Dreyfus, a primeira servindo de salão de leitura e a segunda como o local de trabalho da Diretoria da Casa de Rui Barbosa.

Pelo depoimento de Antônio Joaquim da Costa (*Rui Barbosa na Intimidade,* Rio, 1949), sabe-se que a sala que tem hoje a denominação de Código Civil chamava-se, ao tempo de Rui, Gabinete Branco. Quando Antônio entrou ali pela primeira vez, o próprio Rui mostrou-lhe os clássicos de língua portuguesa:

> No centro da sala, uma grande mesa onde se encontravam espalhadas revistas estrangeiras. A mesa fora mandada fazer especialmente pelo Conselheiro Rui Barbosa, para nela espalhar os códigos civis de que se serviu para a redação da *Réplica* e da parte final do Código Civil.

Antônio Joaquim da Costa, no mesmo depoimento, acrescenta que foi nesse gabinete que Rui recebeu a notícia do assassinato do General Pinheiro Machado.

O salão principal da biblioteca é, hoje, a Sala Constituição. As estantes que a rodeiam, monumentais na sua imponência, datam de 1898. Uma delas, a principal, tem as iniciais do dono: R. B. Essas duas letras serviram à imaginação da calúnia para uma torpeza contra Rui, depois que este deixou a Pasta da Fazenda: afirmava-se que a estante pertencia ao patrimônio nacional e que o R. B. correspondia a República Brasileira.

Diz um de seus biógrafos, referindo-se a essa campanha:

> Anúncios de jornal ofereciam a aluguel casas *defronte do seu palácio* nas Laranjeiras.
>
> Tratava-se do prédio em que morava o Conde Modesto Leal, que amigos pensaram em oferecer-lhe quando deixou o Governo, projeto que foi logo abandonado, devido à sua oposição. Assoalhava-se que jogara no câmbio e tinha em depósito dois milhões de libras num banco de Hamburgo.
>
> Pintavam-lhe a casa como um solar das Mil-e-Uma-Noites, onde as refeições eram transportadas da copa à sala de jantar em carros de prata que rolavam sobre trilhos do mesmo metal.

A Sala Constituição é atualmente o local em que, a 5 de novembro, data aniversária de Rui e dia consagrado à cultura, se realizam as solenidades comemorativas desse dia. A severidade do ambiente, com a livraria em redor nas suas finas encadernações originais, parece trazer ao salão o espírito mesmo da casa. Rui está ali, nas marcas deixadas pelos seus apontamentos nos livros que leu e compulsou e ainda nos móveis de que se servia para trabalhar.

Vale a pena recordar o depoimento de Antônio Batista Pereira, testemunha diária da vida do mestre:

> Imaginemos que Rui se senta à mesa, diante de um caderno de almaço, naquele gabinete de São Clemente, especialmente reservado a isso. Tem de escrever. Que há dentro daquela cabeça, que dentro de uma hora ou duas vai ler uma página imortal? Não se pode fazer o balanço intelectual de ninguém. Sempre o mais importante escapa, que é a centelha pessoal. Mas certos elementos não nos escapam à observação. Ele sabe o que deve e o que não deve dizer, o que convém utilizar e o que convém evitar. Não foi para isso que estudou todos os casos de próclise e ênclise? Não é para isso que conhece toda a vida dos vocábulos, toda a sua capa-

cidade de evocação, toda a vitalidade dos arcaísmos, que para ressuscitarem não pedem senão condições e meios que lhes permitam respirar?

Na verdade Rui se trancava no seu gabinete de trabalho em horas matinais. Ele mesmo o confessou, na sua famosa *Oração aos Moços:*

> Ao que devo, sim, o mais dos frutos do meu trabalho, a relativa exabundância de sua fertilidade, a parte produtiva e durável de sua safra, é às minhas madrugadas. Menino ainda, assim que entrei ao colégio, alvidrei eu mesmo a conveniência desse costume, e daí avante o observei, sem cessar, toda a vida. Eduquei nele o meu cérebro, a ponto de espertar exatamente à hora, que comigo mesmo assentava ao dormir. Sucedia, muito amiúde, encetar eu a minha solitária banca de estudo à uma ou às duas da antemanhã. Muitas vezes me mandava meu pai volver ao leito, e eu fazia apenas que lhe obedecia, tornando, logo após, àquelas amadas lucubrações, as de que me lembro com saudade mais deleitosa e entranhável. Tenho, ainda hoje, convicção de que nessa observância persistente está o segredo feliz, não só das minhas primeiras vitórias no trabalho, mas de quantas vantagens alcancei jamais levar aos meus concorrentes, em todo o andar dos anos, até à velhice.

E concluía: "Até agora, nunca o sol deu comigo deitado, e, ainda hoje, um dos meus raros e modestos desvanecimentos é o de ser grande madrugador, madrugador impenitente".

Habitualmente Rui estava de pé às quatro e meia. Feita a toalete da manhã, passava para o salão da biblioteca. Às seis e meia recebia o barbeiro que o barbeava. Às sete horas estava à mesa do café. Diariamente, desde que fizesse bom tempo, fazia o seu passeio matinal pelo jardim da casa, em companhia da mulher. Cuidava de suas flores, descansava num banco do jardim,

e novamente se refugiava no salão da biblioteca. Às onze e meia batiam-lhe na porta, avisando-o de que o almoço ia ser servido. Almoçava na dependência que hoje se chama Sala Questão Religiosa e jantava na Sala Bahia.

No salão da biblioteca, ao lado da secretária de jacarandá ficavam duas pequenas escadas, de que Rui se utilizava para apanhar os livros das prateleiras mais altas. No dia da missa de sétimo dia pela alma de Pinheiro Machado, estava Rui de saída para a igreja quando chegou um amigo com uma consulta urgente. Aborrecido, Rui voltou, subiu numa das escadas. Ao apanhar o livro de que necessitava, perdeu o equilíbrio, caiu e partiu a tíbia da perna esquerda.

Rui teve de ficar em casa durante mais de dois meses. E comentava: — Foi a última rasteira que o Pinheiro me passou. Não quis que eu fosse à sua missa.

A Sala Buenos Aires, onde se destaca um piano Bechstein, de meia-cauda, servia de salão de música, ao tempo de Rui Barbosa. Diz-nos Edgar Batista Pereira que ali ouviu Antonieta Rudge executar o *Hino Nacional* com as variações de Gottschalk. E acrescenta: "Rui gostava e entendia de música, que começara a aprender em criança, para acompanhar sua irmã Brites nos estudos".

Na *Oração aos Moços,* referiu-se Rui ao "galo triste do luar do sertão do nosso Catulo". Catulo da Paixão Cearense, com seu violão e as suas modinhas, era poeta da admiração do Conselheiro. Foi na sala de música que Catulo cantou "O Marroeiro", sob os aplausos de Rui, que abrira os seus salões para acolher uma delegação de deputados belgas em visita ao Brasil.

A Sala Civilista era o pequeno escritório de Rui. Sobressai de seu mobiliário a secretária. Ali escreveu o mestre os trabalhos da campanha presidencial de 1910, quando se opôs à candidatura do Marechal Hermes. Em redor, estantes, e livros, livros, com o mesmo cuidado das outras dependências da vasta livraria. Edgar Batista Pereira, ao referir-se aos quartos privativos de Rui Barbosa, na casa de São Clemente, acentua que, mesmo ali, havia livros por toda parte.

Dir-se-ia que, no amplo solar, moravam mesmo os livros: Rui era apenas uma espécie de hóspede, ou apenas o seu usuário. Porque a biblioteca dominava todo o prédio, só parando de crescer quando a morte imobilizou o cérebro formidável que se nutria do saber ali reunido.

Uma *charge* de Alfredo Cândido, publicada na *Larva*, de 18 de setembro de 1903, punha toda a Biblioteca Nacional na cabeça de Rui Barbosa. Em 1918, Raul Pederneiras, noutra *charge*, faz da cabeça de Rui outra biblioteca. Assim, os livros não estavam apenas nas estantes, ao alcance de sua mão vigilante — estavam sobretudo na sua memória prodigiosa, que instantaneamente drenava para a ponta da pena, na fluência da escrita, ou para a ponta da língua, na fluência do improviso, o saber que os olhos míopes haviam recolhido no correr das constantes leituras.

Quando Humberto de Campos, nomeado Diretor da Casa de Rui Barbosa, em substituição ao bibliófilo baiano Homero Pires, foi visitar a instituição que passaria a administrar, teve a sua atenção despertada para "um genuflexório, diante de uma porta, sobre a qual se ergue um Cristo crucificado". E indagou ao prestimoso Antônio Joaquim da Costa, que o acompanhava:

— Rui era mesmo religioso?

A resposta veio pronta:

— Era, sim, senhor. Todas as manhãs ele se ajoelhava ali com um breviário na mão e ficava algum tempo em meditação. Esse breviário tinha uma porção de anotações, feitas por ele. Há muitos anos vieram aqui em visita ao Conselheiro o Arcebispo de Mariana, D. Silvério, e o Dr. João Lopes Martins. O Conselheiro estava lá para dentro, e o Dr. João Lopes Martins, sem me ligar importância, pegou o breviário e mostrou algumas anotações ao Arcebispo. Este leu e sacudiu a cabeça: "Ele não vai à missa, mas está mais perto do Céu do que nós".

Quando Rui comprou a casa de São Clemente, pagou por ela a quantia de cento e trinta contos. Para a época, era muito. Rui não a tinha consigo. E relutou em fechar o negócio. Conta-nos o seu cunhado Carlos Viana Bandeira as vicissitudes por que passou

o mestre, antes de decidir-se a comprar o imóvel. Foi um cliente seu, o capitalista Antônio Martins Marinhas, que lhe propôs e recomendou a compra. A mulher de Rui entusiasmou-se. Mas o marido, preocupado com a responsabilidade que iria assumir, mandou chamar o cunhado. Queria ouvi-lo. E Carlos Viana Bandeira foi franco:

— Mestre Rui, eu, no seu caso, não comprava...

D. Maria Augusta quis saber por quê.

E Carlos Viana Bandeira:

— Porque de Rui, não tendo comprado casa alguma, já se diz o que se diz, quanto mais quando souberem que comprou um palácio.

Rui voltou-se para a mulher:

— Estás ouvindo, minha filha? Não foi o que te disse?

Mas D. Maria Augusta, que sabia estar o marido acima da língua de seus implacáveis opositores, teimou na idéia da compra, e esta se fez. Quando a malignidade dos adversários armou a intriga, querendo comprometer o mestre pela compra do imóvel, Rui veio a público, da tribuna do Senado, e explicou miudamente a procedência de seus haveres.

Foi o Senador Antônio Azeredo, em 1923, quem apresentou o projeto que autorizava o Governo da República a adquirir a casa de São Clemente, com o mobiliário, a biblioteca, o arquivo, os manuscritos e as obras inéditas de Rui Barbosa.

Mas só em 1924 foi aberto no Ministério da Justiça o

> crédito especial de 2.965:000$000, para pagamento, em apólices da dívida pública interna, das despesas com a aquisição da propriedade intelectual das obras do Senador Rui Barbosa e da casa em que o mesmo residiu — no Rio de Janeiro — com a biblioteca, os manuscritos e o arquivo.

Instituída como Museu-Biblioteca, a Casa de Rui Barbosa teve por finalidade, desde a sua origem, velar pela conservação da biblioteca, do arquivo e de todos os objetos que pertenceram ao

grande brasileiro, além de organizar o catálogo da livraria e publicar as obras completas de seu patrono e realizar cursos e conferências em torno de assuntos relacionados à sua vida e obra. E isto tem sido fielmente cumprido, graças principalmente ao zelo de Américo Jacobina Lacombe, que por tantos anos dirigiu o Museu-Biblioteca e hoje preside a Fundação que tem por objetivo administrar a Casa de Rui Barbosa.

(*Manchete,* Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1976.)

RUI AINDA MORA AQUI

JOEL SILVEIRA

Meu velho amigo (e velho aqui vai no bom e afetuoso sentido) Francisco de Assis Barbosa, hoje dirigindo o Centro de Estudos Históricos da Casa de Rui Barbosa, é quem me acompanha, no papel de guia, experiente e sábio, nessa minha visita de repórter à Casa do Conselheiro. E é dele, Chico Barbosa, a observação que escuto quando ambos paramos, para um minuto de descanso, sob a frondosa jabuticabeira do parque dos fundos:

— Você não tem a impressão que Rui ainda mora aqui? Que de repente vamos escutar, lá na frente, a buzina do seu Daimler Benz de 1903, placa 833, pedindo para que abram o portão? Ou que o telefone neste momento, que está tocando, é o Sul-551, o telefone dele, e que do outro lado do fio está um dos seus amigos mais chegados, o João Mangabeira, por exemplo, ou o Simões Filho, ou, quem sabe, o José Eduardo de Macedo Soares?

Na verdade, talvez seja impróprio dizer que Rui *morou* aqui. Na verdade, é como se ele ainda morasse, porque a atmosfera que impera no casarão é de coisa viva, como se os seus moradores, patrões e serviçais, continuassem entregues às tarefas do cotidiano doméstico. E tal a sensação de casa habitada que ainda hoje nos dá a chácara de São Clemente, que até parece sentirmos vir da cozinha o inconfundível odor do tempero baiano, particularmente do arroz-de-hauçá, o prato predileto do Conselheiro.

Também impróprio será chamar a Casa de Rui Barbosa de museu. Museu lembra coisa estática, morta ou posada, de chão exageradamente encerado a pedir pantufas, de intocáveis preciosi-

dades guardadas em vitrinas ou mantidas a distância por intransponíveis cordões de isolamento. Exatamente o contrário do que se vê e se sente no solar da Rua São Clemente, um mundo vivo, de amplos espaços arejados, de salões e salas que diariamente são invadidos por grupos de colegiais ruidosos e inquietos, comboiados quase sempre por jovens professorinhas do primeiro grau. É, de resto, a constante presença da infância e da adolescência que dá à Casa do Conselheiro esse clima dinâmico que ela vem mantendo desde que o seu dono a deixou para sempre, há cinqüenta e seis anos.

Nada ali morreu, mumificou-se ou virou estátua sem vida. Não foi ele mesmo, Rui, quem certa vez escreveu que "a morte não extingue: transforma; não aniquila, renova; não divorcia, aproxima"? A sua Casa prova isso.

É Josué Montello quem conta:

> Certa vez um empregado de Rui, Antônio Joaquim da Costa, pediu-lhe para organizar o catálogo da livraria, sob a direta orientação do patrão. E Rui: "— Deixou você alguma vez de encontrar, pelas minhas indicações, o livro de que necessitasse? Enquanto tiver memória, sei onde eles se acham. Quando ela me faltar, não precisarei mais deles".

É ainda Josué que se refere ao que certa vez um dos sócios da então Livraria Briguiet, aqui do Rio, disse a Homero Pires: "O Conselheiro era o nosso maior freguês. Avaliamos as compras de Sua Excelência, anualmente, de trinta a quarenta contos, e às vezes mais".

Rara era a vez em que o Conselheiro chegava à mansão da Rua São Clemente — que ele mesmo batizou de Vila Maria Augusta, em homenagem à mulher, que tanto amava — sem trazer consigo um pacote de livros novos. "Já é uma mania", dizia à mulher. Ao que esta lhe respondia: "Por que mania? É a sua ferramenta de trabalho".

E aqui estão todos, *os amigos fiéis,* mais de 35 mil deles, em português, francês, inglês, alemão, italiano, espanhol, um imenso e diversificado espectro da inteligência humana, dos clássicos aos contemporâneos: Direito, Política, Literatura, Filosofia, História, todas as ciências, ensaio e ficção, uma monumental brasiliana, poesia e prosa. A maioria deles ostentando orgulhosamente, conforme anotou Antônio Carlos Villaça, as suas vistosas lombadas de "vitela amarela, com título a sobressair a ouro num pedaço de couro encarnado". Muitos trazem à margem anotações do dono, naquela letrinha desenhada e uniforme, de bom calígrafo; e alguns ainda guardam as pequenas tiras de papel ali deixadas como um lembrete ou a indicar uma interrupção na leitura.

Durante cerca de 28 anos, entre 1895, quando retornou do exílio em Londres, e 1923, quando morreu, Rui Barbosa viveu no palacete da Rua São Clemente, no Rio, de estilo neoclássico, construído em 1849 pelo Barão da Lagoa e que ele, Rui, comprou do inglês John Roscoe Allen por cento e trinta e cinco contos de réis — dinheiro que tomou emprestado a um banco sob garantia hipotecária.

A mesma atmosfera viva, inquieta, espalha-se pelo jardim e pelo parque da mansão, um pequeno bosque de cento e cinqüenta metros de comprimento e cinqüenta de largura e ambos hoje praticamente transformados em logradouros públicos. No parque, que vai do casarão cor-de-rosa até o novo e imponente edifício do Anexo da Casa de Rui Barbosa, inaugurado no ano passado, há sempre a presença, nos fins da tarde, de jovens mães empurrando os carrinhos de seus bebês; e durante todo o dia, a algazarra das crianças, alunos do primeiro grau que freqüentam a Biblioteca Infantil Maria Mazzetti, instalada numa das dependências laterais da mansão, ao lado da antiga cocheira e depois garagem. O parque é ao mesmo tempo bosque, pomar e jardim. Além das rosas, paixão prioritária de Rui, que delas cuidava pessoalmente (dizem que ele chegou a cultivar 300 espécies), há o jasmim-azul, a brilhantina, o jasmim-do-imperador, as azáleas, o botão-de-ouro, a violeta-branca, a camélia, as espadas-de-são-jorge, as

cravinas, tantas outras. E entre as árvores (e algumas lá já estavam antes mesmo do Barão da Lagoa construir o seu solar) destacam-se, além do pau-brasil, plantado por Washington Luís, as palmeiras, que dão um encanto especial à fachada neoclássica da casa, as palmeirinhas de Petrópolis, os coqueiros da Bahia, o pau-mulato, pinheiros do Paraná, bananeiras, o jacarandá; e, ainda, abacateiros, mangueiras, uma jabuticabeira, sapotizeiros; e também jambo e graviola.

A Casa de Rui Barbosa foi transformada em Fundação pela Lei n.º 4.943, de 6 de abril de 1966 — com personalidade jurídica própria, autonomia administrativa, técnica e financeira. E isso se deu graças ao crescente desenvolvimento de suas atividades no campo da Filologia, do Direito e da História, áreas do saber em que se distinguiu o espírito humanístico de Rui. Foi precisamente em decorrência dessa ampliação que houve a necessidade de ser construído um edifício novo — o Anexo — erguido ao fundo do parque. Projeto do Arquiteto Sérgio Porto, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o novo edifício de quatro pavimentos, de concreto aparente, abriga hoje o Centro de Documentação da Casa (dirigido pela Professora Maria Amélia Porto Migueis) com a Biblioteca São Clemente, de cerca de 40 mil volumes, especializada, e também a de Rui Barbosa (excetuando os livros que estão nos salões e salas da mansão); o Arquivo Histórico (a cargo da Professora Maria Celina Goulart do Amarante), que se encarrega da guarda e preservação da correspondência e originais de Rui; o Centro de Pesquisas (dirigido pelo escritor Homero Sena), que através de seus três setores, de Filologia, de Direito e Ruiano, vem realizando pesquisas e publicando textos de português antigo e moderno, de dialectologia, de estudos bibliográficos, de literatura de cordel (setor a cargo do pesquisador Sebastião Nunes Batista, a quem se deve a mais completa Antologia da literatura de cordel já publicada no Brasil), estudos jurídicos, além da obra e da correspondência de Rui Barbosa; o Centro de Estudos Históricos (atualmente dirigido pelo escritor e acadêmico Francisco de Assis Barbosa), destinado a realizar pesquisas e estudos sobre temas sociais, econômicos e políticos, em especial da

Primeira República (1889-1930), e a publicar livros sobre o assunto; o Arquivo-Museu de Literatura, que visa a preservar, para atender a pesquisadores, documentos literários, iconografia, objetos de uso pessoal e correspondência de escritores brasileiros.

O Arquivo-Museu já dispõe hoje de cerca de 20 mil peças catalogadas, a maior parte doada, e nele se destacam os arquivos de Alberto Faria, Rodrigo Otávio Filho, Thiers Martins Moreira, Andrade Murici, Manuel Bandeira, Wilson Martins, Antônio Carlos Vilaça, José Geraldo Vieira, José de Alencar e outros. O Museu guarda, ainda, uma grande quantidade de originais de escritores brasileiros: *Moleque Ricardo* e *Menino de Engenho,* de José Lins do Rego, os quatro romances de Cornélio Pena, *O Amanuense Belmiro,* de Ciro dos Anjos, *Canaã,* de Graça Aranha, vários textos em prosa e verso de Manuel Bandeira, e muitos outros.

Numa casinha isolada, entre a ala da mansão destinada aos empregados e o belo edifício do Anexo, foi instalado o Instituto de Preservação e Microrreprodução da Hemerografia Brasileira. Tendo como Coordenadora-Geral a Professora Ester Caldas Bertoletti, a função do Instituto é a de promover estudos e projetos para a preservação do acervo hemerográfico brasileiro (jornais, revistas e seriados em geral), através da microforma, colocando essa documentação ao alcance de instituições e estudiosos interessados, e procurando completar outras coleções existentes no País. Integrando o Centro de Documentação, recentemente foram implantados o Laboratório de Restauração de Documentos, a Oficina de Encadernação e um Laboratório de Microfilmagem. E encontra-se em fase final de instalação, no subsolo do Anexo, um auditório com capacidade para 350 pessoas, e onde passarão a ter lugar os concertos e recitais que desde 1973 vêm sendo realizados num dos salões da mansão da Rua São Clemente.

Criado em 1977, o Centro de Estudos Históricos tem — segundo seu Diretor, escritor Francisco de Assis Barbosa — como uma

de suas preocupações básicas

> a de oferecer a professores e alunos das Universidades instrumentos de trabalho indispensáveis ao bom rendimento do ensino e da pesquisa em alto nível, tais como bibliografias críticas, guias, manuais, dicionários biobibliográficos e demais obras de referência, geralmente descuidadas ou mesmo inexistentes em nossa historiografia.

"Ao mesmo tempo" — acrescenta —

> o Centro está vivamente empenhado em desenvolver o treinamento e a formação técnica e profissional de novos historiadores, com a convocação de estudantes universitários como estagiários, para a preparação dessas obras, sob o planejamento e orientação de professores e pesquisadores experimentados. O Centro ocupa o 2.º pavimento do recém-inaugurado Centro de Pesquisas, e nele trabalham atualmente em vários projetos cerca de 20 pesquisadores, além de estagiários e alunos de graduação em História. Presentemente, o Centro desenvolve alguns projetos básicos, entre os quais se destacam a *Bibliografia Crítica da Primeira República* e *O Governo Presidencial do Brasil: 1890-1930.*

O projeto da *Bibliografia Crítica da Primeira República* insere-se, segundo Francisco de Assis Barbosa, na preocupação dos estudiosos em dotar a pesquisa histórica no Brasil de melhores instrumentos de trabalho.

> É escusado relembrar as dificuldades que cercam a tarefa dos pesquisadores. As dimensões continentais do nosso País, o desapreço pelas coisas do passado, a estreiteza do mercado editorial, a má distribuição das obras publicadas e tantos outros fatores fizeram com que muitos trabalhos publicados no passado recente se tornassem verdadeiras raridades. O pesquisador, assim, tem de enfrentar não só dificuldades nos ar-

quivos documentais, como também no levantamento de uma bibliografia básica junto às bibliotecas. Desse modo, colocar nas mãos dos estudiosos e das instituições científicas obras de referência e de apoio ao pesquisador, eis uma tarefa, sem dúvida, de real significação para a cultura brasileira. Esses percalços do pesquisador são consideravelmente suavizados nos países que possuem guias bibliográficos, obras de referência de extrema utilidade, pois permitem ao pesquisador uma orientação segura quanto ao material já publicado, podendo, inclusive, pelas indicações fornecidas pelo guia, avaliar qualitativamente as obras, graças às indicações fornecidas pela experiência dos seus elaboradores.

A Fundação Casa de Rui Barbosa tem como Presidente o escritor e acadêmico Américo Jacobina Lacombe, que durante anos, a partir de 1939 e em períodos alternados, foi Diretor da Casa. E é ele quem me diz:

> Rui era um grande trabalhador, um verdadeiro operário da inteligência, cujo expediente se estendia por 12, 14 e até mais horas diárias. Então, a maior homenagem que podemos prestar a ele, aqui em sua Casa, é esta: trabalhar. É o que sempre fizemos. É o que estamos fazendo.

(*Manchete*, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1979.)

APÊNDICE

DECRETO N.º 4 789 – DE 2 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a adquirir a casa em que residiu o Senador Rui Barbosa, com mobiliário, biblioteca, arquivo, etc.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, separadamente, ou em conjunto:

a) a casa à Rua São Clemente n.º 134, em que residiu, nesta cidade, o Sr. Senador Rui Barbosa;

b) o mobiliário, a biblioteca, os manuscritos e o arquivo;

c) a propriedade intelectual das obras do eminente brasileiro.

Parágrafo único. Realizada a aquisição, o Governo fundará, no edifício, e com as instalações adquiridas, um museu-biblioteca; podendo dar-lhes, não obstante, os destinos que julgar mais adequados ao culto nacional pela memória do grande cidadão.

Art. 2.º O Governo nomeará uma comissão de três membros, escolhidos dentre os mais notáveis homens de ciências jurídicas e literárias, para examinar, catalogar e classificar as obras existentes na referida casa.

Art. 3.º As obras de Rui Barbosa, depois de classificadas pela referida comissão, serão mandadas publicar pelo Governo, pertencendo ao Estado os respectivos direitos autorais, publicando-se também os manuscritos, cuja divulgação, dada a importância dos mesmos, for considerada útil.

Art. 4.º Para a execução da presente lei, fica o Governo autorizado a abrir os créditos necessários ou a fazer as operações de

crédito precisas, contanto que a despesa a efetuar-se não exceda de quatro mil contos.

Art. 5.º Na fundação de qualquer natureza que se fizer em virtude desta lei, haverá na biblioteca, constituída pela livraria que pertenceu ao Senador Rui Barbosa, uma secção especial, composta de todas as obras dele adquiridas pela União, e a essa secção será dada a denominação de "Secção D. Maria Augusta", em honra à veneranda viúva do imortal brasileiro.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1924, 103.º da Independência e 36.º da República.

Artur da Silva Bernardes.
João Luís Alves.

(*Coleção das Leis da República,* 1924, vol. I, pp. 3-4.)

DECRETO N.º 16 651 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1924

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 2.965:000$ para pagamento, em apólices da dívida pública interna, das despesas com a aquisição da propriedade intelectual das obras do Senador Rui Barbosa e da casa em que o mesmo residiu, nesta cidade, com a biblioteca, os manuscritos e o arquivo.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 15 783, de 8 de novembro de 1922, resolve, usando da autorização constante do art. 4.º do Decreto Legislativo n.º 4789, de 2 de janeiro de 1924, abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 2.965:000$ para pagamento, em apólices da dívida pública interna, e de con-

formidade com a avaliação feita pelo referido Ministério, das despesas com a aquisição da propriedade intelectual das obras do Senador Rui Barbosa e da casa à Rua São Clemente n.º 134, em que residiu, nesta cidade, o eminente brasileiro, com a biblioteca, os manuscritos e o arquivo, excluído, mediante acordo, o mobiliário, excetuadas, porém, as estantes.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1924, 103.º da Independência e 36.º da República.

Artur da Silva Bernardes.
João Luís Alves.

(*Coleção das Leis da República*, 1924, vol. III, p 353.)

DECRETO N.º 16 674 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza o Ministro da Fazenda a emitir apólices da dívida pública da União, tantas quantas forem necessárias para cobrir a importância de 2.965:000$, para o fim de custear a aquisição da casa e da propriedade intelectual das obras do Conselheiro Rui Barbosa.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade contida no art. 4.º do Decreto Legislativo n.º 4789, de 2 de janeiro do corrente ano, e para execução do Decreto n.º 16 651, de 23 de outubro próximo findo, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a emitir apólices da dívida pública interna da União, nominativas, do valor de um conto de réis cada uma, juros de cinco por cento ao ano, tantas quantas forem necessárias para cobrir a importância de 2.965:000$, papel, para o fim de custear a aquisição da propriedade intelectual das obras do Senador Rui Barbosa e da casa à Rua São Clemente n.º 134, em que residiu, nesta cidade, o emi-

nente brasileiro, com a biblioteca, os manuscritos e o arquivo, excluído, mediante acordo, o mobiliário, excetuadas, porém, as estantes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1924, 103.º da Independência e 36.º da República.

Artur da Silva Bernardes.
R. A. Sampaio Vidal.

(*Coleção das Leis da República,* 1924, vol. III, p. 418.)

DECRETO N.º 17 758 — DE 4 DE ABRIL DE 1927

Cria o Museu Rui Barbosa e aprova o seu regulamento.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando a conveniência de manter sempre bem vivo o culto à memória dos grandes cidadãos que por seus serviços se impuseram à gratidão da Pátria;

Considerando que o Estado adquiriu a casa em que viveu o grande estadista republicano Rui Barbosa, sua biblioteca, seu arquivo e a propriedade intelectual das suas obras:

Resolve, na conformidade da autorização expressa no parágrafo único do art. 1.º do Decreto Legislativo n.º 4789, de 2 de janeiro de 1924, criar o Museu Rui Barbosa, expedir, para o mesmo, o Regulamento que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores e organizar, *ad referendum* do Congresso, o quadro do respectivo pessoal.

Rio de Janeiro, em 4 de abril de mil novecentos e vinte e sete, 106.º da Independência e 39.º da República.

Washington Luís P. de Sousa.
Augusto de Viana do Castelo.

Regulamento do Museu Rui Barbosa, ao qual se refere o Decreto n.º 17 758, de 4 de abril de 1927

I

DO MUSEU RUI BARBOSA — SUA ORGANIZAÇÃO

Art. 1.º O Museu Rui Barbosa, dependente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e que será instalado à Rua São Clemente n.º 134, terá por fim conservar a biblioteca e o arquivo de Rui Barbosa, adquiridos pelo Estado, e quaisquer objetos que hajam pertencido ou se relacionem com a vida do grande estadista republicano e que ao mesmo Museu sejam doados.

II

CONSTITUIÇÃO DO PESSOAL

Art. 2.º O pessoal constará de:

1 Conservador.

1 Auxiliar.

2 Serventes.

1 Jardineiro.

Art. 3.º O conservador, nomeado por decreto, será de livre escolha do Governo.

Art. 4.º O auxiliar será nomeado por portaria do ministro. Os cargos de serventes e jardineiro serão providos por pessoal contratado pelo conservador, com prévia autorização e aprovação do ministro.

Art. 5.º Compete ao conservador:

a) distribuir e presidir os trabalhos e velar pelo cumprimento das disposições deste regulamento e das obrigações dos funcionários;

b) dar posse aos funcionários;

c) executar ou fazer executar pelo auxiliar todos os trabalhos relativos à secretaria;

d) fiscalizar o comparecimento do pessoal; podendo justificar até oito faltas em cada mês e conceder licença até trinta dias;

e) distribuir os períodos de férias, de sorte a não se ressentir o serviço da ausência dos funcionários;

f) prorrogar o expediente ou antecipar o encerramento deste, assim como fechar, temporariamente, uma ou mais salas de exposição, em caso de absoluta necessidade;

g) promover a aquisição, por meio de transferência de estabelecimento oficial, ou por doação, ou por compra, se as verbas votadas para a manutenção do Museu comportarem, de objetos que tenham relação com o seu destino;

h) providenciar quanto à instalação, segurança, inventário e boa conservação de tudo quanto pertença ao estabelecimento e quanto à organização do catálogo da biblioteca e do arquivo, catálogo que, uma vez impresso, será posto à venda, seu produto destinando-se ao patrimônio do Museu;

i) conceder autorização para a consulta de obras da biblioteca e manuscritos do arquivo; devendo, em casos tais, estar sempre o visitante acompanhado de um dos funcionários do Museu;

j) proceder, pelo menos, de três em três anos, ou quando lhe parecer conveniente, a uma verificação geral ou parcial nos objetos pertencentes ao Museu, e às investigações que, porventura, sejam necessárias; fazendo notar o resultado em livro especial e comunicando-o, imediatamente, ao ministro;

k) fazer sair as pessoas que se portarem inconvenientemente; proibir-lhes a entrada, e, sendo mister, solicitar contra elas a ação da autoridade competente;

l) dar conhecimento ao ministro dos fatos de maior importância ou gravidade que ocorrerem no Museu, e, no começo do ano, apresentar-lhe um relatório com estatística cuidadosamente feita, do seu movimento;

m) encerrar o ponto do pessoal;

n) proporcionar aos visitantes todos os esclarecimentos sobre o Museu e suas coleções;

o) encarregar-se da escrituração e da correspondência ou fazê-la executar pelo auxiliar, bem como a folha de pagamento do pessoal;

p) ter a seu cargo o depósito e distribuição dos catálogos do Museu e o recebimento de quantias provenientes da venda dessas publicações, recolhendo-as ao Tesouro Nacional.

Art. 6.º Compete ao auxiliar:

a) substituir o conservador em suas faltas e impedimentos;

b) velar pelo asseio e pela ordem do edifício e suas coleções e dirigir o serviço de conservação das coleções;

c) nos dias de visita pública, ter sob sua guarda e vigilância as salas de exposição, acompanhando os visitantes e fornecendo-lhes os esclarecimentos solicitados;

d) executar todas as determinações do conservador sobre matéria de serviço;

e) distribuir o serviço do pessoal subalterno e fiscalizar a sua execução, propondo ao conservador as providências que julgar necessárias e úteis ao Museu.

Art. 7.º Incumbe aos serventes:

a) tratar do asseio do edifício e conservação dos móveis e coleções;

b) executar quaisquer serviços internos ou externos que lhes forem distribuídos.

Art. 8.º Compete ao jardineiro a conservação do jardim e do parque.

Art. 9.º Tanto o conservador como o auxiliar deverão residir na sede do Museu.

III

EXPEDIENTE E ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 10. O Museu conservar-se-á aberto à visita pública, às quintas e domingos, das 11 às 17 horas.

Art. 11. O expediente normal do Museu começará às 11 horas e terminará às 17 exceto nas segundas-feiras, em que será suspenso.

Art. 12. As salas de exposição serão franqueadas às pessoas que se apresentem decentemente trajadas; só sendo admitidas as de menos de 10 anos de idade, quando acompanhadas de visitantes adultos.

Art. 13. Da estatística mensal, que deverá ser feita, do movimento do Museu, constará o número de pessoas e corporações que o houverem visitado.

Art. 14. Fora dos dias determinados para a visita pública, só por autorização especial do conservador poderá ser permitida a visita ao Museu.

IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Os vencimentos anuais dos funcionários do Museu Rui Barbosa serão os que constam da tabela anexa.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 15

Cargos	Ordenado	Gratificação	Vencimento anual	Total
1 conservador	4:000$	2:000$	6:000$	6:000$000
1 auxiliar	2:000$	1:000$	3:000$	3:000$000
2 serventes	—	—	2:160$	4:320$000
1 jardineiro	—	—	2:160$	2:160$000
				15:480$000

Rio de Janeiro, em 4 de abril de 1927. — Viana do Castelo.

(*Coleção das Leis da República*, 1927, vol. II, pp. 108-11.)

DECRETO N.º 5429 – DE 9 DE JANEIRO DE 1928

Cria a "Casa de Rui Barbosa".

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica criado um museu-biblioteca, sob a denominação de "Casa de Rui Barbosa", que funcionará no prédio, adquirido pelo Governo, onde residiu o grande brasileiro, na Capital da República.

Art. 2.º Subordinado, diretamente, ao Ministério do Interior, esse museu-biblioteca será administrado por um zelador e pelos funcionários constantes da tabela anexa, os quais são de livre nomeação e demissão.

Art. 3.º Dentro dos recursos que forem votados nas leis orçamentárias, o Governo mandará organizar o catálogo da biblioteca e do museu, bem como classificar as obras publicadas ou inéditas de Rui Barbosa; devendo iniciar, logo que for possível, a edição definitiva dessas obras.

Parágrafo único. São revigorados os arts. 2.º, 3.º e 5.º do Decreto n.º 4789, de 2 de janeiro de 1924.

Art. 4.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os necessários créditos para o pagamento do pessoal constante da tabela anexa, no exercício corrente e no de 1928, bem como o crédito necessário às obras urgentes do edifício e custeio das despesas do material; não podendo a totalidade dos mesmos créditos exceder de duzentos e cinqüenta contos de réis.

Tabela

Pessoal:

1 zelador (vencimento anual)	12:000$000
1 porteiro-conservador (ordenado e gratificação) ..	4:800$000
2 serventes (ordenado e gratificação)	3:600$000
1 jardineiro (ordenado e gratificação)	2:400$000

Material:

Para obras urgentes no edifício	200:000$000
Para expediente, conservação, iluminação e eventuais, no exercício de 1928	10:000$000

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1928, 107.º da Independência e 40.º da República.

Washington Luís P. de Sousa.
Augusto de Viana do Castelo.

(*Coleção das Leis da República,* 1928, vol. I, p. 52.)

DECRETO N.º 18 154 — DE 12 DE MARÇO DE 1928

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 250:000$, para pagamento das despesas da Casa [de] Rui Barbosa.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93, do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 15 783, de 8 de novembro de 1922, e usando da autorização constante do art. 4.º, do Decreto Legislativo n.º 5429, de 9 de janeiro de 1928, resolve abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de duzentos e cinqüenta contos de réis (250:000$), destinado ao pagamento do pessoal constante da tabela anexa ao citado decreto,

no corrente ano e no de 1927, bem como às obras urgentes do edifício e ao custeio das despesas de material.

Rio de Janeiro, 12 de março de 1928, 107.º da Independência e 40.º da República.

Washington Luís P. de Sousa.
Augusto de Viana do Castelo.

(*Coleção das Leis da República,* 1928, vol. II, p. 102.)

DECRETO N.º 5 566 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1928

Autoriza o Poder Executivo a despender a quantia de 350:000$000, para atender à aquisição do mobiliário que pertenceu a Rui Barbosa e a despesas complementares da instalação da "Casa de Rui Barbosa".

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a despender, por conta do saldo de 1.305:000$000, do crédito de que trata o artigo 4.º do Decreto n.º 4789, de 2 de janeiro de 1924, que fica revigorado até este limite, a quantia de 350:000$000, para atender à aquisição do mobiliário que pertenceu a Rui Barbosa e a despesas complementares da instalação da "Casa de Rui Barbosa".

Artigo 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1928, 107.º da Independência e 40.º da República.

Washington Luís P. de Sousa.
Augusto de Viana do Castelo.

(*Coleção das Leis da República,* 1928, vol. I, pp. 181-2.)

DECRETO N.º 18 589 — DE 3 DE FEVEREIRO DE 1929

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 350:000$000, para atender à aquisição do mobiliário que pertenceu a Rui Barbosa e a despesas complementares da instalação da "Casa de Rui Barbosa".

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93, do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 15 783, de 8 de novembro de 1922, e na conformidade do Decreto Legislativo n.º 5566, de 5 de novembro de 1928, resolve abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de trezentos e cinqüenta contos de réis (350:000$000), para atender à aquisição do mobiliário que pertenceu a Rui Barbosa e a despesas complementares da instalação da "Casa de Rui Barbosa".

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1929, 108.º da Independência e 41.º da República.

Washington Luís P. de Sousa.
Augusto de Viana do Castelo.

(*Coleção das Leis da República*, 1929, vol. II, p. 316.)

DECRETO N.º 18 767 — DE 27 DE MAIO DE 1929

Aprova o Regulamento da "Casa de Rui Barbosa".

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 48, n.º 1, da Constituição da República, e de acordo com o disposto no Decreto Legislativo n.º 5429, de 9 de janeiro de 1928, resolve que, na "Casa de Rui Barbosa", se observe o regulamento, que a este acompanha, assinado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1929, 108.º da Independência e 41.º da República.

Washington Luís P. de Sousa.
Augusto de Viana do Castelo.

Regulamento, a que se refere o Decreto n.º 18 767, da presente data, para a "Casa de Rui Barbosa"

Art. 1.º A "Casa de Rui Barbosa", dependente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e instalada à Rua de São Clemente n.º 134, tem por fim conservar não só a biblioteca e o arquivo de Rui Barbosa, adquiridos pelo Estado, mas também, quaisquer objetos que hajam pertencido ao grande estadista da República, ou se relacionem com a sua vida e sejam doados.

Art. 2.º O pessoal é o seguinte:

1 zelador;

1 porteiro-conservador;

2 serventes;

1 jardineiro.

Art. 3.º O zelador, nomeado por decreto, será de livre escolha do Governo.

Art. 4.º O porteiro-conservador será nomeado por decreto. Os serventes e o jardineiro serão nomeados, mediante contrato, e por portaria do ministro.

Art. 5.º Compete ao zelador:

a) distribuir e superintender os respectivos serviços; fazer observar os dispositivos deste regulamento, e zelar pelo cumprimento de deveres por parte dos respectivos funcionários;

b) dar posse aos funcionários do estabelecimento;

c) executar ou mandar executar todos os trabalhos concernentes à secretaria;

d) fiscalizar o comparecimento do pessoal; podendo justificar até três faltas, em cada mês, e conceder licença, até 30 dias, na conformidade das disposições em vigor;

e) conceder férias, de acordo com o Decreto n.º 14 663, de 1.º de fevereiro de 1921;

f) prorrogar o expediente, ou antecipar o seu encerramento; assim como fechar, temporariamente, uma ou mais salas de exposição, no caso de absoluta necessidade;

g) promover a aquisição, por meio de transferência de estabelecimento oficial, por doação, ou compra, se as verbas votadas para a manutenção do estabelecimento comportarem a aquisição de objetos que interessem aos seus fins; [sic]

h) providenciar quanto à instalação, segurança, inventário e boa conservação de tudo quanto pertencer ao estabelecimento, e, também, sobre a organização do catálogo da biblioteca e do arquivo, trabalho que, depois de impresso, será posto à venda; devendo a respectiva renda, de acordo com o Código de Contabilidade, ser recolhida aos cofres públicos;

i) conceder autorização para consulta de obras da biblioteca e manuscritos do arquivo, acompanhado, sempre, o visitante por um dos funcionários; e ficando proibida a saída de quaisquer livros e documentos;

j) proceder, ao menos de três em três anos, ou quando parecer conveniente, à verificação, geral ou parcial, dos objetos pertencentes ao estabelecimento, e às investigações que, porventura, sejam necessárias; fazendo anotar o resultado em livro especial, o que comunicará, imediatamente, ao ministro;

k) fazer sair as pessoas que se portarem de modo inconveniente; proibir-lhes a entrada; e, sendo preciso, solicitar a intervenção da autoridade policial;

l) dar conhecimento, ao ministro, dos fatos de maior importância ou de gravidade, que ocorram no estabelecimento; e, no começo do ano, apresentar um relatório, com os dados estatísticos correspondentes ao seu movimento geral;

m) encerrar o ponto dos respectivos funcionários;

n) proporcionar aos visitantes todas as informações sobre o estabelecimento e suas coleções;

o) encarregar-se da escrituração e da correspondência, e assinar a folha de pagamento;

p) ter a seu cargo o depósito e a distribuição dos catálogos e o recebimento das quantias provenientes da respectiva venda; recolhendo-as ao Tesouro Nacional.

Art. 6.º Compete ao porteiro-conservador:

a) substituir o zelador, nas faltas e nos impedimentos ocasionais que não excedam de oito dias; nomeando o Governo, livremente, o zelador interino, nos casos de impedimento por prazo excedente;

b) zelar pelo asseio e conservação do edifício, pela ordem dos serviços, e pela conservação das coleções;

c) nos dias de visita pública, ter sob sua guarda e vigilância o salão de exposição; acompanhando ou fazendo acompanhar os visitantes, e fornecendo-lhes os esclarecimentos que solicitarem;

d) cumprir todas as determinações do zelador, sobre objeto de serviço;

e) distribuir o serviço do pessoal subalterno, e fiscalizar sua execução, propondo ao zelador as providências que entender necessárias e úteis.

Art. 7.º Incumbe aos serventes:

a) tratar do asseio do edifício e da conservação dos móveis e coleções;

b) executar quaisquer serviços, internos ou externos, que lhes forem distribuídos.

Art. 8.º Compete ao jardineiro a conservação do jardim e do parque.

Art. 9.º O porteiro-conservador deverá ter residência no próprio edifício; ficando, porém, proibida a de pessoas estranhas ao estabelecimento.

Art. 10. A Casa conservar-se-á aberta à visita pública, às quintas-feiras e aos domingos, das 11 às 17 horas.

Art. 11. O expediente normal da Casa, começará, diariamente, às 11 horas, e terminará às 16; exceto nas segundas-feiras, em que será suspenso.

Art. 12. As salas de exposição serão franqueadas às pessoas que se apresentem decentemente trajadas; somente admitidas as de menos de 10 anos de idade, quando acompanhadas de visitante adulto.

Art. 13. Da estatística do movimento da Casa, a qual deverá ser feita mensalmente, constará o número de pessoas e corporações que a houverem visitado.

Art. 14. Fora dos dias determinados, unicamente por autorização especial do zelador, poderá ser permitida a visita ao estabelecimento.

Art. 15. Relativamente à aplicação das penas disciplinares aos funcionários do estabelecimento, observar-se-á o disposto no Regulamento da Secretaria de Estado.

Art. 16. Os funcionários da Casa de Rui Barbosa terão os vencimentos estabelecidos em lei.

Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1929. — Viana do Castelo.

(Coleção das Leis da República, 1929, vol. III, pp. 394-6.)

COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA
GRÁFICA OLÍMPICA EDITORA, LTDA.
RUA DA REGENERAÇÃO, 475 - BONSUCESSO
RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL
EM OUTUBRO DE 1980

ISBN 85-7004-035-0